



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA BIESDORF BARRO

**O PAPEL DA IDEOLOGIA CAPITALISTA NA CONSTRUÇÃO DO
DISCURSO DA GUERRA AO TERROR**

FLORIANÓPOLIS, 2019

BRUNA BIESDORF BARRO

**O PAPEL DA IDEOLOGIA CAPITALISTA NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO
DA GUERRA AO TERROR**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

FLORIANÓPOLIS, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota 10 à aluna Bruna Biesdorf Barro, após a apresentação do trabalho intitulado “O Papel da Ideologia Capitalista na Construção do Discurso da Guerra ao Terror” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime César Coelho (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Msc. Márcio Moraes Rutkoski
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Miguel Borba de Sá
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Não fosse a existência de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, a presente pesquisa não seria possível, bem como minha graduação. Agradeço, portanto, à Universidade Federal de Santa Catarina pelo ambiente plural, de resistência e inclusivo.

Agradeço aos meus pais, Nívia e Gilmar, que, ainda que geograficamente distantes, estiveram sempre próximos de mim no decorrer desses anos de graduação. Pelo amor incondicional, pelo constante suporte e pelas infinitas oportunidades. Agradeço ao meu irmão, Gabriel, pelo encorajamento e pela parceria, mesmo que remota.

À minha rede de apoio, Rafaela, Luíza, João Pedro, Helena, Bárbara e Natália, com quem, desde o início, estive junto - nos mais difíceis e nos mais prazerosos momentos da graduação, dividindo o peso de estudar nossa realidade social em meio a risos e lágrimas. À Ana Beatriz, por ter entrado na minha vida e por construir, conjuntamente, a ocupação de 2016 - um divisor de águas em nossa graduação. Obrigada pelo apoio constante e pela amizade construída para além da UFSC. À Vitória, que me ensinou e ajudou a superar obstáculos que considerei intransponíveis. Obrigada por sempre saber o que dizer e por acreditar no melhor de mim. Ao Caio, por ser o principal responsável pelos meus sorrisos nessa fase tão difícil da monografia. Agradeço por trazer amor e por inspirar amor. Sua existência foi essencial para que pudesse chegar até aqui. Agradeço à Andressa, Valéria, Glenda, Eduarda e Ingrid pela presença, às vezes distante, às vezes próxima, mas sempre presente. Obrigada pela motivação, pela amizade insubstituível e pelo crescimento conjunto desde antes da universidade. À Carolina, por inspirar o melhor em mim, por me proporcionar leveza e paciência em momentos de desespero. Obrigada por acreditar em mim quando nem eu mesma fui capaz. À Sarah, pela amizade e pelo encorajamento, por segurar minha mão em toda essa jornada, pela qual passamos juntas, ainda que distantes uma da outra.

Agradeço aos professores e técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina. Ao professor Jaime Cesar Coelho por todo conhecimento compartilhado nas aulas e durante o desenvolvimento da monografia. Agradeço igualmente aos membros da banca, os professores Miguel e Márcio, não só por aceitarem avaliar o presente trabalho, mas também pelas excelentes aulas durante a graduação. Agradeço ao programa de intercâmbio Outgoing, por proporcionar meu desenvolvimento e a melhor experiência da minha graduação. Agradeço à Universidade de Manchester pelas experiências acadêmicas e culturais, e por ter inspirado o presente trabalho.

RESUMO

A Guerra ao Terror caracteriza os eventos securitários de combate ao terrorismo ocorridos desde os atentados cometidos em 11 de Setembro de 2001 ao World Trade Center. A estratégia, entretanto, não se baseou em uma simples resposta aos ataques, mas sim, em uma maneira de exprimir e expandir o poder da hegemonia estadunidense e das forças capitalistas que a sustentam. Os Estados Unidos da América legitimam seu questionável projeto contra-terrorista construindo identidades e determinando inimigos globais através de plataformas ideológicas, ferramentas lexicais, discursos e heranças da tradição colonial. A ideologia aparece enquanto alicerce dessa missão imperial, refletindo os interesses das forças sociais que estão no controle das estruturas organizacionais da nação estadunidense e do sistema global como um todo - as forças do capital. Conforme se desenvolve o capitalismo, seus agentes se moldam para garantir a manutenção de sua posição de poder nas hierarquias da estrutura da economia política internacional e, para isso, se empenham em campanhas controversas como a Guerra ao Terror.

Palavras-chave: Hegemonia; Ideologia; Capitalismo; Terrorismo; Guerra ao Terror; Estados Unidos da América; 11 de setembro de 2001; Ocidente; inimigo; discurso; linguagem.

ABSTRACT

The War on Terror characterises the security events on combating terrorism that happened after the attacks on the World Trade Center on September 11th 2001. The strategy, however, does not base itself on a simple response to the attacks, but on a way to express and expand the power of the US hegemony and of the forces that sustain it. The United States of America legitimate its questionable counterterrorist project by constructing identities and determining global enemies through ideological platforms, lexical tools, discourses and colonial tradition heritages. Ideology underpins this imperial mission, reflecting the interests of the social forces that are in control of the US organizational structures and of the global system as a whole - the forces of capital. As capitalism develops itself, its agents shape themselves in order to secure its power position in the hierarchies of the international political economy's structures, and to do so, they get themselves into controverse campaigns like the War on Terror.

Keywords: Hegemony; Ideology; Capitalism; War on Terror; United States of America; September 11th 2001; West; enemy; discourse; language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 HEGEMONIA	11
1.2 PODER	16
1.3 IDEOLOGIA	23
2. A GUERRA AO TERROR	28
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO	28
2.2 UMA ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO	35
2.3 O TERMO TERRORISMO E SEU PROCESSO MAIS RECENTE DE SECURITIZAÇÃO	46
2.4 AÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NA GUERRA AO TERROR	53
3. UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O TEMA	59
3.1 A NECESSIDADE DE UM INIMIGO E O RACISMO EM SUA CATEGORIZAÇÃO	59
3.2 O TERRORISMO COMO CONSEQUÊNCIA E RESISTÊNCIA AO IMPERIALISMO	64
3.3 A GEOPOLÍTICA DO TERROR E O FATOR PETRÓLEO	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe a discussão sobre os interesses e estratégias daquela que ficou conhecida como a maior ação contra-terrorista da história, a Guerra ao Terror. Declarada pelo então presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, como uma resposta aos atentados cometidos contra o World Trade Center em 11 de setembro de 2001, a empreitada levanta controvérsias até hoje. Seja pelas violações contra os direitos humanos, pelos ataques à soberania nacional e às liberdades individuais, seja pelo debate quanto aos interesses econômicos que permeiam a real motivação por trás de todo o projeto.

Tal evento marca a globalização do contraterrorismo, ainda que sua expansão e internacionalização sejam verificadas ao longo de todo o século XX, de acordo com Costa e Wunder (2011). Desde então, são comuns aos olhos dos cidadãos do mundo diversas políticas de controle e segurança, visando conter possíveis ameaças terroristas tanto dentro dos próprios territórios ocidentais, quanto violentas invasões no “mundo oriental” - para onde se dirigem as armas ideológicas do discurso estadunidense, como apontado por Domenico Losurdo (2010) em seu livro *A Linguagem do Império: Léxico da Ideologia Estadunidense*. O presente trabalho visa, portanto, esclarecer a forma com que um ataque individual a dois edifícios no coração da nação estadunidense desencadeou uma batalha de proporções globais, com efeitos e consequências que transbordam fronteiras nacionais. Esse esclarecimento se dá por meio de uma análise crítica de discurso, em consonância com o reconhecimento das plataformas ideológicas que o “espírito do capitalismo” (CHIAPELLO, 2003) representa com relação ao projeto. Aborda-se o processo de securitização da ameaça terrorista à segurança internacional, o qual é construído por forças sociais com interesses próprios, e é moldado por ideias que se materializam através de um discurso de poder.

A maneira com que a linguagem hegemônica do império estadunidense reflete as pretensões do país em defender seus interesses políticos e econômicos sobre toda a sociedade internacional é tida com a representação de tais interesses como universais. Se trata da incorporação socioeconômica de rotinas e práticas (AGNEW, 2008), que neutralizam possíveis atritos entre os interesses particulares de cada nação e classe, fazendo com que haja a internalização e aceitação voluntária de certos valores, os quais se tornam globais. Dessa forma, o terrorismo se torna uma ameaça global, acarretando o emprego de forças de toda a comunidade internacional para sua contenção e na construção de imagens universais sobre inimigos e aliados. O processo que causa esse fenômeno é aqui explicado pelo poder de construção de narrativas securitárias através de ferramentas linguísticas, do léxico sustentado

pelo imperialismo cultural e pelo papel das ideias, pela força da linguagem apresentada pelo agente que o proclama. Aqui se pretende, portanto, apontar o papel da ideologia na justificação e legitimação dos discursos contra terroristas e das práticas de política externa que o seguem.

As ideias às quais se refere o presente trabalho são aquelas que compõem a ideologia capitalista, a ideologia do modo de produção que organiza a sociedade há mais de 3 séculos. Mesmo no discurso de George W. Bush (2001) é possível identificar que o mesmo caracteriza a violência terrorista não somente como um meio cujo fim é dizimar vidas, mas também, destruir um “estilo de vida”. Ainda que aspectos ideológicos sejam formulações resultantes de posições e interesses de certos grupos e classes sociais, eles relacionam-se aos aspectos subjetivos da individualidade humana, fazendo com que todos os indivíduos tomem aqueles valores como seus, agindo de acordo com suas premissas. Dado o poder da ideologia hegemônica capitalista e da classe que o detém, os indivíduos, ao tomarem o terrorismo como uma ameaça à segurança coletiva da humanidade, dão legitimidade ao uso da força estatal para contê-lo - não somente em seus limites fronteiriços, como também extraterritorialmente. É a partir daí que ações contra-terroristas, como a invasão do Iraque por parte dos Estados Unidos da América, em 2003, são amplamente aceitas pela população ocidental (COSTA e WUNDER, 2011).

Aponta-se, portanto, para a existência de um movimento recíproco de suporte e causalidade: a ideologia capitalista, liderada pelas potências ocidentais - que representam a classe socioeconômica dominante o sistema -, fundamenta um inimigo comum, o que confere a essas potências a legitimidade de interferir não somente nas liberdades individuais de cada cidadão, mas também de intervir militarmente em outras nações, ferindo-lhes o princípio da soberania, desestabilizando seus territórios e interferindo em seu modelo de organização social. Desse modo, os grupos que comandam tais Estados apresentam um motivo aparentemente legítimo para perseguir seus interesses, defendendo sua posição enquanto atores hegemônicos do sistema - permitindo que se sustentem e disseminem seus discursos ideológicos (LOSURDO, 2007). Sendo assim, propõe-se na presente pesquisa a problemática da ameaça terrorista e a guerra ao terror - proposta para combatê-la - serem produtos de uma construção de discurso tida pela ideologia capitalista - sustentada por uma classe dominante, que controla os sistemas de seu Estado mais expoente, os Estados Unidos da América.

Dessa forma, o primeiro capítulo do trabalho aborda concepções teóricas que permeiam os debates sobre hegemonia, poder e ideologia. Baseando-se nas concepções de Robert W. Cox, as seções visam explanar os três conceitos e conectá-los às configurações do atual bloco histórico. Trata-se de um capítulo teórico e exploratório, sendo que as categorias citadas são

conceitos complexos, cujas definições não são exatas - ainda representam discordâncias, não havendo um consenso sobre elas entre os pesquisadores das áreas. Isso quer dizer que mais do que apresentar um conceito exato, a pesquisa busca explorar diferentes visões, unindo-as sobre uma definição que seja capaz de esclarecer a natureza de tais conceitos quando abordados pela discussão proposta no decorrer do trabalho.

O segundo capítulo dedica-se inicialmente ao contexto histórico em que é redefinido o discurso hegemônico da potência estadunidense. Ainda que o projeto com vistas imperiais tenha sido desenvolvido desde a Segunda Guerra Mundial, é a partir do fim da Guerra Fria que a seção busca fazer a análise das estratégias estadunidenses com relação a tais pretensões. Segue-se com uma análise crítica do discurso da guerra ao terror. Pautando léxicos e ferramentas linguísticas, com base em Domenico Losurdo (2010), a pesquisa explora a construção de identidades e a configuração do fenômeno contra-terrorista. A terceira subseção do segundo capítulo apresenta brevemente o processo de securitização da ameaça terrorista, com foco no impacto dos fatídicos eventos do 11 de setembro de 2001. Tal capítulo é finalizado com a apresentação das ações de política externa levadas à cabo pelo poder dos Estados Unidos da América em sua Guerra ao Terror, juntamente com seus aliados ocidentais, como as invasões ao Iraque e Afeganistão, além dos eventos em Guantánamo.

O trabalho conclui-se no terceiro capítulo, que é dedicado à abordagem crítica sobre o tema, guiada pela análise da economia política do terror e da geografia do discurso contra-terrorista. Nesse sentido, a pesquisa busca apresentar fatores históricos como altamente relevantes na compreensão real das motivações da Guerra ao Terror. O capítulo final busca, portanto, aprofundar o debate sobre racismo, etnocentrismo e supremacia ocidental - ligando esses fatores ao passado do próprio Ocidente, isto é, apresentando uma tradição de exclusão e opressão, desde sempre ligada às forças do capital, que esclarece que “o mito do império que traz ordem, estabilidade e paz acompanha como uma sombra a história do colonialismo e do imperialismo” (LOSURDO, 2010, p. 282).

No capítulo final também são exploradas as contradições da luta antiterror, trazendo provocações acerca da postura estadunidense e de seus atos em nome de sua dita missão humanitária. A última seção não poderia deixar de comentar sobre um dos principais fatores envolvidos na construção do projeto da Guerra ao Terror, e que tem sido uma característica primordial envolvendo todos os conflitos internacionais na região do Oriente Médio: o petróleo. Segundo Costa e Wunder, a guerra contra o terrorismo serviria como fator de racionalidade para “atacar o Afeganistão, o Iraque, o Irã e outros países muçulmanos, a fim de assegurar o controle sobre recursos sensíveis de quaisquer natureza, mormente o petróleo” (2011, p. 31).

O objetivo do presente trabalho, portanto, configura-se na exposição de processos e ideias que possibilitem uma leitura crítica dos fatores que estão por trás da construção da Guerra ao Terror, além dos eventos que dela decorrem. A presente pesquisa investiga a importância das ideias hegemônicas sobre o processo de securitização de assuntos nas relações internacionais, elevando-os ao nível de ameaça global. Em específico, pretende analisar o papel que o discurso imperialista dos Estados Unidos e seus aliados tem na construção da Guerra ao Terror. A ofensiva contra-terrorista declarada a partir dos ataques do 11 de setembro foi adotada pela comunidade internacional devido ao seu poder ideológico, o qual se materializa no dito processo securitizador e nas ações políticas internacionais levadas à cabo em seu nome, sendo que sua propriedade se encontra nas mãos da classe dominante que comanda o bloco histórico configurado desde o final da Segunda Guerra Mundial e reafirmado com o fim da Guerra Fria. Tal classe dominante, ao injetar no discurso ideológico seus interesses próprios, garante a legitimidade necessária para que todo tipo de ação de contenção possa ser desencadeada, além de garantir que a estrutura hierárquica da sociedade mantenha-se, assegurando sua posição hegemônica e os benefícios que decorrem da mesma - como ditar as regras sociais que regem a sociedade, o modo de produção global e a forma com que organiza-se o sistema internacional. Da mesma forma que Domenico Losurdo o fez com relação à Primeira Guerra Mundial, a presente pesquisa busca explorar como, diante da Guerra ao Terror, “interesses materiais e geopolíticos, ambições hegemônicas e imperiais e boa consciência missionária e democrática fundem-se em uma unidade indissolúvel e irresistível” (2010, p.110).

1 CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

1.1 Hegemonia

Cox (1981) introduz o conceito de hegemonia como uma representação de um conjunto específico de poder material, ideologia e instituições. Esses três elementos são derivados da análise feita pelo autor com relação às estruturas históricas, as quais representam quadros de atuação para os atores do cenário internacional, e são determinadas por uma configuração particular de forças que interagem entre si de forma não-hierárquica.

Robert W. Cox foi, e é até hoje, um dos maiores nomes da economia política internacional. Canadense, trabalhou na Organização Mundial do Trabalho e tem seu maior expoente no desenvolvimento de uma teoria crítica das relações internacionais. O trabalho acadêmico de Cox sempre permeou a compreensão das ordens mundiais de uma forma crítica, focando na atuação das forças sociais diante da organização das sociedades e da política global. Sempre abordando e dando relevância ao aspecto histórico em suas análises, Cox é um dos grandes nomes que seguiram os ensinamentos de Gramsci, buscando explicá-los e desenvolvê-los com aplicação para a análise internacional. Dessa maneira, o trabalho de Robert W. Cox é imprescindível na análise de assuntos como hegemonia, poder, ideologia, ordens mundiais e economia política internacional - temas estes que permeiam o presente trabalho.

Seguindo então a linha teórica de Cox, considera-se que blocos históricos são imagens que figuram a disposição particular de três elementos, ou níveis - capacidades materiais, ideias e instituições - num determinado espaço e num determinado tempo. Tendo isso em vista, as capacidades materiais representam potenciais de destruição e construção, ou seja, essas forças representam as indústrias, tecnologias, recursos naturais e a riqueza de um Estado ou ator que se encontra na determinada estrutura histórica (COX, 1981).

As ideias podem ser divididas em sua definição com dois aspectos diferentes de uma mesma força. Um dos tipos representa os significados intersubjetivos, e nesse sentido as ideias são as noções compartilhadas entre uma sociedade, expressas e reproduzidas em seus comportamentos e costumes. É relevante apontar que as ideias são historicamente condicionadas, ou seja, as noções compartilhadas nem sempre foram as que vemos hoje dentro dos Estados e na sociedade internacional como um todo - sendo possível reconhecer as origens dessas ideias em um determinado tempo (e espaço) histórico (COX, 1981). O outro tipo de ideia, que também é um dos elementos entre as forças determinantes das estruturas históricas, é definido por imagens coletivas. Essas imagens coletivas referem-se às ordens mundiais, e são compartilhadas por grupos particulares. Podem ser mais bem classificadas como visões de mundo quanto a natureza e a legitimidade das relações de poder que estão estabelecidas. Desta

forma, as imagens coletivas podem ser conflitivas ou opostas às ideias estabelecidas pela estrutura histórica, enquanto os significados intersubjetivos tendem a ser mais comuns, compartilhados pelo todo que se encontra incluso em tal estrutura (COX, 1981).

O terceiro elemento constitutivo de uma estrutura histórica é definido pelas instituições. Muito ligadas às ideias da estrutura estabelecida, as instituições servem para suportar, reproduzir e perpetuar as relações de poder da ordem vigente, dessa forma, refletem tais relações de poder. Sendo assim, Cox (1981) considera as instituições como amálgamas entre as capacidades materiais e as ideias.

É na conexão existente entre as instituições e a hegemonia que se torna possível reconhecer com mais clareza os aspectos desta última. Hegemonia é a capacidade de internalizar, nos costumes e nas instituições sociais, um particular conjunto de ideias. A hegemonia pode ser exercida através do convencimento ou da coerção, utilizando-se da persuasão e liderança, bem como de meios coercitivos, como aparatos de segurança e instrumentos legais de subordinação à ordem. Sendo assim, hegemonia e dominação não são sinônimas. “Dominance by a powerful state may be a necessary but not a sufficient condition of hegemony” (COX, 1981, p. 139)¹, é justamente nesta diferenciação que o potencial hegemônico pode ser reconhecido. Face a um conflito, o uso da força ou das capacidades materiais de um determinado ator sobre outro pode ser evitado, desde que de outra forma, sua vontade seja exercida. Essa outra forma, que não a dominação, é representada pelas capacidades da hegemonia, e elas podem ser exercidas desde que o ator não-hegemônico, ou como utilizado no texto, o ator fraco, aceite as relações de poder estabelecidas na ordem vigente como legítimas. A maneira através da qual uma força aceita as relações de poder determinadas pela estrutura assenta-se na ideia de que interesses particulares passam a ser aceitos enquanto interesses coletivos ou globais. A forma com que o ator forte se posiciona na estrutura, com uma missão de liderança e não de dominação, reflete a intenção de que o mesmo seja visto como líder, e essa liderança passa a ser expressa em termos de interesses universais. É na representação, defesa e proliferação desses interesses que as instituições assumem seu papel e, desta forma, sustentam as relações de poder pré-existentes que permitiram a determinação dos dados interesses individuais do *hegemon* como universais para a sociedade. As instituições são, portanto, uma expressão da hegemonia (COX, 1981).

As estruturas históricas são utilizadas como uma representação de uma realidade complexa, inserida em um tempo e espaço determinados. Por não serem um modelo total, elas

¹ “Dominação por um Estado poderoso pode ser uma condição necessária mas não suficiente para hegemonia” (tradução nossa).

são dadas e aplicadas naquilo que Cox chama de esferas de atividade. A primeira delas diz respeito às forças sociais presentes no modo de produção dominante na estrutura histórica. A segunda, as formas de Estados - no sentido de enxergá-las como um complexo entre o Estado e a sociedade. E por último, as ordens mundiais, que representam questões sistêmicas, como a guerra e a paz nas relações entre Estados (COX, 1981). Ao analisar tais esferas através da história, nota-se que são determinadas por estruturas que competem entre si, havendo ora a dominação de uma dada estrutura histórica, ora de outra. Nessa análise também se percebe que todas as três esferas são intimamente conectadas, relacionando-se em suas transformações e conflitos, ou seja, uma clara mudança no modo de produção de uma estrutura histórica não só reflete, mas também influencia mudanças na ordem mundial.

Partindo desde uma perspectiva crítica, Cox utiliza-se de um recorte político-econômico para analisar o mundo e, desta forma, aponta que o poder é visto como uma força que emerge de processos sociais, e não como algo que é dado diante de capacidades materiais (1981). A ideia de Cox utilizando-se da teoria crítica é de entender como se estruturam os três elementos que definem uma hegemonia (poder material, ideologia e instituições) e, desta forma, aponta que é no âmbito das forças sociais que se configuram tais elementos, onde são moldados por relações de produção.

Essas forças sociais, lembra Cox, não existem exclusivamente dentro dos Estados; algumas delas transbordam fronteiras e se internacionalizam. É compreendendo o desenvolvimento das forças sociais que estão em jogo, que o autor analisa a ascendência e queda das ordens mundiais, como aquela denominada *pax britânica*. Seguindo sua análise histórica, o canadense cita James Petras que, em suas considerações sobre o sistema imperialista de Estados, aponta para uma característica primordial: os Estados imperialistas não são seus governos, mas sim, os “executive bodies within the “government” which are charged with promoting and protecting the expansion of capital across state boundaries” (COX, 1981, p. 143)². Para ele, uma ordem imperial não é um Estado, ela é, portanto, mais e menos do que um Estado. É mais pois é uma “transnational structure with a dominant core and dependent periphery” (COX, 1981, p. 143)³, onde se encontram as instituições cujos objetivos também são a expansão capitalista, e outros governos de apoio. É menos do que um Estado pois nela (na ordem imperial) estão contidas forças contrárias ao modelo da estrutura, ou seja, o Estado é fragmentado, e tanto no centro como na periferia, há a coexistência de forças pró e contra a

² “Corpos executivos dentro do “governo” que são encarregados da promoção e proteção da expansão do capital para além das fronteiras do Estado” (tradução nossa).

³ “Estrutura transnacional com um centro dominante e uma periferia dependente” (tradução nossa).

estrutura sistêmica (COX, 1989). Sendo assim, o Estado não é a categoria a explicar e identificar a ordem imperialista, e sim, as forças sociais que a moldam, sustentam, apoiam e contrariam.

Ao indicar a existência de uma emergente estrutura global de classes, Cox (1989) verifica que no topo da mesma encontra-se a “classe administrativa transnacional”, cujos interesses particulares são definidos e defendidos por sua própria ideologia e estratégias. Os membros dessa classe transnacional são não apenas aqueles relacionados às corporações transnacionais ou agências internacionais, mas também são aqueles atores que, a nível doméstico, estão relacionados aos assuntos internacionais de um Estado ou agência, como ministros, oficiais do sistema financeiro, produtores ligados às cadeias globais de valor etc. (COX), 1989. A internacionalização de tal classe, juntamente com as instituições que a suportam, reflete maior controle e a manutenção da configuração de poder estabelecida na estrutura sistêmica hegemônica. Por exemplo, através da produção global em larga escala, dada pelas cadeias globais de valor, a classe capitalista transnacional transfere para a periferia parte do processo produtivo, ainda mantendo sob seu controle, dentro dos limites territoriais do centro, aqueles processos cuja agregação de valor é mais intensa. Ao exportar para a periferia os processos produtivos de menor valor agregado, não somente intensifica-se a desigualdade econômica globalmente, como também se intensificam as relações de poder político-social que decorrem desse movimento.

A classe trabalhadora encontra grandes desafios ao tentar internacionalizar-se da forma com que a classe capitalista o faz, isso porque existe um fator importante na identidade e consciência de classe dos trabalhadores que hoje estão inseridos em uma economia globalizada. As organizações controladas pela classe trabalhadora, como partidos e sindicatos, tendem a privilegiar a representação dos trabalhadores cujo emprego é formal, ou seja, daqueles que se encontram minimamente estáveis em seu trabalho (COX, 1981). A dificuldade dessa classe em internacionalizar-se e, quem sabe, gerar uma força de grande relevância na luta anti-hegemônica dentro de uma dada estrutura sistêmica, encontra-se - parcialmente - nesse quesito. Isto porque principalmente a partir da década de 1970, a financeirização do capital trouxe ao cenário socioeconômico a flexibilização do trabalho, que resulta em mudanças nos padrões das atividades trabalhistas, tornando o trabalho cada vez mais flexível e informal.

Ora, se grande parte da classe trabalhadora encontra-se em situação de emprego informal, e se as organizações que defendem os interesses dos trabalhadores, em sua grande parte, não conseguem representar aqueles inseridos numa realidade de trabalho informal, então torna-se muito difícil que tal força social erga-se contra o poder hegemônico representado pela classe capitalista transnacional e as instituições que defendem seus interesses. Isso se dá por inúmeras

razões, uma delas sendo a força que os Estados fazem contra as mobilizações dessa classe, seja através da precarização das leis trabalhistas, das pressões sobre os sindicatos, da polarização da sociedade e de inúmeras outras formas que o governo encontra de impor estruturas e categorias corporativistas sobre tentativas organizadas de desenvolvimento de consciência de classe (COX, 1981). É aqui onde se encontra um dos maiores desafios para a classe capitalista transnacional, segundo Cox; a contenção da insatisfação dessa grande massa populacional, que é marginalizada pelo sistema:

“No matter how fast international production spreads, a very large part of the world’s population in the poorest areas remains marginal to the world economy, having no employment or income, or the purchasing power derived from it. A major problem for international capital in its aspiration for hegemony is how to neutralise the effect of this marginalisation of perhaps one-third of the world’s population so as to prevent its poverty from fuelling revolt” (COX, 1981, p. 149)⁴.

Nesse sentido, não são somente as instituições que representam categorias importantes na formação e manutenção de um sistema hegemônico. Como indicado anteriormente e como apontado por Cox, há uma grande influência da ideologia sobre este processo. É nesse fator que com mais profundidade se debruça o presente trabalho.

Vale ressaltar ainda, que o sistema não é uma soma dos atores que nele se encontram (sejam Estados, classes ou multinacionais), o sistema é uma estrutura que molda as ações de tais atores. Nesse ponto é essencial a atuação das instituições e da ideologia na configuração da ordem hegemônica. Ambos elementos se apresentam no intuito de restringir, pressionar e influenciar o curso das ações tomadas pelos atores no sistema. São instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras, que realizam aquilo que Cox (1981) chama de “harmonização de políticas”. Através dessas organizações, em nome de auxílios econômicos, direitos humanos, livre comércio etc., as políticas públicas que respondem às necessidades do sistema são incorporadas pelos Estados que o habitam. Esse processo de internalização de políticas depende fortemente de uma organizada estrutura de poder, estando no topo, claro, as agências do Estado hegemônico - na realidade atual, dos Estados Unidos da América. Tal estrutura de poder busca manter o consenso necessário para que o sistema hegemônico seja perpetuado. É nessa relação que se dá o eixo de influência do sistema, que

⁴ “Não importa o quão rápido a produção internacional se propague, uma grande parte da população mundial nas áreas mais pobres permanece marginal à economia mundial, não tendo emprego ou renda, ou o poder de compra que deriva da mesma. Um grande problema para o capital internacional em sua aspiração por hegemonia e como neutralizar o efeito dessa marginalização de talvez um terço da população global para prevenir que sua pobreza abasteça revolta” (tradução nossa).

interliga as conexões tidas com as políticas internacionais, as principais agências governamentais dos países-potência, e os grandes conglomerados empresariais (COX, 1981).

1.2 Poder

Susan Strange foi o maior expoente da economia política internacional britânica, e representa até os dias de hoje um dos mais importantes nomes no assunto, considerada a “mãe” da economia política mundial. Nascida em Dorset, no Reino Unido, Strange foi jornalista por muitos anos, trabalhando com temas referentes às finanças. Conforme adentrou no mundo da economia política global, tornou-se uma renomada professora e uma referência em termos de pesquisa e produção acadêmica. Sempre lembrada pelo estilo provocativo de sua escrita, Strange apresenta trabalhos cujos temas envolvem poder, soberania, capital financeiro, globalização, mercados e Estados, economia política global etc. Em um de seus trabalhos, *The Retreat of the State*, Susan Strange se debruça sobre o conceito de poder para apontar uma mudança axiológica na posição do mesmo em termos de política internacional. Na obra, num sentido de semântica, a professora britânica aponta que o poder é a habilidade de uma pessoa ou grupo afetar os resultados de maneira que os mesmos reflitam a precedência de seus interesses diante de interesses de outrem (1996). O conceito de poder, entretanto, não só não está bem definido dentro das ciências sociais, como ainda é motivo de muito debate.

Mais do que semântica, é necessário entender o significado de poder enquanto uma categoria dentro das relações internacionais. Uma definição de poder amplamente aceita entre os cientistas políticos e público em geral caracteriza o conceito em termos da habilidade de A fazer com que B faça algo que o mesmo não faria não fosse essa relação de poder (BALDWIN, 2016). É necessário, entretanto, fazer alguns esclarecimentos com relação a essa definição, já que a mesma abre possibilidades claras para o tratamento de poder como sinônimo de controle - “to define “power” as “cause” confuses process with outcome. To identify power with control is to assert that only power is needed in order to get one's way” (WALTZ, 1979)⁵. Por esse motivo, uma concepção de poder baseada somente nos termos do *mainstream* da conceituação, se torna insuficiente para basear a análise proposta a seguir na pesquisa. Portanto, é essencial apontar e considerar a diferenciação proposta por Susan Strange (1996) entre poder relacional e poder estrutural. Mais do que utilizar-se de suas capacidades, deliberadamente ou não, visando alterar o comportamento de algum ator determinado, o ator que exerce poder o está fazendo dentro de uma estrutura, que pode servir para limitar ou expandir a influência de seu poder.

⁵ “Definir “poder” como “causa” confunde o processo com seu resultado. Identificar poder com controle é afirmar que apenas poder é necessário para que se garanta o que alguém quer de seu jeito” (tradução nossa).

Segundo Waltz para analisar uma relação de poder é necessário pensar as capacidades e estratégias de A, as capacidades e contra-estratégias de B, e também pensar os fatores que afetam a situação. Ato e relações são afetados pelas estruturas de ação (WALTZ, 1979).

É a partir dessas premissas que o poder estrutural torna-se peça fundamental na compreensão mais geral de poder - mais do que a relação direta entre dois ou mais atores, exercendo influência ou dominação sobre os comportamentos alheios, poder representa um fator presente nos processos de organização da vida econômica e política, nas estruturas do sistema internacional, nas hierarquias entre as classes, nas regras da vida social, nas instituições, etc. É possível, a partir dessa conceituação, identificar os aspectos abstratos da estrutura que configuram a complexidade do conceito de poder e também permitem fazer conexões mais amplas entre as categorias que este capítulo se propõe a relacionar:

“since structure is an abstraction, it cannot be defined by enumerating material characteristics of the system. It must instead be defined by the arrangement of the system's parts and by the principle of that arrangement” (WALTZ, 1979, p. 80)⁶.

Os princípios que guiam o arranjo da estrutura do sistema são apresentados pelas formas com que organiza-se a produção global (que determina as forças sociais), apresentam-se politicamente as unidades de governo (ou seja, as formas de Estados), e relacionam-se os mais diversos atores em suas atuações na comunidade internacional (que representa as ordens mundiais de Cox). Sendo o capitalismo a forma de organização da vida social, ele se apresenta como o arranjo do sistema, dita sua natureza e as posições em que se encontram estabelecidas as forças sociais. O poder estrutural está, portanto, diretamente ligado às determinações gerais do processo de acumulação capitalista. Para manutenção, expansão e até para a derrubada desse poder, é necessária uma mudança na estrutura, no arranjo da organização não só da produção, mas da vida social da comunidade global como um todo. É necessário atuar sobre os três pontos do bloco histórico: as instituições, as ideias e as forças materiais. Todas as três encontram-se permeadas, inclusas e limitadas pela estrutura do sistema que, ao mesmo tempo, também é sustentada e moldada por tais forças. O poder torna possível a existência de um *hegemon* no sistema internacional, mas também é o grau de poder que permite que ele determine e molde uma ordem mundial hegemônica. Poder aqui é definido como uma união de fatores, sendo eles a autonomia e a capacidade de influência externa - a autonomia está ligada ao poder que chamamos aqui de relacional; nas palavras de Waltz: “an agent is powerful to the extent that he

⁶ “Sendo que estrutura é uma abstração, ela não pode ser definida por enumeração de características materiais do sistema. Ela deve, em vez disso, ser definida através do arranjo das partes do sistema e pelo princípio de tal arranjo” (tradução nossa).

affects others more than they affect him” (1979, p. 192)⁷. Já a influência externa está ligada ao conceito de poder estrutural - que está, por sua vez, relacionado à ideologia do sistema. Dessa forma, caracterizando poder como uma união entre autonomia e influência, ele exige graus de atuação não apenas objetivos e diretos no sentido de alterar padrões de comportamento que respondam a interesses específicos, mas também exige graus de atuação mais subjetivos, tidos através ferramentas ideológicas tais como discursos, linguagem, mídia, crenças, instituições sociais, regras e normas, etc. É a partir desse conceito de poder que se deve pensar a hegemonia.

Sendo imprescindível para a compreensão de poder, o conceito de estrutura deve ser explorado aqui de forma que permita uma análise mais clara. Nas palavras de Waltz, “the structure is the system-wide component that makes it possible to think of the system as a whole” (1979, p. 79)⁸. A definição de estrutura do sistema, por tanto, deve separar-se das unidades - assim como suas características, natureza e comportamentos - que interagem nesse mesmo sistema. Os escritos de Waltz ajudam, portanto, na compreensão da diferenciação proposta por Strange e defendida neste presente trabalho. O poder relacional diz respeito à interação entre as unidades presentes e atuantes dentro do sistema, enquanto o poder estrutural diz respeito às limitações, constrangimentos e vantagens que o próprio sistema apresenta às unidades de acordo com sua organização. De forma mais clara, Waltz utiliza-se do termo “relação” para apontar o cerne dessa questão:

“As S. F. Nadel points out, ordinary language obscures a distinction that is important in theory. "Relation" is used to mean both the interaction of units and the positions they occupy vis-a-vis each other (1957, pp. 8-11). To define a structure requires ignoring how units relate with one another (how they interact) and concentrating on how they stand in relation to one another (how they are arranged or positioned). Interactions, as I have insisted, take place at the level of the units. How units stand in relation to one another, the way they are arranged or positioned, is not a property of the units. The arrangement of units is a property of the system” (1979, p. 20)⁹.

Por mais importante que seja diferenciarmos poder estrutural de poder relacional, é de extrema relevância também indicar como ambos estão intimamente relacionados. Isso é possível através da análise uma característica particular na definição do que é poder. Essa caracterização em questão é a de que A não necessariamente precisa atuar para que B seja

⁷ “Um agente é poderoso enquanto ele afeta outros mais do que os outros o afetam” (tradução nossa).

⁸ “A estrutura é o componente sistêmico que torna possível pensar o sistema como um todo” (tradução nossa).

⁹ Como S. F. Nadel aponta, a linguagem comum obscurece a distinção que é importante na teoria. “Relação” é usada para significar tanto a interação das unidades quanto às posições que elas ocupam em face umas das outras (1957, pp. 8-11). Definir uma estrutura requer ignorar como as unidades relacionam-se uma com as outras (como elas interagem) e concentrar em como elas se posicionam uma com relação às outras (como elas são dispostas ou posicionadas). Interações, como eu insisti, ocorrem no nível das unidades. Como as unidades posicionam-se em relação umas às outras, a maneira com que são arranjadas ou posicionadas não é uma propriedade das unidades. O arranjo das unidades é uma propriedade do sistema (tradução nossa)

influenciado - ou seja, o comportamento deste último ator pode ser transformado sem que haja nenhuma tentativa explícita do ator poderoso para que isto ocorra (BALDWIN, 2016). A forma com que o poder pode ser exercido sem que haja uma ação concreta para que isto ocorra, é muito mais compreensível quando pensamos no poder estrutural como determinante ou como um fator de alta influência para o poder relacional. De fato, quando pensamos em poder relacional torna-se muito mais complexo entender a “atuação inconsciente” como um espaço para o exercício de poder - já que está sendo analisada uma interação entre atores. Porém, é no cenário do poder estrutural que essa premissa se torna esclarecida. Já estabelecido um sistema político-econômico, o poder encontra-se atuante dentro do mesmo, ainda que a classe que detém tal poder não aja sempre deliberadamente em função disso. Seja através do funcionamento das organizações internacionais do sistema de Estados, ou através da influência de uma ideologia dominante, o poder muitas vezes ocorre simplesmente por motivos de “estar ali” (STRANGE, 1996). Os estudos de gênero trazem uma contribuição muito relevante na compreensão das relações de poder sendo exercidas de forma “inconsciente”. Como apontado por Susan Strange, “male partners may not wish or intend the control they have over outcomes affecting their female partners. But as many women are acutely aware, the social structures within which the partnership exists will make sure that such power exists” (1996)¹⁰.

De acordo com Strange, a questão mais relevante ao pensar poder, é encará-lo como “poder sobre” mais do que como “poder de” (1996). O poder estadunidense não vem de seu grande exército, suas capacidades militares, programas nucleares ou estratégias de guerra, mas sim da forma com que o sistema opera em seu favor e em favor dos valores por eles defendidos. Relembrando o que já foi comentado na primeira seção deste capítulo, e de acordo com Waltz “military power no longer brings political control, but then it never did (...) force is now obsolescent and that international structures can no longer be defined by the distribution of capabilities across states” (1979, p. 191)¹¹.

A partir do momento que se estabelece poder como um aspecto relacional entre atores e não como uma ferramenta que reflete capacidades, negamos o senso comum que envolve a conceitualização do termo - segundo o qual, nas palavras de Susan Strange:

“Power is still seen primarily as capabilities, as a property of persons, or of nation-states as organised societies, not as a feature of relationships, nor as a social process affecting outcomes - the way the system operates to the

¹⁰ Parceiros masculinos podem não desejar ou ter a intenção de ter o controle que têm sobre os resultados afetando suas parceiras femininas. Mas como muitas mulheres estão cientes, as estruturas sociais nas quais a parceria existe garante com certeza de que tal poder exista (tradução nossa)

¹¹ Poder militar não traz mais controle político, mas na verdade nunca o fez (...) força está agora obsoleta e estruturas internacionais não podem mais ser definidas pela distribuição de capacidades através dos estados (tradução nossa)

advantage of some and the disadvantage of others, and to give greater priority to some social values over others” (1996, p. 23)¹².

Por tratar-se então de um processo social, o poder é reflexo da interação entre forças sociais em uma determinada estrutura. É nesse sentido que Robert Cox se debruça nos conceitos de classe ao invés de Estado para falar sobre poder, já que as relações que o definem são aquelas que criam as hierarquias na estrutura de produção. É a produção que “creates resources that can be transformed into other forms of power - financial, administrative, ideological, military and police power” (Cox, 1984, p. 5)¹³. A maneira com que a estrutura produtiva indica a hierarquia do sistema está ligada ao processo de acumulação capitalista, o qual indica as autoridades de poder num determinado bloco histórico.

Tendo em vista esses fatores, a fim de definir o poder, tem-se que é necessário pensar em dois aspectos, que trabalham unidos, altamente interligados: o sistema internacional de Estados e a estrutura de produção global (STRANGE, 1996). A partir dessa ideia, a relação entre poder e o desenvolvimento dos blocos históricos de Gramsci torna-se íntima e clara. Seja para manutenção ou para a substituição de um bloco histórico, é necessário que as forças envolvidas na tarefa estejam atuando sobre os três “níveis”: o sistema político dos Estados, o sistema de produção e a ordem global (ou a economia política internacional). As classes dominantes e os Estados hegemônicos depositam seus esforços de sustentação nos fatores que constituem o bloco histórico ao qual devem seu poder. Estes esforços revelam não apenas relações de dominação ou influência sobre um ator específico, mas também esforços no sentido de globalizar um “estilo de vida”, definir valores universais e organizar a vida social como um todo. Essas atividades são realizadas no espectro da ideologia.

Quanto à conceituação de poder aqui estabelecida, há alguns pontos que merecem atenção, um deles diz respeito ao fato de que as mudanças no comportamento do ator B, quando sob influência de poder, não estão confinadas a atos explícitos ou públicos, mas também incluem mudanças nas crenças, valores e atitudes do mesmo (BALDWIN, 2016).

É a partir dessa característica que se torna possível aprofundar a conexão teórica entre poder e ideologia. Uma das características da ideologia (a ser mais aprofundada na próxima seção) diz respeito a sua capacidade de naturalizar certas normas nos padrões de

¹² Poder ainda é visto primariamente como capacidades, como uma propriedade de pessoas, ou de estados-nação como sociedades organizadas, não como um atributo de relações, nem como um processo social que afeta resultados - a maneira com que o sistema opera em vantagem de alguns e em desvantagem de outros, e dá maior prioridade a alguns valores sociais sobre outros (tradução nossa)

¹³ Cria recursos que podem ser transformados em outras formas de poder - poder financeiro, administrativo, ideológico, militar e policial (tradução nossa)

comportamento dos indivíduos ou sociedades. É diante dessa “aceitação voluntária” gerada pela ideologia que o poder pode ser melhor expresso nas relações sociais entre diversos atores. Não só melhor expresso, mas alcançando os níveis mais altos de sua existência, como a hegemonia. Para que o poder se torne hegemônico, há a necessidade de estabelecer-se uma relação de influência sobre a ideologia que sustenta o determinado bloco histórico. O poder pode considerar sua função hegemônica completa quando há a aceitação de regras por parte da sociedade, quando as pessoas nem questionam, mas reproduzem normas – convencidas de que são benéficas. É nessa função que mais claramente vemos a ideologia como ferramenta para sustentar e construir ordens mundiais: uma ordem mundial hegemônica é classificada como um conjunto de elementos comuns que têm um certo grau de adesão voluntária por parte da sociedade.

1.3 Ideologia

Através do tempo, o conceito de ideologia assumiu diferentes significados, que foram alterados sistematicamente. Sendo assim, como outras definições polêmicas e incertas no terreno das ciências política e sociais, a ideologia pode ser caracterizada de diversas formas, variando conforme a abordagem que se escolhe utilizar para analisá-la. A visão marxista “original” compreende a ideologia de uma forma “negativa”. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels apontam que a ideologia é responsável pela sistematização das ideias, ou seja, que estas são produtos da atuação ideológica. Caracterizam - ainda que não explicitamente - a ideologia como um “compêndio das ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada, deformada, fantasmagórica” (GORENDER, 1989, p. XXI). Dessa forma, o conceito de ideologia, de acordo com a percepção de Marx, é o de uma consciência falsa e equivocada da realidade. Vale ressaltar, entretanto, que a construção dessa falsa consciência não é apresentada como resultado de esforços e manipulações coercitivas sobre os cidadãos, e sim, resulta do pensamento sobre a realidade tido por uma determinada classe social.

Althusser foi também um marxista e representa um nome importante no estudo da ideologia. O autor contraria algumas premissas básicas apresentadas por seus antecessores marxistas em *A Ideologia Alemã*, buscando entender a ideologia de forma diferente daquela que a concebe como ilusão ou sonho, que coloca a realidade do lado “de fora”. Para Althusser, “a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (1970, p. 85), isto é, não são as condições ou o mundo real que são representados pela ideologia, mas sim, a relação dos homens com essas condições ou este mundo. Segundo este conceito, portanto, “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais

que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1970, p. 82).

Outro autor de extrema relevância para o debate sobre questões ideológicas, que apresenta em suas concepções ligações sociológicas e psicanalíticas, é o filósofo Slavoj Žižek. Esloveno, é conhecido por hoje levar “a boa nova do marxismo”, sendo reconhecido, admirado e também criticado em diversos momentos. O pesquisador apresenta estudos em teoria política, economia global, no poder das ideias e dos discursos, todos demonstrando suas raízes nas teorias da psicanálise - as quais o mesmo utiliza para tratar mais profundamente de ideologia. Um estudioso do cinema, Žižek é um filósofo e professor acadêmico que ganhou repercussão e hoje é um dos mais importantes nomes nos estudos culturais e na filosofia.

De acordo com ele, “the fundamental level of ideology, however, is not of an illusion masking the real state of things but that of an (unconscious) fantasy structuring our social reality itself” (FISHER, 2009, s/ p.)¹⁴. Seguindo então o proposto por Althusser e o pensamento de Žižek, a ideologia é uma construção de, e em, nossas mentes - influenciada por relações de poder e inserida em nossa própria realidade. Não há uma linha clara que separe a ideologia da realidade, a ideologia já está operando em tudo que experienciamos como real (ŽIŽEK, 1994). O sentido da afirmação de que a ideologia está incrustada na realidade é o de que ela é uma relação espontânea entre nossas mentes e o mundo real, sendo que essa relação é altamente influenciada por estruturas de poder. Dessa forma, o autor refuta o senso comum de o que é ideologia, que a vê como um par de óculos que distorce a visão dos indivíduos sobre o mundo (sendo que para fugir da ideologia seria necessário tirar tais óculos que desfocam a visão da sociedade). Ao negar este aspecto da ideologia, Žižek afirma que a mesma já está instalada em cada pedaço daquilo que chamamos de realidade, e para “ver além dela” seria necessário colocar um par de óculos - óculos críticos.

Uma característica importante da ideologia é reconhecida nesse sentido. Sua capacidade de atuar de maneira “inconsciente” sobre a população. Por ser uma relação intrínseca e construída no inconsciente dos indivíduos, a ideologia atinge seu ápice quando se torna neutralizada, quando se torna aceitável para as pessoas - enfim, quando passa a ser a consciência de fato. É a internalização de padrões de vida, de comportamentos, é a aceitação de relações de poder e a submissão cega às regras estabelecidas pelas forças que estruturam o sistema, isto é, é precisamente na neutralização de algumas características em um cenário de aceitação espontânea que marca a ideologia em sua forma mais pura (ŽIŽEK, 1989). Os cidadãos vivem

¹⁴ o nível fundamental da ideologia, entretanto, não é de uma ilusão mascarando o estado real das coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) estruturando nossa realidade social em si (tradução nossa)

suas vidas acreditando estarem livres, quando na verdade estão experienciando a ideologia em sua forma mais pura. É também por esse motivo que a libertação parece tão dolorosa às vezes, pois significa a realização de que nos encontramos sob controle e dominação.

Quando pensamos em estruturas de poder e sua relação com a ideologia, levamos em conta que sendo esta uma relação entre nossas percepções e a realidade, ela não é diretamente imposta sobre a sociedade, mas está presente dentro de cada indivíduo, sendo construída com base nas configurações que moldam as relações de poder entre diversos atores num determinado bloco histórico. Sendo assim, a ideologia pode ser vista como uma fantasia que estrutura nossa realidade social. A fantasia ideológica não é então construída nela mesma, por si mesma, de forma orgânica e natural - apesar de ser espontaneamente desenvolvida pelos indivíduos. Ela é, sim, resultado de um processo de construção que por sua vez é influenciado por autoridades sociais, por relações de poder.

Quando se relacionam discursos, poder e ilusão, a ideologia tende a operar como um fenômeno social funcionando de forma discursiva sobre as experiências diárias das pessoas e também sobre doutrinas, organizações, instituições, etc. Nesse sentido, a ideologia não trabalha somente diante da consciência individual dos seres humanos, mas também trabalha sobre sistemas e rituais institucionalizados (CRINSON, 2009). Aqui volta-se à relevância de Althusser nos estudos sobre o tema, que é marcada principalmente devido ao seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado - o qual exemplifica o aspecto material do objeto aqui estudado, já que “uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática ou suas práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1970, p 84).

Em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Althusser diferencia estes dos aparelhos repressivos do Estado, e faz, portanto, relação entre a ideologia e as instituições sociopolíticas que representam o discurso dominante, que por sua vez sustenta o poder hegemônico na sociedade. Sendo assim,

“o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão funciona pela violência” (ALTHUSSER, 1970, p. 43).

Diferentemente dos aparelhos repressivos, portanto, os aparelhos ideológicos do Estado são definidos por instituições como a Igreja, as famílias, a escola, o sistema jurídico, o sistema político, os sindicatos, a mídia e os meios de expressão e propagação da cultura (ALTHUSSER, 1970). Uma distinção bastante importante é dada na propriedade desses aparelhos, sendo que o

aparelho repressivo do Estado é em sua grande maioria de domínio público, enquanto o aparelho ideológico do Estado é caracterizado principalmente por organizações ou práticas privadas. Ainda que possa parecer passível de objeções semânticas ou conceituais, instituições privadas podem (e de fato o fazem) funcionar como aparatos do Estado, já que este é um Estado da classe dominante, não é nem público, nem privado (ALTHUSSER, 1970). Superada esta distinção inicial, foca-se na diferença substancial entre os aparelhos repressivo e ideológico do Estado: o primeiro funciona à base da violência enquanto o último atua através da ideologia. Ainda assim, Althusser aponta, dada sua conceituação de ideologia, que não existe um aparelho puramente repressivo, pois toda aparelhagem, enquanto existência material, é provida de ideologia.

Inúmeras são as instituições que representam o aparelho ideológico do Estado, apresentando, assim, a possibilidade de existência de certo nível de diferenciação entre os valores a serem propagados pelas mesmas. Ainda assim, “a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na ideologia dominante que é a da classe dominante” (ALTHUSSER, 1970, p. 48). É diante desta concepção que se percebe na ideologia, ou melhor, nos aparelhos ideológicos, mais um local no qual se dá a luta de classes. Althusser afirma que “uma teoria das ideologias repousa em última análise na história das formações sociais, portanto na dos modos de produção combinados nas formações sociais e da história das lutas de classes que nelas se desenvolvem” (1970, p. 71). Relacionado a isso, outro autor que também se desvia da noção de ideologia como falsa consciência e aponta para a materialidade ideológica, é Gramsci. Aqui é possível começar a relacionar mais intimamente as noções de ideologia com aspectos do poder hegemônico de dominação. Para Gramsci,

“ideologia seria o campo ideativo e axiológico da sociedade e, ao mesmo tempo, estaria fundamentada nas posições de classe. Afora que, sendo expressão das relações de classe, a ideologia seria percebida como relação de poder, ou seja, seria um dos aspectos da dominação de classe” (PERRUSI, 2015, p. 418).

A ligação entre ideologia e hegemonia fica ainda mais clara com Gramsci a partir do momento que apresenta-se a ideia de que a “ruling class does not only “rule” but also “leads”, in the sense that it generates among its subjects a kind of consensus (active or passive) to its rule” (REHMANN, 2013, p. 3)¹⁵. É nesse sentido que se torna tão primordial a característica da “submissão voluntária” relacionada à ideologia. Dado que a maneira em que a ideologia é construída e implementada na realidade é relacionada às estruturas e discursos de poder, as

¹⁵ a classe dominante não apenas “domina” mas também “lidera”, no sentido de que ela gera entre seus sujeitos um tipo de consenso (ativo ou passivo) ao seu domínio (tradução nossa)

narrativas dominantes guiam o processo de “instalação” da ideologia em nossa realidade. De acordo com Zizek (1989), assimetrias de poder, causadas por fatores socioeconômicos do sistema, são uma ferramenta importante na construção da ideologia como uma fantasia social. Se entra num espaço ideológico no momento em que o conteúdo da ideologia serve a algum tipo de relação social que envolva poder (dominação ou exploração, por exemplo), e seja não transparente, isto é, a lógica de legitimação das relações de poder deve permanecer obscura, invisível, para que seja efetiva - e é por este motivo que o ápice do poder ideológico é tido com a neutralização e aceitação submissa de suas características na consciência de cada indivíduo (ZIZEK, 1989).

Esse aspecto corresponde a uma categoria de Gramsci que é descrita como uma espécie de “governo por consenso dos governados”, que é conduzido por um Estado que incentiva sua população a consentir com os interesses da classe dirigente. Os conceitos de ideologia e hegemonia capturam justamente os fatores que produzem, sustentam, e disseminam esse tipo de relação que garante a estabilidade do sistema de classes (REHMANN, 2013). É justamente por este motivo que é tão difícil derrubar ou substituir sistemas: pois suas forças usam a ideologia a seu favor - no sentido de fazer com que os aspectos ideológicos fiquem tão intrinsecamente fixados nas mentes das pessoas, representados nas instituições e invisivelmente presentes e atuantes na realidade social como um todo, que torna-se natural para a sociedade viver a vida de acordo com tal modelo.

Nesse sentido somos levados a pensar na função da ideologia de legitimação. Legitimando uma determinada ordem social, buscando garantir sua preservação e reprodução, a ideologia dá significado à mesma, e também passa a legitimar e significar as relações que existem entre aqueles que dominam e os que são dominados dentro dessa organização social, política e econômica (CHIAPELLO, 2003). É dessa forma que podemos compreender a ideia de Engels que afirma que as ideologias condicionam as formas do desenvolvimento histórico (GORENDER, 1989), e também assim é possível reconhecer a clara importância do papel das ideias dentro dos blocos históricos de Cox.

O capitalismo como forma de organização econômica e política do sistema, ou seja, o capitalismo enquanto ordem social encontra-se sempre diante de diversas transformações. Uma de suas características é sua habilidade de mutação e adaptação às realidades que são consequentes de suas próprias contradições. Mesmo assumindo diversas “formas”, a ordem e o sistema continuam sendo capitalistas, seguindo as premissas básicas de seu funcionamento e desenvolvimento, incluindo suas contradições. Eve Chiapello confere ao “espírito do capitalismo” essa habilidade: “the “spirit of capitalism” is therefore an ideology which serves

to sustain the capitalist process in its historical dynamism” (CHIAPELLO, 2003, p. 164)¹⁶. O espírito do capitalismo, forma que Chiapello chama a ideologia capitalista, não é responsável somente por legitimar as estruturas de poder do sistema e sustentar o processo de acumulação do capital no decorrer de seu desenvolvimento, mas também é responsável por apresentar as razões necessárias ao comprometimento dos atores à ordem social vigente. Em suas palavras:

“The spirit of capitalism fulfils a legitimacy production function for the capitalist social order. It justifies the organisation of this order, and provides reasons for accepting the way in which it has been structured. By offering modalities that allow for the preservation of this capitalist order, the ideology also justifies existing social hierarchies and the relationships that exist between those who govern and those who are governed” (CHIAPELLO, 2003, p. 165)¹⁷.

Sendo assim, a ideologia é apresentada como uma representação de nossas relações com as condições da materialidade, se desenvolvendo conforme é influenciada por estruturas de poder - que externalizam suas capacidades através de discursos. Desse modo, se vive sob a ideologia do capital e é por isso que é correto afirmar que o capitalismo colonizou o imaginário da população (FISHER, 2009). A relação entre as percepções individuais ou coletivas e a materialidade do mundo sob este “espírito do capitalismo” (como denomina Eve Chiapello) garante a sustentação e constante transformação do sistema capitalista em si. Tendo em vista que as autoridades de poder envolvidas em moldar os aspectos ideológicos são representadas por particulares classes e grupos sociais, seus interesses são garantidos conforme expande-se a onda ideológica que se insere no inconsciente de cada indivíduo. O ápice do poder dessa ideologia acontece quando a mesma é internalizada e naturalizada, quando torna-se parte do consciente - e a expressão disso está em fatos como a simples crença amplamente difundida hoje de que é mais fácil imaginar a total destruição planetária do que pensar um planeta que se organize e viva sob regras sociais de um modo de produção que seja outro qualquer que não o capitalismo.

Parte do motivo para que isso aconteça é que as ferramentas ideológicas - como o léxico, o discurso, a mídia, os aspectos culturais, os rituais religiosos e familiares, etc. - utilizadas pela classe que conduz o desenvolvimento capitalista, garantem que o mesmo possa estar em constante transformação, adaptando-se às novas condições que se revelam no mundo político-

¹⁶ o “espírito do capitalismo” é, portanto, uma ideologia que serve para sustentar o processo capitalismo em seu dinamismo histórico

¹⁷ O espírito do capitalismo cumpre uma função de produção de legitimidade para a ordem social capitalista. Ele justifica a organização dessa ordem, e fornece razões para aceitar a maneira com que ela tem sido estruturada. Ao oferecer modalidades que permitem a preservação dessa ordem capitalista, a ideologia também justifica as hierarquias sociais existentes e as relações que existem entre aqueles que governam e aqueles que são governados (tradução nossa)

econômico conforme surgem e superam-se crises. Crises estas que são consequências das contradições do próprio capitalismo. Não só o sistema pode adaptar-se e adequar suas leis ao novo cenário no qual encontra-se, ele tem a capacidade de fazer isso e influenciar os indivíduos inseridos nessa comunidade de forma “invisível”. É nesse sentido que, quando pensa-se estar livre da ideologia, quando assume-se tê-la superado ou vencido, desviando-se de suas artimanhas, encontra-se na maior e mais pura armadilha ideológica. Através de Žižek se percebe que é impossível desvencilhar-se da ideologia, mas que é não só possível, mas como desejável, vivê-la e entendê-la de forma crítica. Para reconhecer que se vive sob dominação de uma hegemonia das ideias é necessário analisar a realidade através de uma perspectiva crítica, de forma que isto possibilite enxergar que esta realidade está incorporada por ideologia.

2 A GUERRA AO TERROR

2.1 O contexto histórico

O fim da Guerra Fria marca também o fim da bipolaridade no sistema internacional, que passa a organizar-se diante da hegemonia dos Estados Unidos da América - a qual vinha sendo construída desde o final da Segunda Guerra Mundial. A derrota do “inimigo vermelho” garantiu à potência estadunidense não apenas o status de vitória, mas também o status de herói. Isto porque mais do que derrotar e levar à queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os EUA deram por derrotada também uma ideologia. Uma ideologia que era tida como maligna, capaz de corromper pessoas e nações e, dessa forma, ao colocar-se à frente dessa cruzada contra o mal, os Estados Unidos são eleitos o “povo moral” por excelência (LOSURDO, 2010). Ao salvar o mundo de tal perigo, os norte-americanos garantem sua vitória e ainda levam para casa a medalha de salvadores da humanidade. Dessa forma, garantem a eles mesmos o direito de comandá-la em seu desenvolvimento:

“Com a vitória triunfal alcançada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria verificou-se uma mudança radical do quadro internacional. Não estamos mais diante de uma disputa pela hegemonia entre Estados ou alianças militares com uma força mais ou menos equivalente; ao contrário, uma superpotência solitária declara de modo explícito que não tolera rivais, que quer agora reforçar sua primazia militar ao ponto de torná-la insuperável. A essa mudança nas relações de força no plano militar corresponde uma mudança tão ou talvez ainda mais radical nas relações de força no plano ideológico. Washington arvora-se agora, não sem sucesso, em preceptor do gênero humano” (LOSURDO, 2010, p. 278)

Ainda que o termo “Guerra Fria” levante controvérsias e críticas para caracterizar os eventos que ocorreram no mundo durante o período - tendo em vista que apresentaram-se momentos “quentes” com combates e guerras reais, como a Guerra das Coreias (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1955-1975), apenas não tendo ocorrido em países do centro, e sim, da periferia do globo - está posto que a Guerra Fria foi considerada um conflito ideológico entre dois modos de produção econômica e organização político-social. Richard Saull (2005) a caracteriza como “a form of global social conflict between states and social forces associated with the rival social systems of capitalism and communism”¹⁸. Nesse sentido, o autor chama atenção às características e propriedades sociopolíticas que são particulares a cada uma das superpotências, indicando diferentes formas de poder que transbordam fronteiras territoriais - atingindo principalmente o Sul global. Ainda de acordo com o professor, “consequently, the

¹⁸ Uma forma de conflito social global entre Estados e forças sociais associadas aos sistemas sociais rivais do capitalismo e comunismo (tradução nossa)

Cold War should be seen as a form of globalised social conflict between the expanding and uneven nature of capitalism and the communist revolutionary challenges to it” (SAULL, 2005, p. 253)¹⁹.

Desse modo, considerando a expansão capitalista de um lado e os desafios comunistas a tal expansão de outro, e tendo em vista o antagonismo bipolar que caracteriza esse fenômeno, dado o fim da Guerra Fria, tem-se a consolidação da supremacia capitalista na configuração da Ordem Mundial que se organiza. Ordem esta que era construída desde o fim da Segunda grande Guerra, mas que encontrou resistências ideológicas, políticas e econômicas - expressas na Guerra Fria e nos conflitos que a permeiam. Dessa forma,

“the end of the Cold War was not only about a reordering of global military power or the spread of liberal-democratic forms of government, but also the historical social and material defeat of the revolutionary-communist challenge to capitalism” (SAULL, 2005, p. 275)²⁰.

Pode-se afirmar que com o fim da Guerra Fria, portanto, tanto confirma-se a supremacia capitalista estadunidense, quanto não se apresentam mais alternativas plenas ou possíveis ao capitalismo. O comunismo enquanto não apenas uma forma particular de organização da vida social e da produção, mas também enquanto uma alternativa, uma forma de resistência ao modelo hegemônico do capital, trouxe com seu fim uma derrota para além de si mesmo. É claro que dado o fim da Guerra Fria, não se extinguem as contradições, crises, dificuldades e desafios ao capitalismo. O mesmo não passa a existir, persistir e expandir de forma homogênea e livre de atritos ao redor do globo. Existiram e seguem existindo formas de resistência e desafios postos à ordem capitalista,

“Furthermore, with the end of the Cold War, the contradictions and struggles that bedevilled the postwar international system and the opposition to the American-led order have not evaporated, they have merely changed form (...) Indeed, the hostility to American capitalist power has continued but the nature of that opposition has changed; becoming on the one hand 'progressive' when associated with the 'post-socialist' anti-globalisation movement, on the other, reactionary, as in the case of Islamic-inspired terrorism” (SAULL, 2005, p. 255)²¹.

¹⁹ Consequentemente, a Guerra Fria deve ser vista como uma forma de conflito social globalizado entre a natureza expansionista e desigual do capitalismo e os desafios revolucionários comunistas à ela (tradução nossa)

²⁰ O fim da Guerra Fria não foi apenas sobre a reordenação do poder militar global or a difusão de formas de governo liberal-democráticas, mas também sobre a derrota material, histórica e social do desafio comunista-revolucionário ao capitalismo (tradução nossa)

²¹ Além do mais, com o fim da Guerra Fria, as contradições e esforços que atormentaram o sistema internacional pós-guerra e a oposição À ordem liderada pelos americanos não evaporaram, apenas mudaram de forma (...) De fato, a hostilidade ao poder capitalista americano continua, mas a natureza dessa oposição mudou; tornando-se por um lado, ‘progressiva’ quando associada ao movimento antiglobalização ‘pós socialista’, e por outro, reacionário , como no caso do terrorismo inspirado no islamismo (tradução nossa)

A diferença é que com a declaração de sua vitória em 1989, a ordem capitalista passou a desenvolver agências e ferramentas ideológicas que ressignificam, contêm e destroem tais formas de resistência e desafios - uma delas sendo o centro da presente pesquisa, o terrorismo. Não é o “fim da história” de Fukuyama (1992), nem uma completa e plena dominação em todos os sentidos que as relações de poder podem permitir, é uma questão de estabelecimento concreto, reforço e reestruturação da hegemonia global dos Estados Unidos da América, representante das forças sociais que comandam o modo de produção e organização social capitalistas, agora de forma consolidada e sob uma nova égide.

Zizek, indica que

“Up to a decade or two ago, everybody was busy imagining different forms of the social organization of production and commerce (Fascism or Communism as alternatives to liberal capitalism); today, as Fredric Jameson perspicaciously remarked, nobody seriously considers possible alternatives to capitalism any longer, whereas popular imagination is persecuted by the visions of the forthcoming 'breakdown of nature', of the stoppage of all life on earth -- it seems easier to imagine the 'end of the world' than a far more modest change in the mode of production, as if liberal capitalism is the 'real' that will somehow survive even under conditions of a global ecological catastrophe” (1994, s/ p.)²².

Essa nova forma é representada pelo neoliberalismo, que reflete e induz a certeza da supremacia capitalista nas esferas da vida humana a partir desse momento do desenvolvimento global. São as linhas mestras e as normas indicadas pelo neoliberalismo que fixam - de forma institucionalizada - a posição das forças do capital no centro do comando do bloco histórico que se constitui. Ainda na década de 1980, Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, teve sua campanha eleitoral marcada pelo lema “there is no alternative”²³, referindo-se à vitória incontestável do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização. Em 2009, o teórico cultural britânico Mark Fisher escreve “Capitalist Realism: is there no Alternative?” indicando na obra que os tempos são de esterilidade cultural e política.

É nesse sentido que encontra-se clareza na afirmação acima exposta por Zizek, de que hoje é mais fácil para a maioria da população imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Segundo Fisher, hoje em dia, para os jovens europeus, a falta de alternativas ao

²² Até uma ou duas décadas atrás, todo mundo estava ocupado imaginando diferentes formas de organização social da produção o do comércio (fascismo ou comunismo como alternativas para o capitalismo liberal); hoje, como Fredric Jameson perspicazmente observou, ninguém mais seriamente considera possíveis alternativas para o capitalismo, enquanto a imaginação popular é perseguida pelas visões do iminente ‘colapso da natureza’, do fim de toda vida na Terra - parece mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ do que uma muito mais modesta transformação no modo de produção, como se o capitalismo liberal é o ‘real’ que irá de alguma forma sobreviver mesmo sob condições de uma catástrofe ecológica global (tradução nossa)

²³ Não há alternativa (tradução nossa)

capitalismo não é mais nem um problema, não é mais uma inquietação, pois o “capitalism seamlessly occupies the horizons of the thinkable” (FISHER, 2009, s/ p.)²⁴. Desde o fim da Guerra Fria até os dias de hoje, em que a realidade é caracterizada por fenômenos sociais e culturais como este, foram inúmeros e poderosos os trabalhos ideológicos realizados pelos grupos sociais e instituições que coordenam e organizam o bloco histórico no qual vivemos. Esforços estes em favor da naturalização e propagação desse tipo de sentimento de conformidade com a supremacia das forças capitalistas e, por consequência, do país que mais as representam.

Em 1991 há, portanto, a queda não só do muro de Berlim, mas também da esperança de que o sistema internacional poderia organizar-se de outra forma que não segundo o modo de produção ditado pela acumulação do capital. Uma queda de possibilidades, abrindo caminho para a ampla dominação - agora de forma global - do capitalismo, liderado pelos Estados Unidos da América. A vitória norte-americana na Guerra Fria representou a vitória de um conjunto de princípios econômicos e políticos: democracia e livre mercado (CHOMSKY, 1996). Uma vez desmantelada a União Soviética e derrotado o “grande inimigo vermelho”, os Estados Unidos da América encontravam-se livres em um mundo no qual nenhuma outra potência poderia fazer frente a sua hegemonia (LEITE, 2009). Nesse contexto, passa a ser vista como responsabilidade estadunidense a propagação dos valores e ideais democráticos, cristãos, familiares e de livre mercado por todo o globo, em uma missão declarada, cujas ações políticas reforçam o poder da nação. O fim da Guerra Fria foi um evento marcante na história mundial, que significava que a partir de então, os EUA poderiam disseminar seus valores visando difundir ideais democráticos e liberais.

Fisher (2009) aponta que até o colapso do muro de Berlim, o problema que o capitalismo enfrentava era o de conter forças externas. A partir de então, contrariamente, o problema está em como funcionar sem um mundo externo que possa ser colonizado e apropriado - tendo em vista os movimentos decoloniais, de libertação nacional, a independência conquistada por diversas nações periféricas, a consciência global com relação ao racismo, ao colonialismo e à dominação político-militar. É nesse sentido que passa a organizar-se a estratégia hegemônica, com aspirações imperiais, dos Estados Unidos da América²⁵. Ascende, portanto, um novo discurso. Um discurso de política externa estadunidense que é ressignificado, ainda que

²⁴ Capitalismo ininterruptamente ocupa os horizontes do imaginável (tradução nossa)

²⁵ Como apontado por Dean Acheson, “o objetivo da grande estratégia imperial é impedir qualquer desafio ao ‘poder, posição e prestígio dos Estados Unidos da América’”, (1963 apud CHOMSKY, 2003, s/ p.) (tradução nossa)

defendendo princípios já antes vistos, ele passa a ser proferido de diferentes maneiras, utilizando-se de ferramentas lexicais diferentes e suportado pela institucionalização de seus valores. Encontra-se aqui a importância de dois fatores que - lembrando as premissas de Robert W. Cox com relação à configuração do bloco histórico - acompanham a supremacia das capacidades materiais conquistadas pelo ator dominante no presente contexto. Primeiramente, das instituições ou organizações internacionais, que são mecanismos de institucionalização de regimes de regulação - os quais (tal qual o *fordismo* ou *toyotismo*) são alicerces da ordem hegemônica. Isto porque criam regras de atuação, ditam os costumes e o estilo de vida da sociedade. E também a importância da linguagem, da mídia e de outras plataformas ideológicas que passam a representar as formas em que é disseminado e sustentado o discurso hegemônico do maior expoente do capital internacional - assunto a ser abordado nas seções seguintes do presente trabalho. Essa resignificação de discurso, que carrega consigo fatores de continuidade mas que se coloca frente à sociedade internacional de uma maneira nunca antes vista, tem relação com o fato de que a partir do momento em que se encerra a bipolarização do globo diante da hegemonia estadunidense, o país toma as rédeas do desenvolvimento não só de sua própria nação e Estados aliados, não só da economia política internacional ou das instituições ocidentais, mas toma as rédeas do desenvolvimento da humanidade como um todo. Os EUA passam a vestir - e com orgulho - a roupa de líder do mundo, e empenham-se na construção de organizações que sustentem seu papel de liderança e de regimes que possibilitem a perpetuação desse poder. De tal forma, passam a ditar comportamentos e disseminar valores morais

“estava em construção a “nação indispensável”, protetora das instituições e dos valores democráticos, próprios da civilização. A história, de acordo com Bush, mostraria que os Estados Unidos teriam sua maior oportunidade de garantir sua hegemonia e expandir seus valores” (LEITE, 2009, p.42).

Buscando entender como os EUA foram levados à empreenderem-se em azáfamas tal qual a Guerra do Vietnã, um projeto que prontamente não trazia benefícios materiais à população e, inclusive, gerava um movimento de resistência, protesto e contra-cultura em seu território, se faz necessária uma análise crítica, que busca enxergar interesses por detrás de tais decisões. David Harvey (2005) comenta que a estratégia de contenção do poder soviético por parte dos estadunidenses não pode ser totalmente compreendida sem que se analisem os interesses comerciais da nação, buscando “manter a maior parcela possível do mundo aberta à acumulação do capital por meio da expansão das trocas, do comércio e das oportunidades de investimento externo” (HARVEY, 2005, p. 34). Uma vez garantida essa abertura na esmagadora maioria do planeta, com o fim da Guerra Fria, os caminhos encontravam-se

aparentemente livres para que fosse enfim concretizada uma Nova Ordem Mundial. Essa Nova Ordem Mundial emerge em um contexto de grandes mudanças no cenário internacional, transformações além dos produtos primários do fim da Guerra Fria.

Por mais que pareça contraditório destarte, os apelos a uma Nova Ordem Mundial foram ouvidos não apenas nas nações do centro global, mas também ao Sul do globo. Como exposto por Chomsky (1996), após um breve intervalo em que o Terceiro Mundo conseguiu ser assertivo em fazer com que alguns de seus interesses fossem ouvidos - incentivado pelo choque do petróleo em 1973 - o curso natural dos eventos na economia política foi retomado, marginalizando tais interesses periféricos. Isto é, conforme

“as condições de comércio retomavam seu desvio de longa duração a favor das sociedades industriais, os centros de poder (...) voltaram-se para uma nova forma de neocolonialismo, monopolizando o controle sobre a economia mundial, solapando os elementos mais democráticos das Nações Unidas (...) (CHOMSKY, 1996, p. 15).

Assim, o Sul passa a clamar por uma ordem mundial que corresponda às demandas de justiça, equidade e democracia. Obviamente, não era o que esperavam quando entrou em curso de fato a Nova Ordem Mundial liderada pelas potências ocidentais. Isto porque, como efetivamente exposto pelo cientista cognitivo norte-americano, notam-se as:

“linhas mestras da ordem mundial: os homens ricos das sociedades ricas são os que dirigem o mundo, competindo entre si por uma maior porção de riquezas e poder e impiedosamente suprimindo aqueles que ficam em seu caminho, auxiliados pelos homens ricos das nações famintas que dão seu lance” (2006, p. 16).

A Guerra Fria servia muitas vezes como rótulo, razão e justificativa para ações políticas e econômicas que refletiam interesses particulares de determinados grupos sociais em busca de uma expansão de seu poder, domínio e influência concomitantemente com a propagação de seus valores e contenção de seus inimigos. Da mesma forma, a Guerra ao Terror²⁶ também serve

²⁶ A Guerra ao Terror é uma estratégia militar e ideológica dos Estados Unidos da América, cujo objetivo é derrotar o terrorismo enquanto uma ameaça ao seu estilo de vida enquanto uma sociedade aberta e livre. Isso através da negação sistemática dos recursos que os grupos terroristas precisam para operar e sobreviver e de reformas democráticas que instaurem no mundo árabe as instituições vistas como essenciais para uma estratégia de sucesso na derrota da ameaça à liberdade estadunidense. Declarada por George W. Bush Filho, o projeto significa que a nação estadunidense não poderia mais depender apenas de uma posição defensiva, devendo atacar os terroristas em solo estrangeiro. Nas raízes da Guerra ao Terror está a postura firme do então presidente, que decidiu fazer com que os EUA respondessem aos ataques não com o FBI ou com advogados, mas com as forças armadas e instrumentos de poder nacional. A definição do inimigo é dada por uma vasta rede de organizações terroristas e seus patrocinadores (Estados). No sentido de caírem nas mãos de tais redes de terror, as armas de destruição em massa se tornaram um elemento de grande urgência no delineamento das estratégias nacionais da Guerra ao Terror. Dessa forma a principal ameaça na Guerra ao terror é a conexão entre grupos terroristas, os Estados que os apoiam e as armas de destruição em massa. O subsecretário de defesa na época, Douglas J. Feith declarou que se trata de uma batalha de ideias, e para vencer tal embate os EUA trabalham, através da Guerra ao Terror, na deslegitimação do terrorismo enquanto ideologia e no apoio aos modelos moderados do mundo muçulmano (BANUSIEWICZ, 2004).

como um artefato de justificação que – devido a força de seus rótulos – motiva as empreitadas contra-terroristas e mascara os interesses das forças sociais responsáveis por tal projeto – forças que estão certamente inseridas nos aparelhos governamentais dos países do centro e também da periferia do sistema. Dessa forma, a Guerra ao terror, assim como “a Guerra Fria tem tido uma certa utilidade funcional para os gerentes doutrinários e do Estado, oferecendo padrões rituais de apologia para qualquer horror ou injustiça” (CHOMSKY, 1996, p. 14). A forma com que se dá esse processo de universalização de interesses, de construção de um novo inimigo concomitantemente com a sustentação do *status quo* e a expansão do poder do capital transnacional e das classes ligadas à ele, pode ser compreendida através da estruturação das três categorias expostas por Cox na construção de um determinado bloco histórico. Dessa forma, é na união de uma clara expansão das capacidades materiais, da organização de instituições internacionais e do poder ideológico apresentada pelas forças sociais hegemônicas – as quais dominam estruturalmente e substantivamente a política externa dos EUA, a partir do domínio que têm dentro da própria sociedade estadunidense – que torna-se possível compreender como transforma-se a configuração mundial a partir do final da Guerra Fria. É com foco no poder ideológico e nas suas ferramentas enquanto modo de garantir o domínio estadunidense, que a próxima seção deste capítulo pretende se desenvolver.

2.2 Uma análise crítica de discurso

É proposto no presente trabalho a realização de uma análise de discurso que permeia a construção do inimigo declarado na Guerra ao Terror. Justifica-se dada a necessidade de averiguar-se as concepções linguísticas para que haja uma compreensão mais ampla do tema, uma visualização das ferramentas que atuam ideologicamente para o estabelecimento de consensos na comunidade internacional – os quais permitem que certas práticas políticas sejam executadas, por mais irracionais ou cruéis que pareçam. Tal justificativa torna-se mais clara com a conexão entre linguagem e prática trazida por Joanne Esch:

“Scholars such as Jackson (2005) and Wilmer (2002) have pointed out that wars cannot be fought without a widespread willingness in society, and social willingness requires a shared understanding of circumstances and significance, which is constructed through language. Language and practice are two sides of the same coin, and political myth has an exceptional ability to give power to language” (2010, pg 363)²⁷.

²⁷ Acadêmicos como Jackson (2005) e Wilmer (2002) apontaram que guerras não podem ser lutadas sem uma disposição generalizada na sociedade, e disposição social requer compreensão compartilhada das circunstâncias e da significação, a qual é construída através da linguagem. Linguagem e prática são dois lados da mesma moeda e mitos políticos têm uma habilidade excepcional em dar poder à linguagem (tradução nossa)

A análise crítica do discurso possibilita, portanto, o reconhecimento da ideologia enquanto força ativa na sustentação do atual bloco histórico, permitindo visualizar as “letras miúdas” contidas nas cartilhas daquilo que muitas vezes é comunicado como justificativa moral, religiosa ou humana das atrocidades que hoje o mundo conhece sobre as intervenções em nome da paz, democracia e direitos humanos - levadas à cabo pelo Ocidente e lideradas pelos Estados Unidos da América. Se observa que:

“When, for example, some Western power intervenes in a Third World country on account of violations of human rights, it may well be 'true' that in this country the most elementary human rights were not respected, and that the Western intervention will effectively improve the human rights record, yet such a legitimization none the less remains 'ideological' in so far as it fails to mention the true motives of the intervention (economic interests, etc.)” (ZIZEK, 1994, s/ p.)²⁸.

Por meio de uma análise crítica do discurso proferido pelos atores envolvidos no processo, busca-se investigar a construção de identidades em torno do terrorismo transnacional, examinar a recepção e a reprodução do discurso e como ele influencia a ação política norte-americana e, por conseguinte, averiguar como tais elementos contribuem para justificar a atuação internacional da política dos EUA (GOMES; REIS; ESPÍNDOLA, 2014).

Com este objetivo, portanto, é imprescindível realizar a conexão entre o papel da ideologia e o da linguagem - sendo esta uma ferramenta daquela. O papel da linguagem nessa estrutura seria o de perpetuação das ideologias (LEITE, 2009). Utilizando-se das teorias do filósofo marxista Althusser, e por meio do materialismo histórico, é possível compreender como determinadas reproduções sociais se dão por meio dos discursos, já que através dos recursos linguísticos, os Aparelhos Ideológicos do Estado são capazes de materializar a perpetuação de crenças e valores sobre a sociedade (LEITE, 2009). O materialismo histórico surge como uma forma de conceber a distinção marxista entre estrutura e superestrutura - a primeira relacionada ao modo de produção de uma sociedade e a última compreendendo as instituições que o propagam. Dessa forma, a ideologia faz parte da superestrutura e, “portanto, só pode ser concebida como uma reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada” (MUSSALIM, 2001, p. 104). Relembra-se os conceitos teóricos de poder, ideologia e hegemonia, nos quais os processos produtivos geram as hierarquias entre as forças sociais, que transbordam para as outras esferas da vida humana, levando consigo suas relações de poder.

²⁸ Quando, por exemplo, algum poder ocidental intervém em um país do Terceiro Mundo por motivos de violações dos direitos humanos, pode muito bem ser ‘verdade’ que nesse país os mais elementares direitos humanos não foram respeitados, e que a intervenção ocidental irá de fato melhorar o registro de direitos humanos, porém tal legitimação não obstante, permanece ‘ideológica’ na medida em que falha na menção dos reais motivos da intervenção (interesses econômicos, etc) (tradução nossa)

É desta forma que os estudos sobre a linguagem são considerados uma prática social, o que significa estudar os discursos enquanto reflexo dos processos sociais - considerando o texto e o contexto como análises de relações de poder (ROLIM, 2015). Sendo assim, os discursos atribuem poder à linguagem e, desta forma, não só moldam o que uma população considera legítimo, mas também afetam a prática política (ESCH, 2010). Ao considerar a linguagem como um reflexo das relações de poder, mas também uma plataforma para sua sustentação, o presente trabalho se baseia nas ideias do acadêmico Norman Fairclough, um dos nomes mais relevantes nos estudos da linguística. Britânico, o professor é um dos pioneiros na análise crítica do discurso, estudando a influência do poder sobre os discursos, principalmente midiáticos.

Fairclough traz a noção de um discurso como não apenas uma reprodução social - que age na construção de identidades próprias, e alheias, quando investidos com poder - mas também como uma significação social (LEITE, 2009). Ou seja, a linguagem molda as práticas sociais e as ações políticas, refletindo as relações de poder que as determinam, e conferindo significação a essa configuração sociopolítica de dominação. Ao mesmo tempo, ao influenciar as práticas sociais, a linguagem também molda tal configuração de poder. Nas palavras de Fairclough, isso significa “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito para a primeira” (1989, p. 91). É possível reconhecer uma relação mútua, de causalidade e dependência, já que a estrutura social determina as condições de produção do discurso e o discurso reproduz as relações de poder que são as condições que suportam tal estrutura social.

Outro aspecto de uma relação dialética de complementaridade que permeia as análises de discurso é referente aos significados político e ideológico de um discurso (LEITE, 2009). Eles não são separados, mas conectam-se também enquanto um permite a sustentação do outro e esse outro garante as condições para a existência do um. O discurso enquanto prática política “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 94). Já, “no que se refere à prática ideológica, o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem, de acordo com as relações de poder preexistentes” (LEITE, 2009, p. 32).

Sendo assim, as capacidades ideológicas de um discurso provêm das relações sociais de poder existentes na estrutura político-econômica e, ao mesmo tempo, a linguagem de tal discurso é capaz de moldar a realidade e influenciar o estabelecimento das estruturas sociais de um determinado bloco histórico.

A fim de compreender o discurso enquanto ferramenta ideológica e pilar de manutenção do *status quo*, deve-se considerar os aspectos mais sutis do léxico utilizado pelos atores dominantes cuja voz é ouvida através de tais narrativas, identificando primordialmente como e quem são consideradas ameaças. É essencial, portanto, antes de tudo, estabelecer como foi dada a construção do inimigo, a qual permitiu e ainda permite as atrocidades cometidas em nome da expansão da democracia, do livre mercado e dos valores morais e religiosos defendidos principalmente pela nação *yankee*. Além de justificar as intervenções e ações securitárias levadas à cabo pelo Ocidente em sua guerra contra o terror, a construção das identidades que estão em jogo nessa arena também serve como uma forma de estabelecer, intensificar e perpetuar comportamentos racistas, isto é, “a imprensa, atrelada aos interesses de uma elite ocidental, fomenta o preconceito e o senso comum” (LAFORÉ; HARARI, 2011, p. 21). Visando dar suporte às ações intervencionistas, a reprodução dos preconceitos na sociedade conta com uma contribuição discursiva,

“não se trata apenas de uma forma discursiva de fazer política; ao mesmo tempo contribui para a agenda e opiniões públicas, o que fornece a legitimidade necessária para decisões que, de outra forma, poderiam ser moral ou legalmente dúbias” (ROLIM, 2015, p. 18).

Faz parte das múltiplas funções do papel das ideias no tripé do bloco histórico, junto com as instituições e as capacidades materiais, a reprodução de padrões de pensamento que garantam às forças sociais dominantes, infiltradas nos Estados e para além deles, atuarem ativamente na organização da ordem mundial - assegurando seu espaço de dominação. Para que esse efeito seja possível, é necessário visualizar como a construção identitária se dá através de “elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao “outro”, em relações do que está no interior/exterior e que são manipulados como bem/ mal, civilizados/bárbaros etc” (LEITE, 2009, p. 37). No discurso, portanto, há a construção de mais de uma identidade - trata-se de um duplo processo, pois conforme molda a imagem do inimigo, também constrói a imagem do herói. Nesse sentido percebe-se a urgência dos Estados Unidos da América em sempre buscar apontar um “vilão” - não plenamente em busca de uma repreensão em nome da defesa de seus valores democráticos, cristãos e ocidentais, mas em nome da sua construção identitária enquanto grande salvador do mundo, enquanto herói. Isso permite que o Estado em questão, e as forças sociais a ele ligadas, possa manter seu nível de influência e hegemonia, e “maintaining the status quo is the minimum goal of any great power” (WALTZ, 1979, p. 191)²⁹.

²⁹ Manter o status quo é o objetivo mínimo de qualquer grande poder (tradução nossa)

Nesse sentido é possível reconhecer a importância daquilo a que Joanne Esch, em seu trabalho de 2010 intitulado *Legitimizing the “War on Terror”: Political Myth in Official-Level Rhetoric*, chama de “mitos políticos”. O artigo foca em dois dos mais relevantes mitos presentes nos discursos políticos analisados pela autora, que seleciona aqueles proferidos pelos oficiais do governo estadunidense na retórica da guerra. Destarte, é necessário estabelecer um conceito mais esclarecido do que são mitos políticos, antes que se faça a análise daqueles apontados como os elementares na construção do ideal americano. De acordo com Bottici e Challand, os mitos políticos são definidos como “the continual process of work on a common narrative by which the members of a social group can provide significance to their political conditions and experience” (2006, p 320 apud ESCH, 2010, p. 357)³⁰. Em vista disso, buscando dar significância aos eventos, a análise filosófica sobre os mitos discursivos presentes na linguagem política permite reconhecer o processo de legitimação que permeia as ofensivas do contraterrorismo. Esse reconhecimento só é possível devido ao aspecto crítico da análise, que “relaciona-se com o estudo aprofundado ao ponto de revelar conexões escondidas, ao nível do discurso enquanto prática social de articulação e equilíbrio de poder” (ROLIM, 2015, p. 16).

Os dois mitos políticos apontados por Esch como centrais à cultura política estadunidense dizem respeito ao excepcionalismo americano e civilização *versus* barbárie:

“The former defines America’s ideal image of itself and its place in the world, and the latter defines American national identity in opposition to an “evil other.” Both myths have been instrumental in providing moral justification for military violence throughout American history and are important for understanding contemporary war rhetoric” (2010, pg 358)³¹.

O excepcionalismo americano refere-se à “divina providência” dos EUA, indicando não apenas que se trata de uma nação especial, mas trata-se da melhor e maior nação - daquela que foi incumbida com uma missão a ser liderada em nome de toda humanidade - diz respeito, portanto, aos EUA serem o país “escolhido” e terem um chamado divino. Essa missão, de acordo com Bush Filho, significa que “history has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom’s fight” (29 Jan. 2002, apud ESCH, 2010, p. 377)³². Por tratar-se de uma responsabilidade e de um privilégio, os Estados

³⁰ O contínuo processo de trabalho em uma narrativa comum pela qual os membros de um grupo social podem prover significância às suas condições e experiências políticas (tradução nossa)

³¹ O primeiro define a imagem ideal da América enquanto ela mesma e seu lugar no mundo, e a última define a identidade nacional americana em oposição a um ‘outro do mal’. Ambos os mitos foram instrumentais em prover justificativa moral para a violência militar por toda a história americana e são importantes para o entendimento da retórica contemporânea da guerra (tradução nossa)

³² A história chamou a América e nossos aliados à ação, e é tanto nossa responsabilidade quanto nosso privilégio lutar a luta pela liberdade (tradução nossa)

Unidos declaram ao mundo que assumem a posição que lhes foi garantida com o final da Guerra Fria: a de atores hegemônicos do sistema, anunciando - em nome de toda a humanidade (já que assumem o papel de seu interlocutor legítimo) - uma guerra, e afirmando estarem dispostos a liderar e a lutar a qualquer custo. É sua missão e seu prazer, e dessa forma, assumem seu papel no sistema e empreendem-se em uma tarefa que reforça tal posição, buscando perpetuá-la, já que finalmente encontram-se onde acreditam que seja seu lugar: no centro, no controle dos fatores que conformam o bloco histórico do momento, representando as forças sociais que o dirigem.

Intimamente ligado ao excepcionalismo estadunidense, encontra-se o fator religiosidade. Mais do que uma plataforma ideológica e uma ferramenta discursiva, a constatação de que “Deus” encontra-se apoiando um dos lados de qualquer guerra, trata-se de uma arma que moraliza e justifica as ações empregadas nas batalhas dela decorrente, pois garante à guerra o *status* de justa:

“o poder sem precedentes conseguido pelos Estados Unidos, o lugar onde o Ocidente se manifesta em sua autenticidade, não é outra coisa senão a manifestação do desígnio providencial. E o recurso às armas para defender ou consolidar esse primado é, por definição, santificado por Deus” (LOSURDO, 2010, p. 252).

A “bênção” de Deus garante que a missão imperial assumida pelos EUA seja confirmada e aceita, dando-lhes o supremo aval para expandir seus valores econômicos, políticos e sociais em busca da sustentação da configuração do bloco histórico e das forças hegemônicas que dele decorrem por meio das hierarquias de poder. Segundo Domenico Losurdo,

“George W. Bush conduziu sua campanha eleitoral proclamando um verdadeiro dogma: “Nossa nação é eleita por Deus e tem o mandato da história para ser um modelo para o mundo”. Como se vê, na história dos Estados Unidos, a religião é chamada a desempenhar em nível internacional uma função política de primeiro plano. Estamos na presença de uma tradição política que se exprime com uma linguagem explicitamente teológica” (2010, p. 111).

A religiosidade, entretanto, não só legitima as práticas políticas e apoia o eixo ocidental, mas também - e muito mais explicitamente - serve como caracterização negativa do eixo não-ocidental, justificando seus comportamentos bárbaros. Atuando enquanto plataforma ideológica, a ferramenta teológica estabeleceu um consenso na sociedade de que os atentados terroristas cometidos após a Guerra Fria estavam intimamente ligados ao fundamentalismo islâmico e à religião muçulmana. Sendo assim, as políticas que decorrem em função do antiterrorismo passam a exigir uma profunda transformação social e cultural nos territórios considerados expoentes terroristas, ou seja, em territórios cujas sociedades são

majoritariamente muçulmanas. Através dessa ideia - de transformar profundamente um aspecto social e cultural, considerado o responsável por causar os ataques terroristas - que se legitimam as invasões ao Iraque e Afeganistão (NASSER, 2014). O professor brasileiro Reginaldo Nasser ainda complementa:

“O conceito do “novo terrorismo”, também denominado terrorismo religioso, catastrófico ou pós-moderno, estaria intrinsecamente relacionado às determinantes culturais e religiosas, e, dessa forma, foi amplamente incorporado aos discursos políticos e midiáticos para explicar tanto a al-Qaeda quanto outros grupos considerados fundamentalistas no mundo islâmico” (2014, p. 65)

Ao conferir não somente à si mesmo o status de “lado abençoado, divino, pacífico”, as forças sociais que controlam as plataformas ideológicas e suas ferramentas linguísticas conferem ao “outro” o duplo papel de “bárbaro, vilão, violento, sem escrúpulos”, mas também de “oprimido, à mercê de forças malignas”, ao qual se deve misericórdia, ajuda e salvação, para libertá-lo das garras de tais forças do mal. Torna-se, portanto, aceitável julgá-los enquanto o elo mais negativo e impiedoso da humanidade, ao mesmo tempo em que se torna uma missão de salvação intervir nos países que se encontram submetidos aos perigos da desvirtuação e distantes dos valores morais ocidentais. Irônico, entretanto, é que seja exatamente em tais missões que se desrespeitem amplamente os direitos humanos, a democracia internacional e as soberanias nacionais, que se cometem atrocidades, destruição e ataques com claras assimetrias de poder pela nação regida pelas forças da divindade, que prega globalmente a palavra de Deus e da liberdade. Buscando difundir-la a todas as sociedades, os Estados Unidos da América o fazem através de uma quebra de comportamento cristão: carregam consigo os ensinamentos da Bíblia e os declaram ao mundo, enquanto desrespeitam um de seus primordiais mandamentos, por exemplo, o de não matar. Nas empreitadas estadunidenses, os soldados e os drones carregam não somente a bandeira da nação e as forças do capital, mas também a cruz cristã, que serve sua função de condescendência com a população - “a certeza tranquila de representar uma causa santa e divina facilita não só a mobilização unânime nos momentos de crise, mas também a repressão ou a banalização das páginas mais negras da história dos Estados Unidos” (LOSURDO, 2010, p. 115).

Um outro aspecto do excepcionalismo americano, que se refere à sua missão contra o mal, é visualizado de forma ainda mais perceptível através da característica apocalíptica que se confere à Guerra ao Terror. É esse traço que mais explicitamente inspira, por exemplo, a retórica cinematográfica ligada ao tema; é esse traço que concede exageros e um aspecto de grandeza surreal aos atentados do 11 de setembro; é esse traço que facilita a transformação de um ataque particular em uma ameaça global. Esse movimento representa as intenções estadunidenses

nutridas desde o final da 2ª Guerra Mundial e confirmadas ao fim da Guerra Fria, desígnios estes de proporções sistêmicas, mundiais. Como bem colocado por Joanne Esch, “official rhetoric of the “War on Terror” has employed this apocalyptic outlook insofar as it has set its sights on extensive global transformation” (2010, pg 374)³³. Dar ao fenômeno um aspecto apocalíptico exige exagerar suas proporções, torná-lo popular, incansável, histórico; causando, assim, maior impacto sobre a população, engajando-a mais na luta que se propõe.

Baseando-se numa doutrina de guerras preventivas, Washington dá-se o direito de atacar militarmente, de forma claramente assimétrica - dada suas monstruosas capacidades materiais e principalmente militares -, qualquer grupo, país ou região que julgar necessário, que julgar ameaçador. Parte desse direito que lhe parece ser reservado repousa sobre o fato de que “sobre o conjunto das relações internacionais paira agora o espectro de um terrorismo permanente, planetário e totalizante” (LOSURDO, 2010, p. 22). Sendo as consequências dos atentados de grande magnitude (como a declaração de uma Guerra), grande também deveria ser a comoção geral, o impacto geral sobre a sociedade - grande ao ponto de ser apocalíptico. Como Joanne Esch afirma:

“In portraying the events as a crucial and decisive moment in history, Bush’s speechwriters (intentionally or otherwise) employed what Cap (2005, 2007) called a temporal proximization strategy. Portraying events as historic and momentous is one strategy by which a speaker can bring those events closer and make them more important to the addressee, which serves the larger purpose of legitimization in political discourse” (2010, pg 377)³⁴.

Outro mito político que representa de forma mais explícita e abrangente as ferramentas ideológicas apresentadas pelos atores que conduzem o discurso da Guerra ao Terror e pelas instituições sociais que o reproduzem, é o da civilização vs barbárie. Nas palavras de Tony Blair, primeiro ministro do Reino Unido, trata-se de uma

“guerra entre o mundo civilizado e o fanatismo [...] sejam quais forem as questões técnicas ou legais sobre a declaração de guerra, o fato é que estamos em guerra contra o terrorismo [...] o que ocorreu na terça-feira não foi um ataque só contra os EUA. Foi contra o mundo civilizado” (2001, p. 3, apud FILHO, 2002, p. 125)³⁵.

Diversos são os “mitos políticos” explícitos na linguagem imperial das forças ocidentais que, em geral, buscam comprovar a realidade de um bem x mal - já que é dessa forma que conseguem justificar e ainda caracterizar uma guerra de fato. No discurso contra terrorista os

³³ A retórica oficial da “Guerra ao Terror” empregou essa perspectiva apocalíptica na medida em que determinou seus objetivos em uma extensiva transformação global (tradução nossa)

³⁴ Ao retratar eventos como um momento crucial e decisivo na história, os escritores dos discursos de Bush (intencionalmente ou não) empregaram o que Cap (2005, 2007) chamou de estratégia temporal de aproximação. Retratar eventos como históricos e momentosos é uma estratégia através da qual o orador consegue trazer tais eventos para mais perto e fazê-los mais importantes para o destinatário, o que serve o propósito maior da legitimação nos discursos políticos (tradução nossa)

³⁵ A terça-feira faz referência a 11 de setembro de 2001

bárbaros representam as forças do mal, atrasadas culturalmente, alienadas da ideologia dominante, distantes dos valores morais de liberdade, democracia e cristandade. Além do mais, representam as atrocidades, os atos impiedosos e violentos, as degolações, explosões, suicídios, e demais irracionalidades que são considerados atos comuns praticados por aqueles que são classificados como terroristas. Essa constatação fortalece o efeito legitimador ao qual se propõe cumprir a função ideológica aplicada no contexto. O mito civilização vs barbárie pode ser verificado claramente no discurso do então presidente Bush, quando o mesmo afirma que “the civilized world is rallying to America's side” (UNITED STATES OF AMERICA, 2001)³⁶.

Uma outra categoria discursiva relevante apresentada pelo filósofo marxista italiano, Domenico Losurdo, em sua obra *A Linguagem do Império: Léxico da Ideologia Estadunidense*, é a do antiamericanismo. O professor aponta que são classificadas por tal categoria as ações que inspiram reflexões e autocríticas no Ocidente com relação às empreitadas contra terroristas, e que a mesma se define como o sintoma de uma doença: “o desajuste em relação à modernidade e a surdez às razões da democracia” (LOSURDO, 2010, p. 97). É importante considerar, para melhor compreensão dos impactos e significados do termo antiamericanismo, o que é tido como americanismo. Exaltação do modo de vida americano, triunfo em guerras e generosidade aos aliados, impulsos nacionalistas, exaltação patriótica, supremacia militar e econômica, superioridade política e cultural, liberdades individuais, proteção divina, enfim, todas aquelas facetas do que é ligado ao “sonho americano” e conhece-se por “*american way of life*”. O antiamericanismo, portanto, se refere à oposição a todos esses valores que são não apenas defendidos em escala global, mas considerados desejáveis por todos e essenciais na construção de uma nação perfeita - “nesse contexto, o “americanismo” é a palavra de ordem que legitima e consagra o “destino manifesto” e a missão imperial dos Estados Unidos, dos anglo-saxões, da raça branca” (LOSURDO, 2010, p. 101). É nesse sentido que o autor faz a conexão entre americanismo e colonização (e, por consequência, com o racismo). É na missão de colonizar, em larga escala, raças diferentes - julgadas inferiores e atrasadas -, as quais devem internalizar e adquirir tais valores americanistas, que a ideologia capitalista representada pela nação *yankee* adquire seu aspecto expansionista.

Mais uma categoria é apresentada pelo escritor italiano em sua obra sobre o léxico da ideologia estadunidense: “fanatismo islâmico”, que caracteriza o “ódio contra o ocidente”. Ao sentir-se atacado pessoalmente, enquanto cultura, enquanto maior defensor moral dos valores a serem seguidos pela humanidade, o Ocidente - e os Estados Unidos, em especial - passa a

³⁶ O mundo civilizado está unido no lado da América (tradução nossa)

caracterizar seus inimigos não só como ameaças à segurança nacional e à população civil de seus países, mas como inimigos de um estilo de vida. Este refere-se ao capitalismo, um estilo de vida baseado em tudo aquilo que, desde o final da Guerra Fria é intensificado pelo neoliberalismo e pelas normas ditadas por ele. O consumismo, a acumulação e concentração de capital, o monopólio financeiro, a globalização da produção e dos mercados, a precarização do trabalho, a estratificação social, a desigualdade latente e crescente, a financeirização, etc. Opor-se ao ocidente é opor-se aos ditames comportamentais esperados por tal modelo de organização social, política e econômica. É nesse sentido que refere o então presidente em seu primoroso discurso no qual declara a Guerra ao Terror: “these terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life” (BUSH, 2001) Buscando justificar seus ataques por meio do ódio sentido contra si mesmo, o Ocidente esquece de que o “outro lado” pode utilizar, e o faz, da mesma estratégia. É dado o ódio ocidental pelo Oriente, enquanto que o mesmo se coloca enquanto força de resistência às forças capitalistas hegemônicas do sistema. Como questiona Losurdo,

“Mesmo na diversidade da linguagem, ressoa poderoso e compacto o coro que chama a debelar o crime ou a doença que deforma o rosto sagrado da civilização, da sociedade aberta e livre, em uma palavra, do Ocidente, e que hoje assola, primeiro, o mundo árabe e islâmico. Mas por que o islã deveria respeitar e amar o Ocidente mais do que o Ocidente respeita e ama o islã? Lamentam-se por não ser amados pelo islã bem no momento em que há a preocupação em pintá-lo do modo mais odioso possível!” (2010, p. 243).

Outro aspecto que decorre da linguagem é a vitimização - presente não somente nos discursos oficiais dos agentes governamentais estadunidenses, mas também na mídia, no cinema, e nas produções acadêmicas sobre o tema. Considerar-se vítima de algo abre caminhos e justifica uma possível retaliação, e esse sentimento é primordial na construção da Guerra ao Terror enquanto maior projeto na luta antiterror da história da humanidade, como exposto por Joanne Esch, em seu trabalho de 2010:

“while the sense of victimhood and grievance that was emphasized and reemphasized in hundreds of texts was in no way invented or falsely manufactured, it did serve the political purpose of justifying American military action in the subsequent “War on Terror.” Reinforcing America’s primary victim status at the hands of a vaguely defined enemy (“terrorist networks of global reach”) makes it possible for military actions that are prima facie offensive (i.e., preventative wars) to be understood as retaliatory” (pg 373)³⁷.

³⁷ Enquanto o senso de vitimização e luto que foi enfatizado e re-enfatizado em centenas de textos não foi inventado ou falsamente fabricado, ele serviu ao propósito político de justificar a ação militar americana na subsequente “Guerra ao Terror”. Reforçar o *status* americano primário de vítima nas mãos de um inimigo vagamente definido (“redes terroristas de alcance global”) torna possível que ações militares evidentemente ofensivas (por exemplo, guerras preventivas) sejam entendidas como retaliatórias (tradução nossa)

Tal vitimização é visível logo no mais proeminente discurso proferido pelo presidente George W. Bush após os ataques do 11 de setembro, quando o mesmo profere “I ask you to continue to support the victims of this tragedy with your contributions (...) please continue praying for the victims of terror and their families” (2001)³⁸. O uso desse instrumento de vitimização não apenas serve para tornar mais justificável a retaliação, mas o faz de maneira injusta e exacerbada; é o ataque que confere o direito ao contra-ataque, é o golpe que permite a vingança - quanto maior for um, maior é permitido que seja o outro. Percebe-se o poder do discurso quando analisa-se justamente esse aspecto: o fato dos atentados do 11 de setembro serem considerados e pintados, na mídia, nas produções cinematográficas, nas escolas, e nos mais diversos aspectos gerais da sociedade, uma das maiores fatalidades da humanidade, sendo que o mesmo nem de longe representa uma tragédia com tais proporções. Jackson comprova:

“The attacks of September 11, 2001 and the suffering they caused in America were in reality far from exceptional: more than double the number of people killed by al Qaeda were killed everyday for a hundred days in Rwanda in 1994 . . . the UN estimates that more than three million people have died the ongoing war in the Democratic Republic of Congo since 1998; terrorists have killed tens of thousands of civilians in the last few years in Algeria, Sri Lanka, Israel and Chechnya; and on September 11, 2001 itself, an estimated 30,000 children died of hunger and preventable diseases across the developing world, as they do everyday” (2005, p.37, apud ESCH, 2010, p.374)³⁹.

Tendo em vista as análises de discurso apresentadas na presente seção, a escolha das palavras a serem utilizadas principalmente em discursos presidenciais ou de autoridades oficiais de um determinado Estado, suas instituições, ou até por representantes e líderes de organizações internacionais, se prova utilitária, proposital - por mais que às vezes pareça ser inconsciente. Isto porque elementos linguísticos como os citados anteriormente (eu/outro, interior/exterior, bem/mal, civilização/barbárie) são a representação léxica da atuação ideológica discursiva, e além deles, também o são os pronomes nós e eles, elementos de passividade nas vozes dos verbos, adições exageradas e irrelevantes, “rodeios”, eufemismos e hipérboles, metáforas e analogias.

Ao empregarem-se determinados termos, tem-se conhecimento do efeito que os mesmos causam na interpretação não somente daquilo a que refere o discurso, mas também na

³⁸ Eu os peço para que continuem a apoiar as vítimas desta tragédia com suas contribuições (...) por favor continuem rezando pelas vítimas do terror e pelos seus familiares (tradução nossa)

³⁹ Os ataques do 11 de setembro de 2001 e o sofrimento que os mesmos causaram na América foram, na realidade, longe de excepcionais: mais que o dobro do número de pessoas mortas pela Al Qaeda foram mortas todos os dias durante cem dias em Ruanda em 1994... As Nações Unidas estimam que mais de três milhões de pessoas morreram na contínua guerra na República Democrática do Congo desde 1998; terroristas mataram dezenas de milhares de civis nos últimos anos na Argélia, Sri Lanka, Israel e Chechênia; e mesmo em 11 de Setembro de 2001, estimadas 30.000 crianças morreram de fome e doenças evitáveis por todo mundo em desenvolvimento, como o fazem todos os dias (tradução nossa)

construção de tudo aquilo que se pretende construir com relação ao discurso, já que são uma forma de materialização da ideologia. “Thus, words that have clear opposites—for example, justice, western, evil, freedom, and hate—are especially powerful lexical triggers of political myth” (ESCH, 2010, pg 370)⁴⁰, e por este motivo são comumente empregadas nas narrativas políticas que permeiam o debate da Guerra ao Terror.

2.3 O termo terrorismo e seu processo mais recente de securitização

Primordial é a tarefa de definir o terrorismo. Quiçá tanto quanto os demais conceitos complexos apresentados neste presente trabalho, o terrorismo é uma categoria nos estudos das ciências sociais cuja definição ainda é incerta. Não apenas há a falta de consenso em meio a uma população nacional, como há também a incerteza entre toda a comunidade internacional sobre como conceitualizar tal fenômeno. Nem mesmo todas as agências nacionais dentro de um mesmo Estado conseguem plenamente conciliar suas definições em um mesmo sentido, assim como as organizações internacionais também discordam em certo grau. A Guerra ao Terror foi declarada por uma nação que sequer compreende o que é terrorismo de forma oficial (ALMEIDA, B. 2018). A dificuldade em combater o terrorismo começa neste ponto fundamental para a discussão, já que sem um claro estabelecimento daquilo que se luta contra, a própria disputa passa a apresentar nebulosidades, erros e incógnitas. Isso se prova uma verdade quando se repara que a maior das ofensivas contra terroristas, a Guerra ao Terror, é assim denominada - e não “Guerra ao Terrorismo” - torna-se uma questão de lutar mais contra um sentimento do que contra um inimigo bem definido.

A fim de explorar mais profundamente os efeitos de uma definição frágil e não universal de terrorismo sobre o projeto antiterrorista, trata-se de observar como algumas importantes instituições conceituam o termo. A começar pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o qual considera que

“[...] Por mais que não haja uma definição universal do Terrorismo, o departamento de defesa (DOD) o define como o uso ilegal de violência ou ameaça do uso de violência para insinuar medo e coagir governos e sociedades. O terrorismo geralmente é motivado pela religião, política, ou outra crença ideológica e é cometido na busca por objetivos que são geralmente políticos” (Department of Defense, Joint Publication 3-07.2, 2010. p.7 apud ALMEIDA, B. 2018, p. 45).

Percebe-se quão ampla e pouco rigorosa é tal definição, que abre espaço para as mais diversas interpretações. Ainda mais abrangente, entretanto, configura-se o conceito de

⁴⁰ Assim, palavras que têm claros opostos - por exemplo, justiça, ocidental, mal, liberdade, e ódio - são gatilhos lexicais especialmente poderosos dos mito políticos (tradução nossa)

terrorismo de acordo com a maior das instituições internacionais do sistema, a Organização das Nações Unidas, a ONU:

“[...] Reafirmando que atos, métodos e práticas de terrorismo em todas suas formas e manifestações são atividade miradas na destruição dos direitos humanos, liberdades fundamentais e democracia, ameaçando a integridade territorial, segurança dos Estados e desestabilizando governos constituídos legitimamente, e que a comunidade internacional deveria tomar passos necessários para melhorar a cooperação para prevenir e combater o terrorismo. [...]” (United Nations Office of Counter-Terrorism, UN global Counter-terrorism Strategy apud ALMEIDA, B. 2018, p. 55)

Através da apresentação de tais definições, instiga-se uma reflexão que vai além dos limites semânticos sobre o tema. Uma análise crítica com relação à forma com que se pensa o terrorismo pelo principal departamento da nação responsável pela liderança da Guerra ao Terror, e pela principal organização internacional presente e atuante no sistema de Estados na atualidade, permite a percepção de vácuos e falhas em pontos relevantes dos aspectos políticos de tais definições. Um dos principais efeitos desse fenômeno sobre a empreitada contra-terrorista levada à cabo pelos Estados Unidos após o 11 de setembro diz respeito ao fato de que os mesmos acabam por tornar aparentemente legal suas ações, muitas vezes terroristas, cometidas em nome da Guerra ao Terror, o que significa ignorar a existência do “terrorismo de Estado”, já que,

“Essas definições, ao excluírem o Estado como um possível ator de ações terroristas, legitimam atos que violam os direitos humanos e que poderiam ser classificadas como terroristas segundo outras definições. Como, por exemplo, a utilização exacerbada da violência e da tortura em uma situação de guerra e o isolamento econômico que certas regiões do planeta sofrem, acarretando na degradação da dignidade humana em prol dos interesses econômicos de um grupo de potências mundiais dirigidas por uma elite parasita e capitalizada” (LAFORÉ e HARARI, 2011, p. 20)

Nesse sentido, a não-definição do termo é ainda um fator de manipulação velado, no sentido de evitar que algumas ações sejam classificadas terroristas enquanto que outras obrigatoriamente entram nessa definição - de acordo com Losurdo, “quanto mais vaga a acusação, tanto mais fácil para sua validade se impor de modo unilateral e tanto mais inapelável se torna a sentença pronunciada pelo mais forte” (2010, p. 15). Pensando nas controversas e pouco eficazes definições de terrorismo apresentadas por órgãos governamentais e não governamentais anteriormente apresentadas, e lembrando a destruição nuclear cometida pela própria nação estadunidense ao final da 2ª Guerra Mundial - quando desenhavam-se os contornos da nova ordem mundial,

“Reginaldo Nasser reitera, contrapondo a definição que isenta o Estado: “Por que as bombas nucleares lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, por exemplo, não podem ser qualificadas como terrorismo? É possível perceber que quem mais praticou o terror na história foi o Estado” (LAFORÉ e HARARI, 2011, p. 20).

O bombardeio que encerrou os conflitos da guerra não apenas atingiu a população civil, mas a atingiu de forma geracional, massacrando milhares de pessoas, e também condenando as gerações futuras aos efeitos de um ataque nuclear em grande escala. Decorrente disso, aponta-se que “justo o país responsável por isso e que se recusa a qualquer reflexão autocrítica sobre esse acontecimento - os Estados Unidos - pretende decidir de modo soberano e inapelável quem é terrorista e quem não é” (LOSURDO, 2010, p. 22). A racionalidade a qual se procura obscurecer através da construção ideológica em sua função de legitimação, torna-se clara ao analisar-se um caso como esse - que inegavelmente representa barbárie e terror, assumindo as características que tão livremente são designadas aos opositores das forças hegemônicas. Losurdo explica:

“Como se vê, não é um comportamento concreto (o envolvimento ou o respeito da população civil) que define a linha de fronteira entre terrorismo e antiterrorismo. Ela coincide, ao contrário, com o limite entre barbárie e civilização, entre Oriente e Ocidente. O poder que decide de forma soberana quem são os bárbaros, dessa mesma forma decide quem são os terroristas” (2010, p. 51).

Tal manipulação e a constante reinterpretação do conceito de acordo com os interesses dos atores envolvidos no processo de securitização do terrorismo, permitiu uma banalização e apropriação do termo. Com forte influência do papel exercido pela mídia nesta função, o terrorismo - desde que tomou frente às agendas de segurança nacional - é tema persistente e popular nos noticiários, revistas, jornais e internet. A não-definição do termo enquanto uma ferramenta discursiva das forças sociais à frente do debate, garante que mais facilmente sejam construídas as identidades e concepções que as mesmas pretendem em seus discursos, defendendo seus interesses e estratégias. Isto é, os mitos políticos, enquanto atuam como alicerces das narrativas hegemônicas, apoiam-se sobre a conceituação vaga de terrorismo em seu objetivo de legitimar as ações políticas decorrentes das mesmas, tornando bastante ampla a licença para matar (LOSURDO, 2010). O marxista italiano aponta para mais aspectos daquilo que chama de uso terrorista da categoria terrorismo, considerando o caso da Palestina e citando um professor residente em Jerusalém, indicando que quando considerados os ataques terroristas contra Israel, são incluídos arremessos de pedras e, “se o garoto palestino que protesta contra a ocupação jogando pedras é “terrorista”, devemos considerar campeão da luta contra o terrorismo o soldado israelense que o mata a tiros?” (LOSURDO, 2010, p. 49).

Sendo que o objetivo do presente trabalho não é o de gerar um debate acerca da definição conceitual do termo terrorismo, e sim de fazer uma análise aprofundada sobre os interesses que inspiram e encontram-se por trás dos fatores que decorrem de tal conceituação, torna-se possível perceber a unilateralidade das acusações terroristas e questionar os fatos que dela derivam. Mais

sobre as ações terroristas praticadas pelos atores empenhados nos projetos antiterroristas será abordado na seção que se segue no presente capítulo.

A partir do debate sobre a conceituação do terrorismo, vale, agora, partir para uma análise breve sobre sua emergência, natureza e seu processo de securitização. Ainda que o terrorismo transnacional tenha emergido mais recentemente, muito ligado aos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, a partir dos anos 1990, a pauta terrorista tomou proporções elevadas nas agendas de segurança dos Estados e das organizações mundiais. Como visto nas seções anteriores, há a forte influência do fim da Guerra Fria nessa função de reorganizar as agendas securitárias e determinar para qual direção se voltarão os olhares em termos de defesa nacional, regional e global. Desde a década de 90, quando o terrorismo deixou de ocupar um lugar marginal para passar a ser o aspecto central da agenda securitária, sua popularidade só aumentou (BUZAN, 2009).

O inimigo da vez é modificado, não mais tão facilmente reconhecido ou limitado às fronteiras nacionais (ou zonas de influência direta), mas torna-se um inimigo abstrato. Nesse sentido, é imprescindível repensar a segurança como um todo - enquanto campo de estudo, enquanto área de atuação das relações internacionais e enquanto pauta governamental. Questões quanto à conceituação de segurança, ameaça e defesa, ao limite do uso da força, às formas de contenção de tais ameaças, começam a ser levantadas na década de 90, já que

“partindo do reconhecimento da mudança no padrão de funcionamento das dinâmicas de segurança em função do depauperamento da lógica conflitiva bipolar dominante até então, passa-se a questionar a manutenção do conceito de segurança, uma vez que pairam sobre a esfera de segurança questões antes estabelecidas e definidas, tais como o papel das FA e das instituições coletivas de segurança e a existências de novas ameaças” (ALMEIDA, M. 2012, p. 27).

Mais do que questões conceituais, de definição ou classificação, surgem novas formas de se pensar a efetiva atuação dos agentes envolvidos em questões de segurança. Como o inimigo torna-se outro - e esse outro é bastante diferente tanto em seu modo de atuar quanto em seu puro sentido de ser e existir -, passa a ser necessário combatê-lo de forma diferente, já que

“Esse inimigo não se identifica com nenhum Estado, não tem território e não estabelece nenhum tipo de complementaridade econômica com seu adversário. Aceitar sua existência, nessas condições, significa entrar em uma guerra na qual os EUA definem, a cada momento e da forma mais conveniente, quem é e onde está o rival, perpetuando uma guerra que será cada mais extensa” (TEIXEIRA, 2007, p. 53 apud LEITE, 2009, p. 42).

É nesse sentido que se reconhecem as dificuldades do Ocidente em combater efetivamente a ameaça terrorista mesmo após anos de engajamento dos EUA e seus parceiros ocidentais em uma Guerra considerada por muitos como perdida. Tanto a Guerra ao Terror

quanto, por exemplo, a guerra às drogas, ambas emergentes nesse cenário da nova ordem mundial, encabeçadas pelos Estados Unidos da América, e respaldadas por todo o Ocidente, seguem não apresentando os resultados que objetivavam, seguem enfrentando desafios e dificuldades que não permitiram seu fim, estendendo-as por anos e anos. Tanto tempo e recursos gastos em tais projetos falhos - e falidos - serve como um ponto de reflexão aos atores e forças que se empenham nessas batalhas: lutar com as velhas armas e velhas estratégias militares contra novos inimigos, que se definem e atuam de forma diferente, é insustentável e pouco eficaz. É necessário compreender as particularidades do novo inimigo e admitir algumas transformações relevantes naquilo que Cox aponta como níveis de atuação de um bloco histórico (como a emergência de novos atores no jogo das Relações Internacionais, os quais não são atores estatais), para que se torne possível estabelecer uma forma de defesa e contenção que seja eficiente, que se adapte à nova realidade do sistema internacional e de suas ameaças. O inimigo é diferente pois não se trata mais de um Estado, não se trata de uma Guerra entre dois ou mais países. Por tratar-se de uma ameaça não estatal, não tradicional, a resposta à mesma não pode ser dada de forma tradicional:

“during the Cold War (and also before), a militaristic state-based framework suggested that you could sensibly respond to threats with war or the threat of war. But this framework, always risky and costly, is now hopelessly out of date” (KEEN, 2006, p. 1)⁴¹.

Uma das obras mais relevantes da área da segurança dos últimos tempos, *Security: a New Framework for Analysis*, os autores Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, se refere logo no prefácio que buscam inserir a teoria dos complexos de segurança nas agendas do pós-Guerra Fria, a fim de analisar a emergente desordem internacional (1998). Por utilizarem-se da palavra “desordem” e não da tradicional “ordem” mundial, os autores já elucidam como as transformações acontecidas nos últimos anos tendem a ter um peso muito grande na reorganização não só das relações de segurança e defesa, mas nas relações sociais, políticas e econômicas que permeiam todas as áreas das relações internacionais. Há a reestruturação da organização global e, por conseguinte, reestruturam-se também os discursos, as instituições (como observado na seção anterior do presente trabalho), e as agendas governamentais.

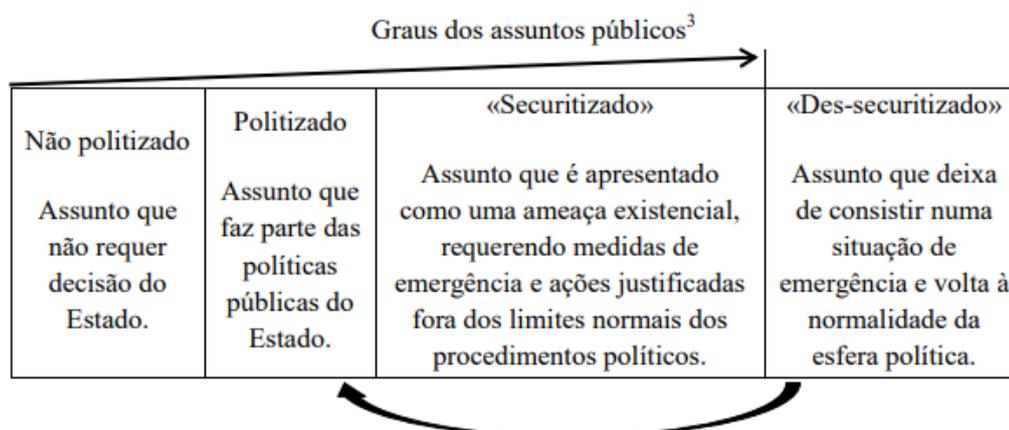
Dada a necessidade de repensar a ameaça e as formas de contê-la e combatê-la, há a indispensabilidade de pensar-se como uma ameaça torna-se o que é. Sendo assim,

⁴¹ Durante a Guerra Fria (e também antes), uma estratégia estatal militar sugeria que você poderia sensivelmente responder às ameaças com guerra ou ameaça de guerra. Mas essa estratégia, sempre arriscada e custosa, é hoje extremamente obsoleta (tradução nossa)

imprescindível torna-se considerar, ainda de que de forma muito breve, como se dá o processo de securitização, que é em si um processo de politização de um tema,

“neste sentido, a securitização corresponde a um ato de discurso: um agente «securitizador» toma um assunto como sendo prioritário face a outros, apresenta-o como uma ameaça (normalmente, para o Estado), legitimando o carácter excepcional das medidas a tomar. Após esta construção narrativa, é necessário que a audiência (consequentemente, a população desse Estado) aceite a ameaça e, por fim, que as medidas sejam praticadas” (ROLIM, 2015, p. 2)

Neste sentido, há critérios para a securitização de uma ameaça, como o fato dela ser emergencial - o que justifica medidas urgentes de resposta; é por este motivo que o discurso é a base de sustentação onde o processo de securitização se fundamenta (ROLIM, 2015). Tendo em vista que a forma de tornar uma ameaça em uma ameaça securitizada se dá através do poder das narrativas, é importante que se identifiquem as etapas de tal processo. Catarina Sofia Rolim apresenta em sua tese de mestrado um esquema que traduz as etapas de exposição da ameaça, aceitação da ameaça e emprego de medidas de contenção:



Fonte: ROLIM (2015)

O papel desempenhado pela ideologia através de suas ferramentas linguísticas permeia todas as etapas do processo - o poder do discurso se mostra presente desde a detecção de uma ameaça até o momento em que o ator ameaçado se empenha em estratégias e ações para sua contenção e aniquilamento. A narrativa securitária pode ter diversos agentes, todos empenhados na mesma função, ainda que muitas vezes em fases diferentes, mas “é o poder político o agente produtor de segurança” (ROLIM, 2015, p. 14). Ou seja, a narrativa política é empregada como meio de justificação das medidas de contenção ou contra-ataque que tal ator político pretende tomar frente a tais inimigos (produzindo segurança), mas não atua somente com esta função, pois é empregada também na questão de convencimento da população de que um inimigo de

fato representa uma ameaça iminente. Sobre a narrativa e os mitos políticos nela contidos, enquanto aplicados para esta última função, Joanne Esch esclarece:

“Bottici (2007) has summarized what I will call the “proximization” function of myth by explaining, “While something can have a meaning but I can still remain completely indifferent to it, something that has significance is something that I feel ‘close’ to” (p. 124)”. (2010, pg 362)⁴².

É deste modo que os aspectos mais subjetivos da análise de discurso servem para compreensão das atos políticos de defesa que são testemunhados nos últimos tempos ao redor do globo. As ferramentas lexicais conferem significância, mais do que sentido, às construções sociais e às políticas securitárias que delas decorrem. Tais ferramentas, como os mitos políticos, desenvolvem-se conforme se desenvolvem tanto as forças sociais hegemônicas envolvidas no bloco histórico em questão quanto as etapas de securitização dos temas ameaçadores, e no decorrer desse desenvolvimento histórico, adapta-se e fortalece a estratégia de segurança e defesa proposta para tais instrumentos ideológicos.

Na seção anterior, este trabalho apresentou como mitos políticos e outras ferramentas linguísticas são os responsáveis discursivos na construção ideológica não só de um inimigo ou uma ameaça, mas também de valores e estilos de vida a serem seguidos. Sendo o objetivo do presente capítulo o de relacionar como esses fatores têm influência na atuação política, passando pelo processo de internalização, naturalização e legitimação de tais práticas econômicas, políticas e sociais, a próxima seção se dedica aos atos de política externa determinados pela administração Bush durante o período, baseando-se no fato de que:

“Language that contains condensed fragments of myth can thus have powerful consequences for social processes and structures. By influencing our perception, cognition, and emotions, linguistic recollection of political myth can deeply affect what we consider to be legitimate, making myth a pivotal intersection of discourse and political practice” (ESCH, 2010, pg 363)⁴³.

2.4 Ações de política externa estadunidense na guerra ao terror

Levando em conta os apontamentos que as investigações aqui apresentadas sobre os discursos e sua linguagem trazem ao debate sobre a Guerra ao Terror, torna-se possível analisar de forma mais crítica as políticas adotadas pelos EUA e seus aliados na luta contra terrorista. Ao declarar em seu famoso discurso que “On September the 11th, enemies of freedom

⁴² Bottici (2007) resumiu o que eu irei chamar de função de “aproximação” do mito ao explicar que, “enquanto algo pode ter um significado mas eu ainda posso me manter completamente indiferente a ele, algo que tem significância é algo a que eu me sinto ‘próximo’” (tradução nossa)

⁴³ Linguagem que contém fragmentos condensados de mito podem, assim, ter consequências para processos e estruturas sociais. Influenciando nossa percepção, cognição e emoções, recordações linguísticas de mitos políticos podem afetar profundamente o que nós consideramos ser legítimo, fazendo mitos uma intersecção pivotal entre discurso e prática política.

committed an act of war against our country” (BUSH, 2001)⁴⁴, o então presidente George W. Bush Filho contextualiza e justifica sua declaração da Guerra ao Terror. Guerra esta que “begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated” (2001)⁴⁵. Sendo assim, contando com o apoio de quase toda a comunidade internacional, que não poupou energia entre os líderes das mais diversas nações, mais enfaticamente das ocidentais,

“no dia 7 de outubro, uma guerra declarada contra o ‘terrorismo’ teve início no Afeganistão. O governo dos EUA insinuou que poderia atacar qualquer país que abrigasse terroristas. Do ponto de vista das convenções que regem o direito internacional sobre a guerra e da carta das Nações Unidas, esses ataques significaram uma completa violação de tudo que está acordado nesses documentos. Uma conseqüência ainda mais trágica desses acontecimentos é a punição de toda cultura árabe e dos praticantes da religião muçulmana” (FILHO, 2002, p. 133).

A ameaça terrorista passou a ser relacionada a alguns países específicos, permitindo invasões, atrocidades, violações que partiram do ocidente. Havia a necessidade de construir essa conexão, uma ligação que permitisse aos atores atuarem contra um determinado Estado, e não contra o inimigo em si. Isso porque, como já apontado anteriormente, esse inimigo era novo, diferente e muito difícil de identificar - o que gera severas complicações no momento de estabelecer-se uma estratégia de combate. Como esclarecem Laforé e Harari, “o inimigo tornou-se abstrato. No intuito de detê-lo, o governo norte-americano promove ofensivas ao país de origem⁴⁶ dos indivíduos que supostamente cometeram um ato terrorista” (2011, p. 21). Constrói-se, portanto, a ideia de patrocínio e acolhida de terroristas por determinados Estados, como justificativa aos ataques a eles cometidos. Dessa forma, configuram-se países que representam forças contrárias à paz no mundo, à liberdade, democracia, e demais valores liberais defendidos pelo ocidente capitalista e liderado pelos EUA (LEITE, 2009). Tal conexão era necessária, ainda, devido aos reais interesses de Washington em sua missão imperial que se esconde (ainda que de forma bastante clara) por trás da Guerra ao Terror.

Tomando como exemplo uma instituição internacional claramente coordenada com os interesses capitalistas das forças estadunidenses, o FMI - o qual declara sua existência como determinada a acelerar a cooperação monetária global, garantir um crescimento econômico sustentável e promover empregos, sob o propósito de assegurar a estabilidade financeira do

⁴⁴ Em 11 de setembro, os inimigos da liberdade cometeram um ato de guerra contra nosso país (tradução nossa)

⁴⁵ Começa com a al Qaeda, mas não termina ali. A guerra não vai acabar até que todos os grupos terroristas de alcance global tenham sido encontrados, parados, e derrotados (tradução nossa)

⁴⁶ Vale ressaltar que não necessariamente são os países de origem dos terroristas, mas sim, aqueles países considerados como originários de células terroristas, como Afeganistão e Iraque – já que muitos dos responsáveis por diversos atentados são sauditas ou até mesmo europeus ocidentais e americanos.

sistema internacional. Na verdade, tal visão omite o fato de que instituições são resultados de arranjos históricos, os quais refletem assimetrias de poder e interdependência econômica estratégica entre os países - o que significa uma distribuição desigual de benefícios (COELHO, 2012). O propósito, portanto, reservado nas diretrizes do fundo, é o de promover a adesão da maior quantidade possível de países do globo às políticas econômicas e às suas diretrizes, as quais sustentam o *status quo* do sistema financeiro, permitindo que as forças sociais que se encontram no controle - ainda que indireto - de tal instituição possam ser perpetuadas na atual estrutura hierárquica. De acordo com Coelho, “Bretton Woods surgiu como elemento distinto, numa perspectiva que apontava para uma clara liderança, a estadunidense. Foi um acordo, entre unidades desiguais (...) Nada mais, nada menos, que o exercício inicial da liderança, da hegemonia” (2012, p. 608). Dado como exemplo, torna-se mais clara a afirmação de que muitas estratégias e ações de política externa dos EUA, não só em sua missão de supremacia econômica, mas também daquelas missões reflexivas de supremacia militar, como as decorrentes do projeto contra terrorista, também representam interesses em controlar e transformar políticas nas regiões às quais se direcionam suas empreitadas. Não é por nada que nas invasões que cometeram, buscavam não somente capturar terroristas, ou frear o desenvolvimento de armas de destruição em massa, mas propor uma troca de regime, a queda de um governo e a transformação das diretrizes políticas nas nações em questão. Como proposto por Losurdo,

“os golpes mais ou menos graves desferidos contra a população civil são uma mensagem ao governo inimigo: eis o preço a se pagar se não houver capitulação ou, ao menos, uma mudança radical de política; às vezes o destinatário da mensagem é a própria população civil, chamada a rebelar-se contra autoridades que são incapazes de protegê-la e que a conduzem à catástrofe” (2010, p. 24).

A análise de discurso também permite que se reconheça o maniqueísmo bem/mal da retórica oficial estadunidenses, e como a mesma funciona como um alicerce nessa construção de “países terroristas”. Enquanto os EUA seriam o país empático, piedoso e dotado de compaixão, os terroristas representam a maldade - e essa construção de identidade assume poder e força tão grandes que passa a abranger não apenas os atores diretos envolvidos em determinado ataque terrorista, mas também Estados e seus líderes. Tornam-se terroristas todos que passam a ser considerados inimigos ou ameaças aos EUA e seus aliados (LEITE, 2009). A atuação - já anteriormente descrita - das forças ideológicas, do poder do discurso e das ferramentas linguísticas, se dá justamente sobre esse processo de ser considerado uma ameaça ou inimigo. Nas palavras do próprio presidente, “our enemy is a radical network of terrorists,

and every government that supports them. (...) Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists” (BUSH, 2001)⁴⁷.

Uma vez estabelecida a necessária conexão entre grupos terroristas e países específicos, abrem-se os caminhos para as invasões estadunidenses em solos independentes e soberanos. O caso com o qual destarte se coloca a batalha contra o terrorismo, a invasão ao Afeganistão, contém um fator de extrema relevância e de grande poder reflexivo para a nação estadunidense caso um dia empenhe-se em uma examinação autocrítica de suas estratégias político-militares. Esse fator chama-se Osama Bin Laden. Quase que um produto da Central de Inteligência Americana (CIA), Bin Laden fora treinado e instruído por agentes e soldados estadunidenses, juntamente com muitos outros sauditas, a fim de tornarem-se aquilo a que foram chamados “soldados da liberdade” - lutando contra as forças interventoras soviéticas em solo afegão durante a Guerra Fria. Nesse sentido, investindo recursos, fornecendo apoio econômico, treinamento militar, disposição de armamento, e suporte estratégico, os Estados Unidos da América incentivou “a criação de brigadas islâmicas recrutadas no mundo árabe para a guerra contra o comunismo que se alastrava pelo mundo” (FILHO, 2002, p. 134). Com a queda da URSS e o fim da ameaça comunista, os EUA não mais depositam suas armas e dinheiro nessa atividade que - entretanto - não se dá por finalizada ali, já que seus efeitos se estendem até hoje. O preço de não medir esforços para derrotar e aniquilar as ameaças postas a eles, à época, a União Soviética e a ideologia comunista, é que os EUA acabam por plantar sementes que no futuro tornam-se seus novos inimigos mortais, como no caso de Osama Bin Laden.

A partir de então, com os atentados do 11 de setembro de 2001, forjam-se ligações e explicações estadunidenses, sem provas concretas e na maioria das vezes sem respaldo legal, como a ligação de Bin Laden aos atentados terroristas e seu esconderijo e abrigo por parte da nação afegã. As tropas ocidentais então bombardeiam o Afeganistão sob o pretexto de caçar Osama Bin Laden e acabar com a Al-Qaeda:

“No dia 07 de outubro de 2001, 26 dias após os atentados de 11 de setembro, os EUA iniciaram a prometida “legítima defesa” contra o regime Taleban lançando os primeiros mísseis contra as principais cidades do Afeganistão. Essa primeira ofensiva utilizou 15 bombardeiros, 25 caças e 50 mísseis de cruzeiro” (FILHO, 2002, p. 148)

No ano seguinte, entra em cena mais uma das ações estadunidenses ligadas ao seu projeto contra terrorista: o uso da prisão de Guantánamo. O pedaço de terra arrendado pelo governo no território cubano, ainda em 1903, não tinha inicialmente objetivos de servir como um dos mais perigosos e protegidos cárceres do mundo. Era, em seu princípio, para servir como

⁴⁷ Nosso inimigo é uma rede radical de terroristas, e todo governo que os apoia (...) toda nação, em toda região, tem agora uma decisão a tomar. Ou vocês estão conosco, ou estão com os terroristas (tradução nossa)

um campo de mineração e operações navais. Entretanto, após os ataques à Pearl Harbour no contexto da Segunda Guerra Mundial, as instalações em Guantánamo passaram a servir como local de aprisionamento dos inimigos estadunidenses. Não demorou para que se tornasse a casa de inúmeros afegãos e iraquianos capturados pelas forças estadunidenses durante suas ofensivas contra terroristas no Oriente Médio. Guantánamo passou a ser designada como a prisão dos terroristas, onde não se aprisionam criminosos comuns. Ainda assim, também não se aprisionam criminosos terroristas declarados, julgados e sentenciados judicialmente como terroristas; e sim, tornam-se prisioneiros aqueles indivíduos que são apenas considerados terroristas pelo julgamento unilateral, precipitado e, na maioria das vezes, injusto, das autoridades dos Estados Unidos da América:

“Held without charge, without trial, without access to their families, and, initially, without access to lawyers, they are part of a peculiarly lawless experiment conducted by the US administration, which has chosen to disregard both the Geneva Conventions and the established rules of war, holding the men not as criminals or as prisoners of war, but as “illegal enemy combatants,” a category of prisoner which is recognized only by the White House and the Pentagon” (WORTHINGTON, 2007, p. XII)⁴⁸.

Foi em 2002 que chegaram à Guantánamo os primeiros prisioneiros, que seriam torturados de diversas formas, sob o pretexto de investigações necessárias às estratégias de segurança e defesa dos Estados Unidos. Dessa forma, Guantánamo, torna-se “a prison devoted to interrogation and torture” (WORTHINGTON, 2007, p. XIII)⁴⁹. As diversas formas de tortura às quais foram submetidos os prisioneiros tornaram-se cada vez mais públicas conforme os detentos foram sendo liberados, compartilhando suas experiências com jornalistas, acadêmicos e com a mídia em geral. Além disso, cada vez mais tornavam-se notáveis as falhas legais cometidas pelo comando militar dos EUA, conforme provavam-se não culpados muitos dos detentos mantidos em Guantánamo: “of the more than 770 detainees who have endured Guantánamo in its nearly seven-year lifetime, over 500 have been released without formal charges or trial” (FLETCHER; STOVER, 2009, p. xii)⁵⁰. Novamente, devido à superioridade garantida pela hegemonia, tanto militarmente quanto politicamente, os Estados Unidos da América, através de suas ambições imperiais, julgam estar no direito de aprisionar quaisquer

⁴⁸ Mantidos sem acusações, sem julgamentos, sem acesso às suas famílias e, inicialmente, sem acesso a advogados, eles são partes de um experimento peculiarmente ilegal conduzido pela administração dos EUA, que escolheu ignorar ambas Convenções de Genebra e as estabelecidas leis da guerra, mantendo os homens não como criminosos ou prisioneiros de guerra, mas como “inimigos combatentes ilegais”, uma categoria de prisioneiro que é reconhecida apenas pela Casa Branca e o Pentágono (tradução nossa)

⁴⁹ Uma prisão devota a interrogatórios e tortura (tradução nossa)

⁵⁰ Dos mais de 770 detentos que suportaram Guantánamo em quase 7 anos de sua vida, mais de 500 foram liberados sem nenhuma acusação ou julgamento formais (tradução nossa)

indivíduos que consideram ameaçadores, que consideram ter alguma ligação com grupos terroristas, ainda que sem prova concreta alguma:

“very few of them had anything to do with 9/11 or al-Qaeda, and the vast majority were either Taliban foot soldiers, recruited to fight an inter-Muslim civil war in Afghanistan that began long before 9/11, or humanitarian aid workers, religious teachers and economic migrants” (WORTHINGTON, 2007, p. XIII)⁵¹.

Guantánamo é mais um exemplo de violação dos direitos humanos cometida pela nação que declara ser o maior expoente humanitário do globo, que atua em nome da propagação de tais direitos por todos os continentes - ainda que nessa missão suas atuações passem por cima dos mesmos. Novamente, mais uma situação comumente observada na Guerra ao Terror, já que Guantánamo foi escolhida, especificamente, para abrigar àqueles capturados por tal guerra (WORTHINGTON, 2007).

Um ano após a chegada dos primeiros detentos a Guantánamo, inicia-se outra ofensiva estadunidense na Guerra ao Terror. Através de sua política externa “agressiva e unilateral, tem início a invasão ao Iraque em 20 de março de 2003, sem apoio da comunidade internacional” (GALLO, 2007, p. 84). Os motivos que inspiram tal ataque, entretanto, incluem alguns fatores diferentes daqueles elencados na invasão ao Afeganistão, já que, nas palavras de Bush:

“devemos nos prevenir dos terroristas e dos regimes que estão atrás de armas químicas, biológicas ou nucleares para ameaçar os Estados Unidos e o mundo. (...) O Iraque continua a ostentar sua hostilidade contra a América e a apoiar o terror. O regime iraquiano tem desenvolvido antraz, gás sufocante e armas nucleares por mais de uma década (...) esse é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado. Estados como esse, e seus aliados terroristas, constituem o eixo do mal, que estão se armando para ameaçar a paz mundial” (2002 apud GALLO, 2007, p. 88).

Mais uma vez, entretanto, percebe-se o poder das suposições estadunidenses. A suposta produção de armas em destruição em massa toma a frente na linha de argumentação e justificação das ofensivas estadunidenses no Oriente Médio. Motivo suficiente para que atuem com liberdade - ainda que indo contra as indicações da comunidade internacional - as forças militares dos Estados Unidos, que visavam derrubar o regime de Saddam Hussein através da Operação Liberdade Iraquiana. Elencam-se, portanto, três pontos principais na operação que reitera a missão humanitária e de liderança dos EUA no mundo: acabar com o governo do “ditador” Saddam Hussein - que apoia o terrorismo; desarmar o Iraque de suas armas de

⁵¹ Poucos deles estiveram relacionados ao 11 de setembro ou à Al-Qaeda, e a grande maioria era ou soldados de campo do Talebã, recrutados para lutar em uma guerra civil inter-muçulmana no Afeganistão, que começou muito antes do 11 de setembro, ou trabalhadores humanitários, professores religiosos e migrantes econômicos (tradução nossa)

destruição em massa; e libertar o povo iraquiano de um regime totalitário e antidemocrático (GALLO, 2007).

Através dos exemplos brevemente citados acima, é possível visualizar algumas das ofensivas realizadas pelas forças ocidentais capitalistas, capitaneadas pela administração estadunidense. Ofensivas estas que representam as ações de política externa cuja legitimação se dá com os componentes ideológicos e linguísticos apresentados anteriormente no presente capítulo. Assim, “dando o tom da invasão como uma luta do “mundo civilizado” versus os Estados ou regimes que “dão apoio ao terrorismo” (...) caracterizados como ‘não civilizados’” (GALLO, 2007, p. 97) os Estados Unidos se inserem em uma situação contraditória: em todas as operações levadas a cabo durante a Guerra ao Terror, os EUA declaram como alvos os grupos terroristas, e os países que dão apoio aos mesmos. Entretanto, como é de se esperar em atos de guerra declaradas contra nações inteiras, as casualidades vão além daquelas às quais os bombardeios e ataques são designados. Nesse sentido, é claramente questionável a afirmação estadunidense com relação às ofensivas da Guerra ao Terror, de que o bombardeio e aniquilamento se restringe apenas aos terroristas, e não de civis inocentes. Por mais que as incongruências de tal afirmação sejam prontamente reconhecidas dadas primeiramente as dificuldades de caracterização de “terroristas” como antes já explanado, ainda tem o fato de que

“Os norte-americanos justificam-se afirmando que os alvos serão apenas militares e que a população civil não será atingida. Essa afirmação não afasta o terror trazido por uma guerra, porque o fato de ver o país bombardeado é suficiente para gerar o medo, elemento essencial do terrorismo” (FILHO, 2002, p. 149).

Aos milhares de civis mortos devido aos ataques das forças ocidentais durante as ofensivas da Guerra ao Terror, chamam-se “danos colaterais”. A ironia encontra-se justamente nas efetivas linhas estratégicas prescritas na Guerra ao Terror liderada pelo Estados Unidos da América, que, com uma

“atitude prepotente e insensível às regras de convivência internacional, atuando por cima e contra pareceres da ONU, o governo do único país condenado por “terrorismo” pelo Tribunal da Haya massacrou povos, rapinou culturas milenares, desestabilizou regiões e semeou o ódio, aumentando a insegurança no mundo” (SAINT-PIERRE, 2015, p. 10).

Tendo em vista que a condenação dos Estados Unidos como ator terrorista, praticante do chamado terrorismo de Estado, está relacionada aos embargos econômicos levados à cabo pelo país - prática sempre muito frequente deste que representa a hegemonia econômica e financeira no sistema internacional - compreende-se que “o embargo, por um lado, toma o lugar dos bombardeios e, por outro, junta-se a eles” (LOSURDO, 2010, p. 25). Nesse sentido, Ellen W. Wood (2003) considera os Estados Unidos como o primeiro império verdadeiramente

capitalista do mundo, e descreve esse imperialismo capitalista como atuante através de imperativos econômicos mais do que através de domínio territorial. Há a subordinação e dependência econômica daqueles países periféricos, que são soberanos e politicamente independentes, permitindo assim, que se pratiquem medidas não diretamente bélicas contra os mesmos, ampliando os recursos e as possibilidades de aplicar-se terror como medida contra terrorista. De acordo com Losurdo, “depois da derrocada do “socialismo real”, em um mundo unificado sob a hegemonia estadunidense, o embargo constitui a arma de destruição de massa por excelência” (2010, p. 26), e segue, citando J. Mueller e K. Mueller (1999, p. 45-53) “oficialmente imposto para evitar o acesso de Saddam às armas de destruição em massa, o embargo ao Iraque, “nos anos sucessivos à Guerra Fria, provocou mais mortes que todas as armas de destruição em massa durante a história” juntas” (2010, p. 26). Sendo assim, o embargo é a arma terrorista por excelência.

Dados os fatores expostos no presente capítulo, o que sucede visa fazer as conexões essenciais que os mesmos exigem. Visando, de forma crítica, desmascarar os interesses encobertos sob os discursos ideológicos que legitimam as ações de política externa estadunidense, o terceiro capítulo da pesquisa busca apresentar as reais motivações das ofensivas da Guerra ao Terror.

3 UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O TEMA

3.1 A necessidade de um inimigo e o racismo em sua categorização

Dadas as ferramentas linguísticas que atuam como uma plataforma ideológica na construção de legitimação para ações de política externa de um determinado Estado, tem-se que alguns fatores são essenciais nesse projeto discursivo. Um deles é a necessidade de haver um inimigo - em escala global - para que, dessa forma, seja necessária a emergência e atuação de um herói. Desde a Segunda Guerra Mundial, essa tendência tem sido percebida com clareza nas relações internacionais, ao caso do nazismo e fascismo, sucedidos pela ameaça comunista durante a Guerra Fria. Segue-se, portanto, que

“Tem sido intrigante observar a procura desesperada por algum novo inimigo desde que os russos estavam visivelmente enfraquecendo-se nos anos 80: o terrorismo internacional, os narcotraficantes hispânicos, o fundamentalismo islâmico ou a “instabilidade” no Terceiro Mundo e a depravação generalizada” (CHOMSKY, 1996, p. 14).

Não apenas a busca por um novo inimigo é um alicerce narrativo à busca pela legitimidade, também é um meio através do qual os interesses que guiam tais ações políticas podem expandir-se sob um véu que os mascara.

A necessidade de se elencar uma ameaça mundial, cuja contenção e aniquilamento devem ser uma prioridade nas agendas dos Estados, vem ao encontro da construção de identidades no cenário internacional. Não basta, para que sejam desencadeadas efetivamente estratégias de política externa com vistas imperiais, que um inimigo seja declarado apenas para que a força e o poder possam sobre ele ser exercidos, mas também para que se estabeleça um herói - que certamente representará a força e o poder. Trata-se, portanto, de um processo duplo de construção de identidades.

Dadas as construções identitárias de herói e vilão, se configuram o lado do bem e o lado do mal - claramente reconhecidos quando se pensa a presente pesquisa sobre a Guerra ao Terror. Nesse caso, entretanto, o que diferencia terrorismo e contraterrorismo não são necessariamente as práticas de violência ou estratégias de terror com teor político, mas sim, o que diferencia terrorismo e antiterrorismo é a linha entre Ocidente e Oriente. Recai, portanto, sobre a discussão, a necessidade de definir-se tal linha - que não coincide exatamente com a divisão geográfica do globo entre ambos hemisférios. É nesse ponto em que se reconhece a herança - ainda bastante atuante - do colonialismo e de seus efeitos, como o racismo. Como apontado por Losurdo (2010), na divisão entre civilização e barbárie, ou seja, entre Ocidente e Oriente, há, por parte das classes dominantes que regem o discurso de poder e das forças dirigentes que

encabeçam a estrutura hierárquica internacional, a “inclinação a fazer coincidir a exclusão do Ocidente autêntico com a exclusão da raça branca” (LOSURDO, 2010, p. 249).

A hegemonia opera através de diversos movimentos, baseados na economia política global, em fatores comerciais e tecnológicos e em interpretações culturais e teológicas (AGNEW, 2008). Dessa forma, é possível reconhecer como aspectos tais quais o racismo e o etnocentrismo são motores da expansão capitalista que se dá especificamente através da dominação ideológica e econômica dos Estados Unidos nos tempos que caracterizam sua hegemonia. Ao delimitar as fronteiras políticas do que é Ocidente e do que é Oriente, a estrutura sistêmica enquanto organização espacial acaba por delimitar a maioria das atividades sociais, econômicas e políticas (AGNEW, 2008). Sendo assim, definem-se não apenas espaços territoriais referentes aos hemisférios ocidental e oriental, mas também se caracterizam as regiões da economia política global conhecidas como centro e periferia - as quais se conectam através dos fluxos de capital, mercadorias, trabalho e pessoas. Essas transações produzem, com o passar do tempo e com a expansão do processo produtivo que garante a acumulação capitalista, um desenvolvimento desigual, que caracteriza e configura as relações hierárquicas de poder com relação à dependência socioeconômica dos países inseridos nessa rede. Assim, através da centralização de capital, classificam-se áreas de riqueza e pobreza, de “nós” e “eles”, sendo que sobre as regiões onde concentram-se os montantes de capital, os fluxos financeiros, o poder político, as redes de informação e tecnologia e a ideologia dominante, concentra-se também, a raça branca e a autêntica civilização. Fora delas, portanto, resta a barbárie, o atraso, a opressão e, claro, o terrorismo. Dada essa lógica, há, portanto, três pontos de incidência que garantem a exclusão dos povos árabes e sua consequente caracterização como terroristas pelos povos ocidentais: sua localização geográfica já à Oriente, sua posição político-econômica na periferia do sistema, e sua característica racial não-branca.

Com as declarações oficiais e midiáticas desencadeadas pelos atentados de 11 de setembro, há uma reafirmação da primazia e superioridade da cultura ocidental, da moral cristã, dos valores capitalistas, da hegemonia estadunidense e da raça branca. Isso configura a reprodução de valores já conhecidos com os incontáveis eventos de opressão da trágica história imperial do ocidente e sendo assim, conforme as nações ocidentais reproduzem comportamentos e pensamentos coloniais, também os reforçam,

“o Ocidente é a cultura que ao mesmo tempo teoriza e pratica com maior rigor e eficácia a limitação do poder (com a concretização de instituições políticas que constituem ineludível ponto de referência), e que com mais sucesso e em escala mais ampla se empenhou no desenvolvimento da escravidão-mercadoria com base racial e na expropriação, dizimação e aniquilamento das populações coloniais consideradas inúteis até como instrumento de trabalho (com a imposição, portanto, de um poder

absoluto do homem sobre o homem). Os Estados Unidos, em particular, e o Ocidente em seu conjunto realizaram assim, em escalas local e global, um regime de *Herrenvolk democracy*, no âmbito do qual o governo e as garantias da lei em favor dos incluídos caminham ao lado de uma violência sem limites contra os excluídos” (LOSURDO, 2010, p. 266)

Por excluídos entendem-se não apenas aqueles situados à Oriente do globo, mas aqueles que representam resistência aos ditames políticos, sociais e culturais do Ocidente, aqueles que não pertencem à raça branca e que, por consequência, encontram-se caracterizados pela barbárie e pela propagação do terror. Passa a ser possível, portanto, a compreensão de algumas tradições de longa data, que refletem alianças não tão óbvias e inimizades bastante claras. A linha que delimita a civilização é muito mais que uma linha geográfica, é uma linha racial, teológica e cultural. Encontram-se situados dentro do eixo das virtudes os brancos, não muçulmanos, que seguem as regras sociais provenientes de um modelo de produção capitalista explorador que dita as regras e comportamentos que são valorizados e recompensados - com, por exemplo, a inclusão dentro do “eixo do bem, ocidental, moral” -, enquanto repreendem qualquer tipo de ação de resistência que represente desafios e o não alinhamento com tais normas sociais - além de já os excluïrem de forma econômica através dos mecanismos capitalistas de acumulação e expansão. A linha que define os limites civilizacionais, portanto, pode incluir e excluir nações e povos inteiros que se encontram situados geograficamente na mesma região, mas que, culturalmente, politicamente e economicamente, diferenciam-se uns dos outros - indicando afastamento de uns e aproximação de outros com a ideologia hegemônica representada pelo bloco histórico e ação. Nas palavras de Losurdo,

“é assim que continua a funcionar o Ocidente liberal: a inclusão de Israel no âmbito do Ocidente e da civilização autêntica é o outro lado da moeda da exclusão permanente dos árabes (...) o racismo colonial continua a ser um passado que custa a passar” (2010, p. 270).

Assim, portanto, o que caracteriza a história do Ocidente enquanto sua declarada superioridade civilizacional, através de seu desenvolvimento exemplar e suas diretrizes valorativas e morais - as quais devem servir como um espelho ideal para toda a sociedade internacional -,

“omite com desenvoltura o fato macroscópico de que por séculos, na república estadunidense e nas colônias europeias, a sorte de um indivíduo foi determinada, do início ao fim, pela pertença racial, erguida uma barreira insuperável entre raça branca dos senhores e povos coloniais de cor” (LOSURDO, 2010, p. 264).

Ainda que seja uma inspiração inconsciente ou velada (o racismo pode ser explícito, por exemplo, nas ideias da extrema-direita neoconservadora; ou pode ser implícito, escamoteado

em relações mais sofisticadas de hierarquização, cooptação e assimilação social), os resquícios do que foi a dominação colonial ocidental não marcam apenas as nações que foram colonizadas - determinando sua posição na estrutura internacional - mas marcam também as nações colonizadoras, perpetuando aspectos culturais, como o racismo. Vale ressaltar que os Estados Unidos, mesmo tendo sido colônia britânica, abraçam a lógica racista, elitista e etnocentrista, e internalizam os pressupostos coloniais em sua missão hegemônica. Trata-se de uma conexão ideológica, mais do que de semelhanças históricas, entre ambições imperiais do passado e da atualidade, as quais mudam de localização, mas carregam consigo os aspectos mais profundos de tal dominação. Assim, quando pensa-se na Guerra ao Terror e nas identidades que são construídas por ela e através dela, é inevitável reconhecer que “na realidade, estamos na presença de um traço essencial da tradição colonial” (LOSURDO, 2010, p. 50).

Abre-se espaço para mais uma possível autocrítica do Ocidente caso decida algum dia parar de negar-se à reflexão, já que “se recusa a meter o bisturi em sua velha ferida ideológica” (LOSURDO, 2010, p. 245). Os Estados Unidos da América, enquanto maior expoente da cultura Ocidental, determinado a expandir seus modos de organização política, social e econômica são, portanto, a principal força “cega” que hoje reproduz crenças coloniais e perpetua não apenas desigualdades estruturais, mas também valores que sustentam uma tradição de preconceito e injustiça. Para além da internalização, os estadunidenses promovem ainda um processo de intensificação de tal tradição, quando, por exemplo, desenvolvem instituições e organizações internacionais ao molde de seus ideais, as quais tornam-se os mecanismos perfeitos para reprodução de tais assimetrias de poder. Mantendo-se a hegemonia estadunidense e o *status quo*, mantém-se a “... ideologia dominante, sobretudo nos Estados Unidos, o país no qual, em virtude da triunfal ascensão político-militar, o ofuscamento da consciência crítica do Ocidente se manifesta em sua forma mais cabal” (LOSURDO, 2010, p. 259). Por ofuscamento da consciência crítica, pode-se reconhecer o papel fundamental da natureza da ideologia capitalista, a qual mistura-se com a realidade e impede que mesmo aqueles responsáveis por sua propagação não sejam capazes de percebê-la. Um dos exemplos mais visíveis de racismo declarado com relação aos pressupostos culturais da Guerra ao Terror é percebido nas palavras do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, que, diante dos atentados do 11 de setembro, faz um pronunciamento em apoio ao presidente e toda nação dos Estados Unidos, afirmando que

“devemos estar conscientes da superioridade da nossa civilização, que garantiu o bem-estar, os direitos humanos e a tolerância política e religiosa [...] o ocidente seguirá conquistando povos da mesma maneira que conquistou o comunismo, ainda que isto signifique um enfrentamento com outra civilização, a islâmica, estagnada há mais de 1.400 anos” (apud FILHO, 2002, p. 125).

Sendo que uma ordem mundial hegemônica é classificada como um conjunto de elementos comuns que têm um certo grau de adesão voluntária por parte da sociedade, tem-se, portanto, que um dos elementos mais característicos da atual ordem hegemônica, aquela comandada pelas forças do capital (cada vez mais globalizado, cada vez mais financeirizado) e liderada pela nação estadunidense (cada vez mais insegura e desesperada por meios que garantam sua posição de superioridade), é o racismo e a crença da supremacia racial branca.

Uma avaliação mais profunda e crítica com relação às heranças imperiais e coloniais do Ocidente permitiria que a luta contra o terrorismo se tornasse, no mínimo, mais racional e menos histórica. Permitiria também que os princípios básicos de um projeto em escala global - determinado a pôr fim a uma prática violenta e desumana - pudessem se pautar em conceitos e definições mais claras, desencadeando a possibilidade de se pensar criticamente sobre seus fundamentos e origens e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de contenção que fossem de fato eficazes. Nas palavras do pesquisador Héctor Luis Saint-Pierre,

“a partir desse esforço, talvez seja possível se aproximar de uma definição de “terrorismo” que impeça o emprego extensional, arbitrário e político do mesmo, que justifique, internacionalmente, punições desproporcionais contra países considerados “terroristas” ou do “eixo do mal” em qualquer parte do planeta e, internamente, a repressão indiscriminada e o atropelo aos direitos humanos e o Estado de Direito por uma guerra não definida e mal formulada” (2015, p. 11).

3.2 O terrorismo como consequência e resistência ao imperialismo

Através das ações militares cometidas em nome da contenção comunista durante a Guerra Fria, as políticas estadunidenses geraram consequências cujos efeitos passaram a exigir o estabelecimento de estratégias tão ou mais ofensivas que as anteriores. Buscando derrotar o inimigo da vez, os Estados Unidos da América se empenham em projetos que garantam sua vitória a qualquer custo, os quais, muitas vezes, implicam problemas às vezes não pensados por aqueles que os desenvolvem. Como no caso dos soldados afegãos - outrora guerreiros da liberdade, e agora meros terroristas, (SAINT-PIERRE, 2015) - que, treinados por forças estrangeiras para combater a expansão da ameaça soviética em sua região, depois de terminada sua “missão ocidental”, se tornam opositores à expansão da ameaça estadunidense e à sua permanência com bases militares na região, gerando o crescimento exponencial de muitos dos grupos terroristas e fazendo emergir figuras “monstruosas”, como a de Osama Bin Laden:

“depois de ser celebrado como combatente da liberdade em luta contra as tropas soviéticas que intervieram no Afeganistão, contra o império do mal e contra um novo

Hitler que residia em Moscou, Bin Laden muda de natureza de uma forma radical e acaba desempenhando exatamente o papel de Hitler e de Satã” (LOSURDO, 2010, p. 280).

Para conter uma ameaça que nasce da contenção de uma ameaça passada, as forças ocidentais lideradas pelos Estados Unidos, desenvolvem políticas externas que seguem o mesmo receituário catastrófico. Repetem seu erro e avançam em sua irracionalidade, manipulam construções identitárias e se dedicam, cada vez mais, em desenvolver novas ferramentas institucionais e ideológicas que garantam a legitimação desses ataques cada vez mais contestáveis.

Vale, portanto, uma retomada aos aspectos da Guerra Fria que, por mais que seu fim seja conhecido como o sucesso inegável do liberalismo econômico e a incontestável vitória capitalista sobre o comunismo, teve efeitos não tão claros e triunfais para além do centro global. Na periferia, as consequências do encerramento do conflito foram mistas, gerando a emergência de correntes antiglobalistas, a intensificação do islã reacionário e a eclosão de movimentos sociais contrários às configurações neoliberais que passam a ser difundidas pelo mundo nessa época:

“political and ideological currents heteronomous of the Cold War were evident in many parts of the South sometime before 1989. These currents, particularly the rise of reactionary Islam, were a product of the Cold War in that pro-Western states and the USA encouraged their growth as a way of countering the radical left. The rise of these movements in the 1970s and 1980s reflected an end to the Cold War social conflict between secular-communist revolution and Western capitalism. They marked the emergence, instead, of political conflict between an Islamist anti-imperialism and states in the Islamic world, supported by Western states and international organisations, committed to deepening integration into the capitalist world economy and into the social relations, culture and lifestyles associated with such integration. The roots of the so-called 'war on terror', then, are to be found in the character of the end of the Cold War in the Islamic world” (SAULL, 2005, p. 275)⁵².

A construção identitária e as caracterizações feitas aos terroristas trazem consigo uma recordação viva de que ali encontra-se um desafio à ordem capitalista hegemônica, recordando-a de seu passado, funcionando como um lembrete dos efeitos daquilo que as forças que atuam em seu nome fizeram para que fosse possível sua emergência. Pinta-se a resistência ao poder

⁵² Correntes políticas e ideológicas heterônomas à Guerra Fria eram evidentes em muitas partes do Sul um tempo antes de 1989. Essas correntes, particularmente a emergência do Islã reacionário, foram um produto da Guerra Fria, dado que os EUA e Estados pró-Occidente encorajaram seu crescimento como uma forma de conter a esquerda radical. A emergência desses movimentos dos anos 1970 e 1980 refletiu um fim para o conflito social da Guerra Fria entre a revolução secular comunista e o capitalismo ocidental. Em seu lugar, eles marcaram a emergência de um conflito político entre um antiimperialismo islamista e Estados no mundo islâmico apoiados por Estados ocidentais e organizações internacionais - comprometidos com o aprofundamento de sua integração à economia global capitalista, às relações sociais, cultura e estilos de vida associados a tal integração. As raízes da então chamada “Guerra ao Terror” são, portanto, encontradas no caráter do fim da Guerra Fria no mundo islâmico (tradução nossa)

hegemônico de violenta, hostil e desumana, ainda que as forças responsáveis pelo estabelecimento e manutenção de tal hegemonia tenham cometido atos ainda mais violentos, hostis e desumanos. Não trata-se de uma busca pela justificativa dos ataques violentos realizados por grupos terroristas, trata-se de uma compreensão sobre o que os inspira a cometer tais atos, os quais - até mesmo em seu formato quase que primitivo - podem ser interpretados através da análise crítica sobre as assimetrias de poder e as hierarquias da estrutura político-econômica do sistema internacional. Buscar uma visão crítica nesse sentido não significa apenas reconhecer que a violência é cometida por ambos lados envolvidos na Guerra ao Terror, significa medi-la, compreender seu uso e identificar as construções ideológicas que permitem que esse terror seja reconhecido mundialmente como aspecto de apenas um desses eixos -

“Com o desejo de formular um critério para orientar-se nessa galeria de horrores - que envolve ambos os lados -, poder-se-ia ter presente uma página de Marx. Ao responder às acusações feitas aos “incendiário” da Comuna de Paris, ele distingue entre “vandalismo de uma defesa desesperada” e “vandalismo do triunfo” (...) Aqui não se trata de estabelecer uma hierarquia dos horrores, mas de acentuar que os vencedores não têm nenhum direito de rotular como “cortadores de cabeças” e “degoladores” todos aqueles que opõe resistência a eles” (LOSURDO, 2010, p. 37).

Enquanto as armas hegemônicas ocidentais, reproduzidas pela nação estadunidense a fim de materializar seus objetivos imperialistas, são as instituições que regulam as relações internacionais do sistema, os aparatos militares insuperáveis tidos com a supremacia com relação às capacidades materiais, e as armas ideológicas que garantem a sustentação e reprodução de uma cultura que garante tal hegemonia; as armas encontradas pelas forças não-hegemônicas, que não se beneficiam de tais configurações institucionais do sistema, são aquelas classificadas como instrumentos terroristas,

“demos, entretanto, a palavra a Samuel Huntington: “historicamente, o terrorismo é a arma dos fracos, quer dizer, daqueles que não possuem capacidades militares de tipo convencional”; de modo que, hoje, o choque entre os “fracos não ocidentais” e o Ocidente toma a forma de “um choque entre ações terroristas, de um lado, e reides aéreos, do outro” (LOSURDO, 2010, p. 27).

Se mostra incoerente, então, a comoção global com relação à violência e às questões de segurança internacional, já que, enquanto atentados terroristas - sejam eles planos elaborados como os atentados do 11 de setembro, sejam eles acontecimentos particulares como ataques com explosivos rudimentares portados por homens-bomba - causam um fervor de indignação na comunidade internacional e desencadeiam grande alvoroço na mídia, as violências cometidas em nome do contraterrorismo - sejam elas a privação de insumos básicos à sobrevivência ou bombardeios aéreos indiscriminados cometidos por um exército nacional - não chegam a impactar profundamente a população que, muitas vezes, nem chega a ter conhecimento das

atrocidades cometidas nas regiões para além das fronteiras ideológicas do centro global. Dessa forma, não apenas se intensifica o sentimento de revolta e vingança dos povos excluídos, mas também se perpetua a indiferença quanto ao sofrimento desses povos, pois

“deveria ser evidente a todos que, a partir da tragédia interminável do povo palestino, é uma grande luta pelo reconhecimento que agita o mundo árabe e islâmico em seu conjunto, é uma busca de respeito pela dignidade própria em todo nível, é a vontade de acabar com a humilhação e a opressão de fato sofridas ou também apenas percebidas. Tudo isso não pode ser calado com apelos genéricos, retóricos e, às vezes, hipócritas à não violência e ao diálogo” (LOSURDO, 2010, p. 274-275).

Por representar um desafio ao estabelecimento da dominação total do hegemon capitalista, é orgânico que o terrorismo receba pedidos para que se contenha. Trata-se de um fator mais claro na esfera midiática da Guerra ao Terror. Quando se fala de terrorismo, se fala de islã, e mais do que comum é ler e assistir às reportagens que questionam se há um islã moderado. O desejado islã moderado iria além de abrir mão do uso da violência para atingir seus objetivos, poupar civis e colocar um fim aos atentados contra populações inocentes, o islã moderado pelo qual o Ocidente tanto clama é um islã colaboracionista e entreguista. Os pedidos por um islã moderado se referem a governos que aceitem a presença de exércitos estrangeiros em seus territórios soberanos, controlando com “punho de ferro” suas populações que se revoltam com as injustiças históricas e a opressão política que seguem se repetindo em toda região do Oriente Médio.

É nesse sentido de resistência à integração completa ao sistema capitalista neoliberal e de luta anti-imperialista que se caracteriza, em partes, o movimento terrorista que,

“é também a reação a uma longa vivência de opressão e humilhação, o sonho de apagar séculos de história inspira morticínios indiscriminados que, às vezes, não exprimem sequer um plano político articulado, mas apenas um cego furor teológico. Aqui se manifesta a tradicional fraqueza do islã que, opondo a si mesmo ao mundo em redor como *umma* ou “casa da paz”, não consegue compreender a questão nacional e enfrentar de forma adequada os desafios representados pela modernidade e pelas agressões colonialistas e imperialistas” (LOSURDO, 2010, p. 274).

3.3 A geopolítica do terror e o fator petróleo

Como é sabido, as intenções estadunidenses nas áreas que foram invadidas sob o pretexto da Guerra ao Terror vão além daquelas declaradas por sua missão humanitária, de contenção do terrorismo e de expansão de sua influência global. Na verdade, o domínio sobre todo o globo depende essencialmente do domínio sobre algumas áreas específicas. Entra em jogo o fator geopolítico do terror, a geografia da Guerra ao Terror. Há, desde os tempos coloniais, uma verdade indiscutível sobre a necessidade de políticas de controle em certas

regiões do mundo. É por isso que regiões como o Oriente Médio se encontram constantemente sob tensões - tensões estas que estão sempre conectadas a alguma potência estrangeira tentando exercer algum tipo de controle direto ou indireto, coercitivo ou de influência, sobre determinado território. Tal fato se corrobora com as palavras de David Harvey:

“para todo o conceito de controle global elaborado durante a Segunda Guerra Mundial, era fundamental o controle do Oriente Médio, considerado parte do antigo Império Britânico, e absolutamente essencial para o controle econômico, militar e político do globo – não sendo o motivo menos importante o fato de ser ele o repositório da maioria das reservas de petróleo comprovadas do mundo” (2005, p. 87).

Tendo em vista o objetivo de controle de uma região tão essencial para o estabelecimento de uma ordem hegemônica de caráter global, se reconhecem as ambições imperiais. Tais ambições imperiais inspiram, em partes, empreitadas como a Guerra ao Terror, e estão intimamente ligadas aos recursos indispensáveis do modo de produção capitalista, os quais se tornam um verdadeiro tesouro, cujo controle passa a garantir mais um aspecto de hegemonia econômica. Aqui se torna ainda mais visível a proposição de Robert W. Cox sobre a esfera produtiva ser a responsável pelas configurações hierárquicas de poder de todas as outras esferas da vida social. Para assegurar a posição no topo da cadeia produtiva, ou seja, para assegurar a supremacia econômica, é necessário garantir o controle sobre recursos indispensáveis ou manipular certas nuances políticas que trabalhem em favor desse controle. Nesse sentido, se mostram mais claras as intenções dos EUA com a Guerra ao Terror, já que a região do Oriente Médio e, mais especificamente o Iraque, conta com as maiores reservas de petróleo do mundo, recurso esse bastante escasso e necessário à nação estadunidense:

“os Estados Unidos também têm um alto nível de dependência de determinados recursos importados, em especial do petróleo. Praticamente 40% do petróleo é proveniente do Oriente Médio. Isso significa que a disponibilidade de petróleo na região é uma consideração importante na política exterior dos EUA” (AGNEW, 2008, p. 214)

Como no passado colonial os grandes impérios se empenharam em ofensivas em busca de matérias-primas consideradas preciosas à época, igualmente o faz os Estados Unidos da América em busca da mais importante fonte energética da atualidade. A fim de garantir o abastecimento de petróleo ao Ocidente, os EUA já haviam se envolvido na Guerra do Golfo (1990-1991), e as intervenções que ocorreram com a Guerra ao Terror podem representar uma

continuidade dessa política externa (FILHO, 2002) - a qual ainda persiste nos tempos mais recentes através das tensões com a Venezuela⁵³, por exemplo. Assim,

“Essas batalhas e ocupações, alimentadas pela necessidade de possuir a principal matriz energética, o petróleo, e pelo desejo da hegemonia política mundial, aconteceram sob a desculpa da necessidade da implantação da democracia nas comunidades árabes pelos ‘detentores dos direitos humanos’: os EUA” (LAFORÉ e HARARI, 2011, p. 21).

Une-se às ambições imperiais, a geopolítica. Por trás de um véu ideológico se escondem interesses materiais que hoje em dia já não são mais tão invisíveis assim. Nas palavras de Domenico Losurdo, trata-se da “ligação entre fervor moral e religioso, de um lado, e busca lúcida e imparcial pela hegemonia política, econômica e militar em nível mundial, do outro” (2010, p. 115). Essa complexa ligação representa muito bem a administração Bush, caracterizada por um forte neoconservadorismo, pela ambição imperial e pelo respeito às tradições morais e cristãs da nação estadunidense. Além disso, a configuração da administração Bush, no que diz respeito às autoridades por ele nomeadas, no que diz respeito aos cargos de seus ministérios, às pessoas à frente de importantes instituições nacionais, aos intelectuais chamados a pensar estratégias governamentais, repercutiu na comunidade internacional, pois deixava clara a ligação da presidência com os setores armamentista e energético (GALLO, 2007). Seja por meio dos discursos proferidos por Bush, pelos documentos de seus oficiais, pelos ofícios de seu gabinete, é possível saber que os EUA se reservam o direito de atuar unilateralmente, inclusive através do uso da força militar, quando se trata da defesa de interesses vitais, como garantias de acesso a importantes mercados, reservas energéticas e recursos estratégicos (CHOMSKY, 2003).

Tendo em vista a relevância desse recurso de produção tão precioso e essencial à reprodução do sistema capitalista, vale - em nome de uma análise mais crítica que este fator geopolítico do petróleo pode trazer à pesquisa, com relação às forças sociais que no fundo comandam políticas externas como a Guerra ao Terror, - voltar o presente trabalho ao bloco histórico de Cox, que é constituído pela interação entre capacidades materiais, ideias e instituições. A força hegemônica, que detém a supremacia e controle de tais pilares de sustentação estrutural do sistema, é caracterizada pelos EUA, porém, um Estado não se trata de uma caixa preta, cujos recursos de poder (sejam eles materiais, ideológicos ou institucionais) advêm somente de seus atores políticos e de sua atuação na comunidade internacional. Ou seja,

⁵³ Outra nação com grandes reservas de petróleo também localizada no Sul global e não plenamente alinhada com as diretrizes institucionais, políticas, econômicas e culturais do Ocidente branco - atualmente representando um desafio à ordem social capitalista vigente, resistindo aos ímpetos imperiais do capital estrangeiro.

“os interesses gerais do capitalismo mundial empurram a burguesia norte-americana e europeia a intensificar a opressão sobre as nações semicoloniais” (OLIVEIRA apud LAFORÉ e HARARI, 2011, p. 21).

Reconhecer as forças sociais que de fato estão por trás de todo poderio estadunidense se trata de reconhecer uma das esferas de atividade do bloco histórico, como apontado por Cox (1981) e trazido no primeiro capítulo da presente pesquisa. Para identificar as forças sociais que guiam as ações políticas do ator hegemônico nas relações internacionais, se faz necessária a análise da esfera de poder que determina as demais relações de poder do sistema, ou seja, da esfera produtiva. É através do reconhecimento de quem controla a economia que se torna possível enxergar com clareza quem controla o mundo. Nas palavras proferidas por David Harvey, “in order to understand the logic of the world (...) if you want to find out what is going on here, follow the money. When you follow the money you will find out who is doing what behind where” (HARVEY, 2019)⁵⁴. Um dos pontos basilares da teoria crítica é que o processo de produção constitui um elemento essencial para a análise das ordens mundiais, isto é, quem está em posse da riqueza constitui a hegemonia “nas sombras”. Dessa forma, são as forças sociais que dominam a esfera econômica as quais ditam e constituem os elementos de uma estrutura histórica. Esses elementos particulares atuam como forças de poder sobre os indivíduos e grupos – podem ser caracterizados, por tanto, como categorias de uma ordem hegemônica. As necessidades e a visão das grandes corporações claramente aparecem nas estratégias de construção e manutenção da hegemonia, mas o papel do Estado continua sendo indispensável para a realização de tais estratégias (GALLO, 2007).

David Harvey em seu *podcast* “Anti-Capitalist Chronicles” (2019) apresenta questões poderosas no tratante à relação entre as forças do Estado e do capital. Em um dos episódios, nomeado “*The Geopolitics of Capitalism*” o autor britânico discorre sobre a existência de duas lógicas de poder: uma, territorial, demarcada por fronteiras, com figuras de poder claramente determinadas e reconhecíveis, isto é, uma lógica de poder ligada aos Estados. E uma outra, uma lógica capitalista de poder - que é inerente ao processo de acumulação de capital. O ponto que decorre da existência dessas duas lógicas de poder, é como elas se relacionam dentro dos espaços, o que acaba por gerar questões de legitimidade. O poder do capital passa, cada vez mais conforme os movimentos e fenômenos de seu desenvolvimento o garantem mais poder, a utilizar-se do poder estatal para defender seus interesses. O poder monetário se insere nos aparatos do Estado, o qual se torna um agente desse poder. Nas palavras de Harvey “the

⁵⁴ Para entender a lógica do mundo (...) se você quer descobrir o que está acontecendo aqui, siga o dinheiro. Quando você segue o dinheiro, você descobre quem está fazendo o que e atrás de onde (tradução nossa)

bondholders actually control the power, not the state itself” (2019)⁵⁵. Ainda que controle o poder “nas sombras”, o capital precisa, de fato, do Estado – pois há a necessidade de um agente capaz de atuar em seu nome. Ainda que os estágios de desenvolvimento capitalista cada vez mais caminhem para um recuo do poder estatal e para a intensificação do poder do mercado, abrindo espaços cada vez mais amplos e passíveis da atuação de atores não-estatais, eles - os Estados - seguem sendo os principais agentes nas dinâmicas das relações internacionais. Portanto, há uma necessidade num sentido de materialidade do capital com relação aos aparatos e capacidades estatais,

“a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em gize se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital” (HARVEY, 2005, p. 80).

Sendo assim, é estratégica e extremamente relevante a análise geopolítica com relação ao Oriente Médio para que se compreendam não apenas as ações levadas à cabo pelos Estados Unidos durante a Guerra ao Terror, mas também a importância da região para o capitalismo global (HARVEY, 2005). O papel que as forças que controlam um grande complexo econômico, como o complexo petrolífero, desempenham sobre um cenário como o da presente conjuntura, diante de uma expansão capitalista em acelerado desenvolvimento, pode ser verificado através da ação dos Estados Unidos no Oriente Médio:

“os Estados Unidos iniciaram então uma longa série de operações declaradas e encobertas na região durante a década de 1950, tendo a principal sido a derrubada em 1953 do governo iraniano democraticamente eleito de Mossadegh, que nacionalizara companhias de petróleo de propriedade estrangeira. O sucesso das iniciativas norte-americanas foi claro. Entre 1940 e 1967, empresas dos EUA aumentaram seu controle das reservas de petróleo do Oriente Médio de 10 por cento a algo próximo de 60 por cento, ao mesmo tempo em que as reservas sob controle britânico caíram de 72 por cento em 1940 para 30 por cento em 1967 (THE EDITORS, 2002, p. 1-13, apud HARVEY, 2005, p. 26).

Ao personificar forças do capital nas grandes corporações da indústria petrolífera, se facilita a conexão que na presente pesquisa tentou-se fazer - entre forças capitalistas e figuras estatais. Isso porque é com base nos interesses de ambas partes que sua relação passa a fazer sentido e se tornar mais explícita, já que os interesses são mutuamente completados. Através da exportação de parte da produção com as economias de escala, através de movimentos de centralização do capital em busca do domínio financeiro e da proteção de vantagens tecnológicas (HARVEY, 2005), se faz necessário o agente Estado, por meio do qual

⁵⁵ Os obrigacionistas que de fato controlam o poder, não o Estado em si (tradução nossa)

“os capitalistas podem usar, e naturalmente usam, estratégias espaciais para criar e proteger poderes de monopólio onde quer e quando quer que lhes seja permitido. O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma. (...) Lenin e Hilferding estavam portanto certos em enfatizar a importante ligação interior entre monopolização e imperialismo” (HARVEY, 2005, p. 84).

Tendo isso em vista, se reconhece de forma mais clara a influência dos complexos industriais militares e petrolíferos sobre os conflitos da Guerra ao Terror, mais especificamente no Iraque. Ainda que o petróleo não seja a única força por trás das ofensivas e invasões à região, é um fator importante na análise de todo o processo, já que, nas palavras de David Harvey, “quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo” (2005, p. 25). Torna-se mais explícita a conexão entre as aspirações hegemônicas estadunidenses e as forças sociais que controlam o bloco histórico através da importância do petróleo na região que é vítima das consequências de tais desígnios imperiais. Sendo as capacidades materiais um dos pontos basilares que estruturam a configuração de poder econômico, político e social em um determinado tempo e espaço, os recursos por elas representados são de extrema relevância, e entre esses recursos se encontra o petróleo - cuja propriedade ou controle se tornam, portanto, indispensáveis. É assim que buscam efetivar seus imperativos de domínio global, pois sendo capazes de

“dominar as reservas petrolíferas da Bacia do mar Cáspio, os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o controle efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos. A Europa e o Japão, bem como as partes leste e sudeste da Ásia (incluindo hoje, o que é crucial, a China), dependem de modo vital do petróleo do Golfo, e são essas configurações regionais de poder político-econômico que representam em nossos dias um desafio à hegemonia global dos Estados Unidos nos mundos da produção e das finanças. Que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos — o poder militar?” (HARVEY, 2005, p. 29-30).

O petróleo enquanto primordial estímulo para a ação estadunidense na região do Oriente Médio, principalmente no Iraque, se mostra como uma motivação ainda mais explícita quando as demais justificativas parecem cada vez mais incabíveis. Se fosse o Iraque, de fato, uma ameaça real ao Ocidente, os Estados Unidos teriam recebido massivo suporte em sua ação de invadir o país. Entretanto, essa decisão foi arbitrária, não teve apoio da Organização das Nações Unidas, desrespeitou o Conselho de Segurança e deixou de contar com o suporte de importantes nações ocidentais aliadas, como França e Alemanha (HARVEY, 2005). As declarações com relação às possíveis armas de destruição em massa eram consideradas exageros, até mesmo pela

Central de Inteligência Americana, que sabia do enfraquecimento que o poderio militar iraquiano havia sofrido com a Guerra do Golfo (HARVEY, 2005). Além do mais, inúmeros outros países passavam por tais tensões e desconfianças da comunidade internacional quanto ao desenvolvimento de armas nucleares - como o caso da Coreia do Norte - e ainda assim os Estados Unidos da América pareciam tão unicamente determinados a combater seus inimigos no Oriente Médio e, desse modo, “era difícil evitar a impressão de que algo muito importante estava sendo ocultado sob toda uma série de cortinas de fumaça” (HARVEY 2005, p. 19).

Essa relativa facilidade em cometer agressões unilateralmente, ignorando e passando por cima de princípios institucionais dos arranjos do sistema internacional, reflete o poder hegemônico dos Estados Unidos em seu auge no que tange à esfera ideológica, produtora de discursos. Isso prova que os EUA são mais do que uma superpotência exclusivamente militar, já que unida ao monopólio das armas mais sofisticadas e letais, se encontra a pretensão de Washington de ser o juiz universal - um juiz que dita as normas do jogo e produz sanções inapeláveis, que dita as acusações e os pecados. Não se prevenir quanto a esses pecados significa não poder evitar ser acusado - de modo direto ou indireto, dependendo das vontades dos EUA - de terrorista (LOSURDO, 2010). Assim, o porta-voz da nação se apresenta como plenamente capaz de ditar os discursos da maneira que mais lhe é conveniente, de manipular suas justificativas fracas e muitas vezes falsas, legitimando suas ações através de seus próprios mecanismos forjados de legitimação, ou seja,

“the enlightened leader is also free to change the rules at will. When the military forces occupying Iraq failed to discover the weapons of mass destruction that allegedly justified the invasion, the administration's stance shifted from "absolute certainty" that Iraq possessed WMD on a scale that required immediate military action to the assertion that American accusations had been "justified by the discovery of equipment that potentially could be used to produce weapons. (...) Virtually any country has the potential and ability to produce WMD, and intent is in the eye of the beholder. Hence the refined version of the grand strategy effectively grants Washington the right of arbitrary aggression" (CHOMSKY, 2003, s/ p.)⁵⁶.

O “líder iluminado” segue exercendo seu poder, ainda que transforme sua *persona*. Após George W. Bush, Barack Obama abandonou o rótulo da Guerra ao Terror, vide o claro fracasso da operação e a declarada oposição tanto da comunidade internacional quanto de sua população

⁵⁶ O líder iluminado também é livre para mudar as regras conforme sua vontade. Quando as forças militares ocupando o Iraque falharam na descoberta das armas de destruição em massa que alegadamente justificaram a invasão, a postura da administração mudou de “certeza absoluta” que o Iraque possuía armas de destruição em massa em uma escala que requeria ação militar imediata, para a declaração de que as declarações americanas foram justificadas pela descoberta de equipamentos que potencialmente poderiam ser utilizados para produzir armas (...) Praticamente todo país tem o potencial e a habilidade de produzir armas de destruição em massa, e a intenção está nos olhos do observador. Logo, a refinada versão da grande estratégia efetivamente garante a Washington o direito de cometer agressões arbitrárias (tradução nossa)

nacional. Ainda assim, por mais que tenha apostado no afastamento das tropas estadunidenses do solo do Oriente Médio, o que mais caracteriza o acontecido foi a troca de tropas militares por *drones* controlados das bases americanas. A intervenção, a opressão, os tratamentos violentos e demais aspectos da missão imperial estadunidense só encontram uma maneira menos óbvia de se realizarem.

O presente capítulo procurou trazer de forma mais explícita a introdução de uma perspectiva de classe à análise do contraterrorismo, já que a mesma permite o posicionamento da sociedade e de suas relações no centro do debate. Através das três seções, se estabelece que a acumulação de capital não é um processo técnico homogêneo e pleno, mas sim, uma relação dinâmica entre diferentes frações do capital, que buscam sua acumulação em nome de sua expansão e centralização (BOUKALAS, 2015). Sendo a acumulação uma condição essencial para a sustentação do capitalismo, a mesma tem a qualidade de se adaptar, podendo ocorrer de diversas formas e sob diferentes regimes de regulação. O contexto histórico em que emerge a Guerra ao Terror traz não somente a inexistência de um inimigo claro, mas também processos de desenvolvimento capitalista como a globalização e a financeirização, postas sob um arranjo neoliberal e neoconservador. As forças que estão de porte do real controle do sistema são, portanto, as que estão ligadas a tais frações do capital. Nesse sentido, as identidades e as tradições familiares e religiosas se tornam centrais ao debate, e os complexos industriais militares e petrolíferos aparecem no topo das agendas de interesses a serem defendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trabalhou com algumas suposições que foram desenvolvidas no decorrer do estudo, como a existência de uma ideologia capitalista que funciona através de ferramentas linguísticas em função de forças sociais que dominam a estrutura do sistema internacional, representadas pelo poder estadunidense. Analisando criticamente como se ligam tais fatores, se coloca que há uma relação mútua entre os mesmos, já que as forças em questão propagam sua ideologia através de discursos que perpetuam seu poder, o qual lhes garante as capacidades de seguir dominando as hierarquias não só econômica e política, mas também social e cultural. Nesse sentido se faz de extrema importância a noção de que por mais que sejam os Estados Unidos da América o principal ator das relações internacionais a levar a cabo a ideologia hegemônica do atual bloco histórico, sendo o principal expoente de sua representação, existem, por trás da bandeira da nação estadunidenses, forças que ultrapassam suas fronteiras. Tais forças, conforme se desenvolve o capitalismo global, se tornam cada vez mais transnacionais, já que o capital se torna cada vez mais financeirizado e globalizado, alcançando todos os cantos do mundo - em busca da defesa de seus interesses e da manutenção de seu poder. Com o processo de expansão total do capital, refletindo a mobilidade e a característica fictícia do mesmo, exporta-se para além do centro global não apenas o crédito internacional e algumas etapas dos processos produtivos, mas também se exportam de maneira massiva as ideias, as políticas e os valores morais a serem seguidos de forma conjunta com os ditames do capital.

Sendo assim, quando projetos como a Guerra ao Terror são desenvolvidos pelo Ocidente, em vista da perpetuação do regime hegemônico de seus principais atores, se tornam visíveis as aspirações imperiais dos mesmos - os quais procuram estabelecer sua dominação e fixar sua posição no topo da hierarquia de poder do sistema internacional através de uma busca pela dominação total, sobre todos os aspectos da vida dos indivíduos e das nações, aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Entra em cena a configuração do bloco histórico apresentada por Cox, composto por três categorias que interagem de forma recíproca, sendo elas, as capacidades materiais, ideias e instituições.

Antônio Gramsci assume o poder através de uma analogia mitológica, e o vê como um centauro: metade homem, metade cavalo - isto é, a combinação entre consenso e coerção (COX, 1993). Ao empregar tal conceito na análise de hegemonia aqui proposta, tem-se que, mais do que ser uma relação causal de que conforme cai a capacidade de convencimento de um poder hegemônico, ele busca compensar essa queda com o aumento de sua capacidade de coerção, consenso e coerção, exercício de autonomia e influência externa, uso da força militar e uso de

ferramentas discursivas, todos funcionam juntos, em uma única missão com desígnios imperiais. O presente trabalho leva em conta essa realidade pois faz a análise da atuação do poder hegemônico para além do centro global, onde a violência é uma constante histórica e a relação inversamente proporcional entre consenso e coerção não é exatamente verdadeira. Como exposto por Cox (1981), o consenso vai se esvaindo conforme se aproxima da periferia do sistema, onde os elementos da violência e da coerção sempre estiveram presentes - já que foi, e segue sendo, na periferia que os desafios a ordem imperialista primeiramente se manifestaram.

Tendo esclarecidos os principais conceitos acerca da pesquisa, o trabalho buscou focar em expor como tais categorias são primeiramente reconhecidas no contexto histórico, e em seguida como são materializados em ações discursivas e de política externa. Tal processo permitiu o reconhecimento de diversas contradições existentes no projeto estadunidense em questão, já que tratou de analisar, primeiramente, a utilização da linguagem sobre os discursos como plataforma ideológica, e em seguida, a utilização dos discursos sobre as ações de política externa como ferramenta de legitimação. Uma das mais claras contradições narrativas se encontra na declarada missão dos EUA de disseminar a liberdade e os direitos humanos pelo globo, enquanto os mesmos desrespeitam descaradamente a tais direitos humanos:

“O que acontece com o Estado de Direito e as garantias jurídicas para os detidos de Guantánamo, Abu Ghraib ou do campo de concentração afegão comparados por alguns exatamente a Auschwitz? E o Estado de Direito e as garantias jurídicas para os islâmicos entregues por Washington a países onde a tortura é uma prática comum ou sequestrados pela CIA para desaparecer do nada? Então se explica a particular penetração e tenacidade do “negacionismo” do qual estamos nos ocupando. Para poder continuar a legitimar uma política de guerra e de domínio, a democracia do Ocidente e se seu país líder deve, mais do que nunca, ocultar seu caráter” (LOSURDO, 2010, p. 267).

Outra clara contradição está ligada à construção identitária, aspecto primordial da Guerra ao Terror como um todo, pois é na determinação, em primeiro lugar, de contra quem que se luta, que se firmam as crenças que ditarão a forma com que tal luta se dará. A contradição fica explícita pois ao mesmo tempo em que é caracterizado como a arma do mais fraco, o terrorismo também se torna uma das armas dos mais fortes, que recorrem ao exercício do terror porém sem caracterizá-lo como tal. Seguem rotulando como atentados terroristas apenas os ataques advindos dos grupos que pretendem combater, reforçando que suas estratégias rudimentares, violentas e irracionais configuram uma ferramenta do terror. Ao se afastarem desse espectro, não admitem que cometem, muitas vezes, estratégias semelhantes - que só não são rotuladas de terroristas pois não são cometidas pelos terroristas já conhecidos, e sim, por quem busca os eliminar. Assim, se faz contraditória a ação contra-terrorista estadunidense que, em nome do

antiterrorismo, atua através do terror; que, em nome da disseminação de certos valores liberais, quebra os próprios princípios que busca difundir, como a democracia e a liberdade. A visão de que há um único povo escolhido por uma entidade divina, destinado a guiar toda humanidade em seu desenvolvimento, enquanto os demais povos são destinados a seguir e resignar, é uma visão de negação dos ideais de liberdade e democracia (LOSURDO, 2010). A definição de quem é terrorista e comete atos terroristas, portanto, não é determinada pelo desrespeito a certos valores morais, pelo uso da violência desmedida, por ataques a populações civis inocentes ou por qualquer ação que desencadeia o uso do terror, mas é determinada por uma questão de identidade.

Quando se trata de construções identitárias no cenário da comunidade internacional, algumas plataformas ideológicas são indispensáveis. O discurso funciona de forma dual, configurando ao mesmo tempo a figura vilã e a figura heroica. O eixo do mal, aquele cujos ataques terroristas são de fato caracterizados como terroristas, é formado por grupos não estatais e pelos Estados que os apoiam, são aqueles que se apresentam como um desafio à ordem capitalista hegemônica, aqueles que encontram-se para além do Ocidente branco, aqueles cujas reservas nacionais de petróleo representam recursos estratégicos e indispensáveis ao grande capital, aqueles cujos governos não necessariamente se alinham às diretrizes democráticas e liberais ocidentalizadas, aqueles que não seguem valores cristãos e que negam a total inserção de suas populações ao ciclo da acumulação capitalista globalizado. O eixo do bem, aquele cujos ataques terroristas não são caracterizados como tal, e sim como medidas de contenção de alguma ameaça, são aqueles que se encontram alinhados com os valores morais, cristãos e liberais do Ocidente, aqueles que se inserem por completo na economia capitalista globalizada, aqueles que colaboram com a expansão do capital e na perpetuação de seu poder, aqueles que caracterizam a civilização autêntica, cujo traço mais marcante é a branquitude de sua pele.

Quase duas décadas após seu estopim, já é claro que a Guerra ao Terror foi um fracasso, tendo em vista que atentados terroristas seguem acontecendo com grande frequência, grupos terroristas seguem existindo, e a paz não foi instaurada - ameaças à segurança da comunidade internacional ainda estão presentes e, em razão da arrogância e militarismo estadunidenses, até mesmo o público de suas nações aliadas carrega a memória de Bush como uma ameaça muito maior à paz do que Saddam Hussein (CHOMSKY, 2003). Isso porque, a estratégia da “*Pax Americana*” a partir do século XXI, buscando instaurar a paz e a estabilidade no sistema se baseou na busca pelo reforço da posição sistêmica dominante dos Estados Unidos, no estabelecimento de sua dominância total, em desígnios hegemônicos de manutenção e intensificação de desigualdades e assimetrias de poder e, para isto, tal estratégia contou com a

utilização de uma “campanha militar expansiva, imperialista e ofensiva” (COSTA E WUNDER, 2011, p. 29). Além de falha e repleta de contradições que quase beiram a irracionalidade, a Guerra ao Terror representa uma fraqueza estratégica estadunidense, representando hoje um tempo ao qual o professor Hector Saint-Pierre (2015) chamou de “década de sonambulismo estratégico” devido a perda de prestígio da potência que comanda a segurança global. Essa perda de prestígio decorre da perda de postura moral, já que durante tal década foi admitida a tortura e outros crimes em nome do combate ao terrorismo.

A presente pesquisa não propôs o debate acerca da legalidade ou eficácia do projeto contra-terrorista em questão, mas tratou de analisar as forças ocultas por trás de seu desenvolvimento - tendo em vista que as mesmas forças seguem influenciando o cenário internacional e as tensões nele existente. O reconhecimento das forças e dos movimentos que as mesmas fazem a fim de neutralizar os impactos de suas ações e de buscar sua legitimação significa reconhecer a atuação da ideologia, uma ideologia da guerra que representa a linguagem do império, um império que se apoia em aparatos militares cada vez mais poderosos para estender seu poder por todo o globo Losurdo (2010).

Desse modo, a análise proposta na pesquisa se torna crucial para que siga sendo possível interpretar o mundo e os eventos securitários que nele se desdobram, colocando um par de óculos críticos para que se enxergue a realidade que, mesmo concebida através da ideologia e portanto intransponível, pode ser vista para além do real que é projetado e definido por uma classe dominante e transnacional, ou seja, de forma crítica. Abre-se espaço para continuidade da presente pesquisa, com as diretrizes analíticas expostas sendo aplicadas sobre novos fenômenos políticos internacionais que nascem a cada dia. Independentemente do resultado desastroso que a Guerra ao Terror levou às nações impactadas pela violência ocidental nessa empreitada, independente da desestabilização interna causada nos EUA e do desgaste de sua imagem na comunidade global, independente da ineficácia do projeto em conter o terrorismo ou propagar a paz e a liberdade pelo mundo, as forças do grande capital financeiro transnacionalizado e a ideologia capitalista que regem a estrutura do atual sistema seguem exercendo enorme impacto sobre a forma com que se organizam as relações internacionais, da mesma forma que o fizeram com a Guerra ao Terror. A profunda e íntima ligação entre as forças da classe capitalista e as forças da classe política do Estado estadunidense são a chave para que se possa perceber a hegemonia dos Estados Unidos da América como a primeira hegemonia capitalista verdadeiramente planetária.

Parte-se do pressuposto de que há um duradouro “espírito do capitalismo” que representa a ideologia dominante, a qual se adapta através de ferramentas hegemônicas

conforme, através das transformações na acumulação do capital, se desenvolve o próprio sistema. A presente pesquisa tratou de expor quais são e como funcionam tais aspectos da hegemonia, como as plataformas ideológicas, as instituições internacionais e as capacidades materiais apresentadas pelos atores dominantes. Por meio da linguagem e dos discursos, por meio da institucionalização das hierarquias de poder, por meio do uso descabido da força, são legitimadas as ações necessárias às exigências das forças sociais para que se mantenha a estrutura da ordem mundial da atual forma com que se encontra estabelecida. Ainda que não tenha sido um ponto focal na presente pesquisa, as instituições internacionais são um dos três pilares do bloco histórico de Robert W. Cox, e representam uma forma de perpetuação das assimetrias de poder do sistema, pois as refletem de forma institucionalizada nos corredores de Washington e Nova Iorque. Mais do que somente sobre aspectos linguísticos e discursivos, as forças do capital que controlam as estruturas sociais, econômicas e políticas dos EUA, atuam sobre as organizações que emergem na comunidade internacional de Estados. As instituições servem também como um alicerce na missão do capital global de sustentação do projeto neoliberal, e de manutenção de suas capacidades de acumulação e expansão. As organizações internacionais prescrevem políticas públicas e avaliam comportamentos dignos de recompensas ou punições no mundo multilateral, e essas prescrições e julgamentos são baseadas nas expectativas que dominam o cenário, isto é, nas diretrizes do “andar de cima” do capitalismo Coelho (2012).

A Guerra ao Terror vem como um projeto também necessário para a perpetuação do projeto capitalista neoliberal em nome da sustentação de sua ordem hegemônica, e passa a representar “símbolos, arcabouços ideológicos, peças de propaganda que refletem o âmago da política intervencionista norte-americana” (COSTA E WUNDER, 2011, p. 31). A partir disto, o foco que se deu no presente trabalho foi no papel exercido pelas plataformas ideológicas atuantes através das ferramentas linguísticas e discursivas. Dada a relevância do fator discursivo, com a construção de identidades, com o uso conveniente de um léxico específico, com a definição falha de conceitos básicos, com a manipulação midiática e a reprodução de tradições imperiais coloniais, os Estados Unidos foram capazes de levar à cabo o maior projeto contra-terrorista da história - convencendo muitos e passando por cima de outros tantos. A necessidade da Guerra ao Terror, entretanto, vai obviamente além de um sentimento de vingança com relação aos atentados do 11 de setembro de 2001, da vontade de disseminar valores ocidentais, democráticos, cristãos e liberais pelo mundo, da manutenção do *status quo* nas relações internacionais, e da defesa da posição hegemônica dos Estados Unidos; ela toca a carência das forças sociais do capital de se expandirem, de moldarem regiões aos seus modos

de reprodução, de conquistarem recursos essenciais para seu poder, de aprofundarem a integração da economia capitalista global em todos os cantos do mundo. Ao mesmo tempo, do outro lado, as forças terroristas representam a necessidade daqueles que se opõem à ordem capitalista hegemônica de precisar enfraquecê-la de qualquer forma possível, de representar resistência, de colocar um desafio à sua expansão e à sua permanência militar em solos soberanos. É com vistas a esse fator que Nasser (apud LAFORÉ e HARARI, 2011) afirma que o atentado do 11 de setembro de 2001 foi uma forma de tornar público o fato de que os EUA são frágeis, independente de toda sua supremacia. Não se tratou de uma ação terrorista para acabar com o capitalismo, mas se tratou de uma maneira de mostrar que o sistema é frágil, simbolizando tal fragilidade capitalista na destruição do World Trade Center. Da mesma forma, ao atacar o Pentágono, as forças terroristas não trataram de destruir o maior expoente estatal do capitalismo, mas sim, de atacar e demonstrar a fragilidade desse símbolo de poder militar. Historicamente, os povos invadidos buscam desenvolver maneiras para fragilizar a superioridade militar e tecnológica dos invasores, é um exercício que reflete o quão desproporcionais são as forças em jogo, isto é, os comportamentos terroristas tendem a refletir uma luta com certo sentimento de impotência (LOSURDO, 2010).

Enquanto permanecerem estabelecidas as estruturas que configuram o bloco histórico da atualidade, enquanto tentativas de resistência forem reprimidas violentamente em toda periferia do sistema, enquanto qualquer desafio à ordem hegemônica não florescer, as forças do capital seguirão se desenvolvendo, adaptando seus instrumentos para a missão imperial de perpetuação de seu poder, aprofundando desigualdades e intensificando assimetrias no sistema. Enquanto essa for a realidade, os projetos que refletem tentativas de manutenção do *status quo* e refletem a força crescente do capital devido às transformações ocorridas no próprio desenvolvimento capitalista, tais qual a Guerra ao Terror, seguirão existindo e sendo objetos de estudo - como na presente pesquisa - para que se compreendam não apenas como atuam tais forças nas relações internacionais, mas também para que se pensem formas eficazes de resistência e desafio à atual ordem hegemônica.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. A nova configuração do poder global. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-218, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>
- ALMEIDA, Mariana Martins. **A Sobrevivência da OTAN no pós-Guerra Fria**: o cenário de mudanças no paradigma das dinâmicas de segurança. 2012. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012
- ALMEIDA, Bruno de. **Estados Unidos da América e a Guerra ao Terror**: o inimigo indefinido. 2018. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970. 121 p.
- BALDWIN, David A.. **Power and International Relations: a Conceptual Approach**. New Jersey: Princeton University Press, 2016. 238 p.
- BANUSIEWICZ, John, D. **DoD Policy Official Explains Terror War Strategy**. American Forces Press Service. Washington: US Department of Defense, 2014. Disponível em: <<https://archive.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=26846>>
- BOUKALAS, Christos. Class war-on-terror: counterterrorism, accumulation, crisis. **Critical Studies on Terrorism**, v.8 n.1, p.55-71, 2015
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution Of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 384 p.
- CHIAPELLO, Eve. Reconciling the Two Principal Meanings of the Notion of Ideology: The Example of the Concept of the 'Spirit of Capitalism'. **European Journal Of Social Theory**. S. L., p. 155-177. 2003
- CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996. 375 p. Tradução: Paulo Roberto Coutinho
- CHOMSKY, Noam. **Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance**. New York: Henry Holt And Company, 2003
- COELHO, Jaime Cesar. Reformando as Instituições Financeiras Multilaterais (Passado e Presente). In: IPEA (Org.). **As Transformações no Sistema Financeiro Internacional**: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Brasília: Ipea, 2012. p. 605-648
- COSTA, Frederico e WUNDER, Rodrigo (2015) Guerra ao Terror: Aspectos ideológicos do contraterrorismo, **Aurora**, ano V, n. 7, p. 20-33
- COX, Robert W. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um Ensaio sobre o Método. In: GILL, Stephen (ed.) **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2007. p. 101-124

- COX, Robert. W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. Millennium, 10(2), 126–155. 1981
- ESCH, Joanne. Legitimizing the “War on Terror”: Political Myth in Official-Level Rhetoric. **Political Psychology**, [s.l.], v. 31, n. 3, p.357-391, jun. 2010. Wiley.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9221.2010.00762.x>
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman Inc., 1989
- FLETCHER, Laurel E. et al. **The Guantánamo effect: exposing the consequences of U.S. detention and interrogation practices**. Los Angeles: University Of California Press, 2009
- FISHER, Mark. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?**. S. L: John Hunt Publishing, 2009
- GALLO, Rafael Mandagaran. **Política Externa E Ideologia: a contradição entre a “missão civilizatória” estadunidense para a invasão do iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos**. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- GORENDER, Jacob. Introdução: O Nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 7-39. Tradução de Luis Claudio de Castro e Cost
- GOMES, Aureo de Toledo; REIS, Rossana Rocha; ESPÍNDOLA, Tainah. Terrorismo e Estados Falidos: uma análise de discurso crítica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 2, p.291-310, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014202291>
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 201 p.
- David Harvey’s Anti-Capitalist Chronicles. David Harvey. [s. l.] **Democracy at Work**, August, 2019. Podcast. Disponível em:
https://open.spotify.com/show/5g81KkldfkKjOy0YzaZ0oZ?si=WIV0nE_tQ3uXptTaThzUFQ
- KEEN, David. **Endless War?: Hidden Functions of the ‘War on Terror’**. London: Pluto Press, 2006
- LAFORÉ, Bruno; HARARI, e Isabel. Consequências do atentado ainda movimentam a geopolítica. **Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo - PUC-SP**. São Paulo, p. 20-21. set. 2011
- LEITE, Lucas Amaral Batista. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p.27-59, 2ª sem. 2009
- LEITE FILHO, Jaime de Carvalho. **Anotações e Reflexões Sobre o Terrorismo de Estado**. 2002. 179 f. Dissertação (Pós-graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002
- LOSURDO, Domenico. **A Linguagem Do Império: Léxico da Ideologia Estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010
- NASSER, Reginaldo Mattar. As Falácias do Conceito de "Terrorismo Religioso". In: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de

(Org.). **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror**: reflexões sobre o terrorismo no século XXI. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 3. p. 65-87

PERRUSI, Artur. Sobre a Noção de Ideologia em Gramsci: análise e contraponto. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 21, p.415-442, 201

REHMANN, Jan. **Theories of Ideology: The Powers of Alienation and Subjection**. Boston: Brill, 2013

ROLIM, Catarina Sofia Sampaio Jorge. **A Evolução Da Ameaça Terrorista No Discurso Político Transatlântico**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 23, n. 53, p.9-26, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235302>

SAULL, Richard. Locating the Global South in the Theorisation of the Cold War: Capitalist Development, Social Revolution and Geopolitical Conflict. **Third World Quarterly**, S. L., v. 26, n. 2, p.253-280, 2005

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

WALTZ, Kenneth N.. **Theory of International Politics**. Menlo Park, Califórnia: Addison-wesley Publishing Company, 1979

WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of capital**. London: Verso, 2003. 182 p.

WORTHINGTON, Andy. **The Guantánamo Files: The Stories of the 774 Detainees in America's Illegal Prison**. London: Pluto Press, 2007

ŽIŽEK, Slavoj. **the Sublime Object of Ideology**. London: Verso, 1989

ŽIŽEK, Slavoj (Ed.). **Mapping Ideology**. London: Verso, 1994